

MUNICÍPIO DO SEIXAL

**CARTA EDUCATIVA
DO SEIXAL**



OUTUBRO DE 2006

MUNICÍPIO DO SEIXAL

CARTA EDUCATIVA DO SEIXAL

Documento elaborado pela Divisão do Plano Director Municipal, Divisão de Educação e Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, com a colaboração da Direcção Regional da Educação de Lisboa e Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, do Ministério da Educação.

OUTUBRO DE 2006

INDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. A EDUCAÇÃO NO CONCELHO DO SEIXAL.....	9
1.1. POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL.....	9
1.2. ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR E APOIO À FAMÍLIA.....	11
1.3. TRANSPORTES ESCOLARES.....	14
1.4. EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.....	16
1.5. UNIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	17
1.6. INICIATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL.....	18
1.7. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO SEIXAL.....	24
2. CARTA EDUCATIVA.....	25
2.1. ENQUADRAMENTO GERAL.....	25
2.2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	26
3. A CARTA EDUCATIVA DO SEIXAL.....	34
3.1. ANTECEDENTES – CARTA ESCOLAR DO SEIXAL.....	34
3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	35
3.3. ESTRATÉGIAS E OBJECTIVOS.....	37
3.4. METODOLOGIA DE ABORDAGEM.....	38
3.5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	42
4. O CONCELHO DO SEIXAL.....	43
4.1. ENQUADRAMENTO REGIONAL.....	43
4.2. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA.....	47
4.2.1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	47
4.2.2. ESTRUTURA URBANA.....	53
4.2.3. ACTIVIDADE ECONÓMICA.....	56
4.3. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	57
4.3.1. DO NÍVEL REGIONAL.....	57
4.3.2. DO NÍVEL MUNICIPAL.....	59
5. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO SEIXAL.....	63
5.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E INDICADORES DE EDUCAÇÃO.....	63
5.2. A PROCURA DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DA FORMAÇÃO.....	67
5.2.1. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	69
5.2.2. O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.....	70
5.2.3. Os 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO.....	71
5.2.4. O ENSINO SECUNDÁRIO.....	73
5.2.5. REGIME NOCTURNO, ENSINO RECORRENTE E QUALIFICANTE.....	74
5.2.6. OUTRAS VALÊNCIAS DA REDE PRIVADA.....	75
5.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE ESCOLAR.....	77

5.3.1. PARQUE ESCOLAR PÚBLICO E PRIVADO	77
5.3.2. QUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA	79
5.3.3. DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO	80
5.4 A OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO	85
5.4.1 A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	85
5.4.2 O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	87
5.4.3. OS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	90
5.4.4 O ENSINO SECUNDÁRIO	92
5.4.5 OUTRAS OFERTAS NA REDE PÚBLICA	94
6. REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA PÚBLICA.....	97
6.1. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E ESTIMATIVAS DEMOGRÁFICAS	97
6.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	101
6.3. CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO DA REDE EDUCATIVA PÚBLICA.....	103
6.4. PLANO DE INTERVENÇÃO	105
6.4.1. ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES.....	105
6.4.2. DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES	106
6.4.3. PRIORIDADES E HORIZONTES TEMPORAIS DE CONCRETIZAÇÃO	112
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
CONSULTA PÚBLICA	126
BIBLIOGRAFIA	127
ANEXOS	129

INDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos Estabelecimentos Públicos de Educação, Ensino e Formação	82
Mapa 2 – Localização dos Estabelecimentos Públicos de Educação, Ensino e Formação – Agrupamentos de Escolas	83
Mapa 3 – Localização dos Estabelecimentos Privados, Cooperativos e IPSS de Educação, Ensino e Formação	84
Mapa 4 – Estabelecimentos Públicos de Educação, Ensino e Formação	121
Mapa 5 – Estabelecimentos Privados, Cooperativos e IPSS de Educação, Ensino e Formação	122
Mapa 6 – Reordenamento da Rede Pública de Estabelecimentos Públicos de Educação, Ensino e Formação.....	123

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo dos dados dos Censos de 1991 e 2001 com as estimativas populacionais da Carta Escolar ...	35
Quadro 2 - Evolução da população residente em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 e taxas de variação, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental	45
Quadro 3 - Distribuição percentual da população por grandes grupos etários em 1991 e 2001, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental	46
Quadro 4 – Índices demográficos no Seixal e na GAML, em 1981, 1991 e 2001	46

Quadro 4 – Índices demográficos no Seixal e na GAML, em 1981, 1991 e 2001	46
Quadro 5 – População residente no Seixal em 2001, por grupos etários e por freguesia.....	52
Quadro 6 – População residente activa, empregada e desempregada, no Seixal, em 1991 e 2001	56
Quadro 7 – População residente empregada, no Seixal, segundo os sectores de actividade, em 1991 e 2001	57
Quadro 8 – População residente no Seixal, segundo o nível de ensino atingido	65
Quadro 9 – Frequência efectiva da educação pré-escolar em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002.....	69
Quadro 10 – Frequência efectiva do 1º ciclo do ensino básico em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e de 2001/2002.....	71
Quadro 11 – Frequência efectiva dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002	72
Quadro 12 – Frequência no ensino secundário público, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e de 2001/2002	74
Quadro 13 – Frequência do ensino recorrente e qualificante, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/2006 ..	75
Quadro 14 – Capacidade em número de salas de JI dos estabelecimentos da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo.....	85
Quadro 15 – Capacidade em número de salas de aula dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo	88
Quadro 16 – Capacidade em número de turmas dos estabelecimentos de 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo	90
Quadro 17 – Capacidade em número de turmas dos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo.....	92
Quadro 18 – Salas de ATL em estabelecimentos públicos de educação e ensino do Seixal, no ano lectivo de 2004/2005	96
Quadro 19 – População residente prevista, no Seixal em 2011 e 2021, por grupo etário.....	100
Quadro 20 - Capacidade da rede educativa pública após o redimensionamento, em número de salas ou turmas, por nível de ensino e território educativo	107
Quadro 21 - Capacidade da rede educativa pública após o redimensionamento, em número de alunos, por nível de ensino e território educativo.....	108
Quadro 22 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a construir.....	109
Quadro 23 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a ampliar.....	109
Quadro 24 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a extinguir.....	110
Quadro 25 – Redimensionamento da rede pública – terrenos reservados, com programa definido.....	110
Quadro 26 – Redimensionamento da rede pública – terrenos reservados, sem programa definido.....	110
Quadro 27 – Intervenções de requalificação nos estabelecimentos educativos de gestão municipal	112
Quadro 28 – Intervenções no território educativo de Corroios	116
Quadro 29 – Intervenções no território educativo de Amora	118
Quadro 30 – Intervenções no território educativo do Seixal	119

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Concelhos da Grande Área Metropolitana de Lisboa; Concelho e Freguesias do Seixal	43
Figura 2 – Taxas de variação populacional de 1960 a 2001, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental.....	44
Figura 3 – Evolução da população residente, por freguesia, entre 1981-1991 e entre 1991-2001	48
Figura 4 – Taxa de variação populacional, por freguesia, entre 1981-1991 e entre 1991-2001	49
Figura 5 – Evolução da densidade populacional, por freguesia, entre 1991 e 2001	50
Figura 6 – Concelho do Seixal – Pirâmides Etárias de 1991 e 2001.....	51
Figura 7 – Grandes concentrações urbanas no concelho do Seixal.....	54
Figura 8 – Aglomerados urbanos no concelho do Seixal.....	55
Figura 9 - População residente a frequentar o ensino no Seixal, por nível de instrução, em 1991 e 2001	63
Figura 10 - População residente a frequentar o ensino, por freguesia, em 1991 e 2001	64
Figura 11 – Comparação entre a população residente por grupo etário e a população a frequentar o ensino público, por nível de ensino	66
Figura 12 - Taxa de retenção, no ensino particular e público, no Seixal e na Península de Setúbal, no ano lectivo de 2003/2004.....	67
Figura 13 – Total de alunos matriculados na educação e no ensino público e privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2005/06.....	68
Figura 14 – Total de alunos de educação pré-escolar matriculados no ensino público e no privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/06.....	70
Figura 15 – Total de alunos do 1º ciclo do ensino básico matriculados no ensino público e no privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2005/06.....	71
Figura 16 – Total de alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico matriculados no ensino público e privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/06.....	73
Figura 17 – Total de alunos do ensino secundário regular matriculados na rede pública do Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/2006.....	74
Figura 18 – Total de alunos na rede privada do Seixal, nos anos lectivos de 2001/2002 e de 2004/05	76
Figura 19 – Área de influência dos estabelecimentos públicos com Jardim-de-infância existentes no Seixal, no ano lectivo de 2005/2006.....	86
Figura 20 – Área de Influência dos estabelecimentos públicos com 1º ciclo do ensino básico existentes no Seixal, no ano lectivo de 2005/2006	89
Figura 21 – Área de influência dos estabelecimentos públicos com 2º e 3º ciclos do ensino básico existentes no Seixal no ano lectivo de 2005/2006	91
Figura 22 – Área de influência dos estabelecimentos públicos com ensino secundário existentes no Seixal no ano lectivo de 2005/2006.....	93

INTRODUÇÃO

1. No Município do Seixal a **Educação** merece desde os primeiros tempos da implantação do Poder Local Democrático, uma atenção muito especial por parte da Autarquia, que se deve não só à constatação da importância da educação e da formação, como pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade e do País (um direito que assiste a todos considerando a igualdade de oportunidades que promove), mas também porque contribui para o aumento da qualidade de vida das populações.

Esta área de trabalho, apresentou-se desde sempre como um grande desafio, pelo muito que havia a fazer e pelo entusiasmo da comunidade educativa municipal que desde a primeira hora soube entender que o trabalho de parceria constituía uma oportunidade única, para construir um futuro com a participação e a voz activa de todos.

Estrategicamente foi desde sempre assumido que se devia *“contrariar a tendência para a subalternização do concelho relativamente a Lisboa, consolidando a sua coesão e identidade”* e se deveria optar por *“Uma gestão orientada pelo propósito de bem servir as populações que permita não só solucionar as carências estruturais básicas (esgotos, água, electricidade, rede viária, etc.) mas também beneficiar o Concelho com equipamentos colectivos (culturais, desportivos, escolares e associativos) que representam uma condição indispensável para a elevação da qualidade de vida das populações e a satisfação dos seus direitos socioculturais básicos”*¹

Apesar das indefinições do Poder Central na assumpção de algumas das suas competências, das sucessivas reformas e “mudanças” que pouco contribuíram para melhorar a situação da Educação no País, a Câmara Municipal do Seixal, conseguiu construir um percurso que ao longo dos anos deu corpo a uma **política educativa** coerente nos seus objectivos e propósitos.

Na Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara Municipal do Seixal, foi das primeiras autarquias a lançar um serviço direccionado para o trabalho com as escolas. A criação da Divisão de Educação veio organizar esse trabalho desenvolvido com as escolas, sistematizar um conjunto de apoios decorrentes das competências da autarquia e criar uma unidade orgânica que serviu de “porta de acesso”, sempre aberta, a professores, educadores, famílias e parceiros institucionais, constituindo um passo fundamental para o trabalho que o município veio a desenvolver nesta importante área.

Da mesma forma, a elaboração e aprovação, em 1994, da Carta Escolar do Concelho do Seixal, na sequência da conclusão do Plano Director Municipal (PDM), veio possibilitar uma caracterização muito completa do parque escolar existente e do número de alunos que, no ano lectivo de 1991/1992, o frequentava. Permitiu igualmente fazer um diagnóstico suficientemente exacto das carências mais prementes, no sistema educativo do Município e projecções da população escolar para um horizonte de 10

¹ In “15 Anos de Poder Local Democrático”; CMS (1989).

anos. Este trabalho foi fulcral para programar e reconfigurar a rede de equipamentos escolares, localizar e reservar terrenos para cada equipamento proposto para os vários territórios educativos identificados, de tal forma que passados dez anos de vida sobre a conclusão deste documento, constata-se a sua exactidão e actualidade na avaliação da realidade que lhe serviu de suporte e na evolução então prevista para o parque escolar do concelho do Seixal.

2. O **planeamento e reordenamento educativo** é uma **prioridade estratégica** fundamental para o desenvolvimento do concelho do Seixal. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo a democratização do ensino, bem como o respeito pela liberdade de aprender e ensinar é uma responsabilidade do Estado. Assim, de acordo com o n.º 1, do artigo 74º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), o planeamento educativo deve ter em conta que “todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, independentemente da situação socio-económica. Incumbe pois ao Estado²:

- “Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito”;
- “Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”;
- “Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo”;
- “Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística”.

O **direito à educação**, definido pelo n.º 2, do artigo 1º, da Lei de Bases do Sistema Educativo, garante “uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”. Nesse sentido a Câmara Municipal do Seixal considera, os seguintes **princípios orientadores**, que o planeamento e reordenamento educativo devem promover:

- Uma oferta da rede pública, nos vários níveis de ensino, gratuita e de qualidade para todos;
- A articulação entre os diferentes níveis de ensino de forma a potenciar um desenvolvimento pedagógico integrado e coerente;
- A efectivação da escola inclusiva e integradora, de combate à exclusão social e escolar e também pelo combate ao abandono escolar e insucesso escolar;
- A escolarização geral dos jovens ao nível do ensino secundário e a elevação da formação de base dos activos permitindo-lhes completar e progredir nos seus estudos;
- O combate ao analfabetismo e iliteracia, pela qualificação profissional, social e pessoal, possibilitando a formação ao longo da vida.
- A requalificação do parque escolar, nos vários níveis de ensino;
- O planeamento e reordenamento do parque escolar, adequado à realidade, acompanhando o crescimento demográfico, mas também considerando as novas valências a integrar nos espaços escolares.

² Alíneas a), b), c) e d), do n.º 2, do artigo 74º, da CRP.

Deste modo a **escola** deve ser um espaço não só de transmissão de conhecimentos, mas também de formação cívica, de estímulo ao espírito crítico e ao pensamento livre, dotada das condições físicas necessárias para o desenvolvimento destas capacidades.

3. O contexto em que foi elaborada e agora se conclui a **Carta Educativa** é o mais oportuno. Nos últimos anos registou-se uma evolução do conceito que configurava a Carta Escolar para uma visão bem mais abrangente que considera o reordenamento da rede educativa, não só tendo em conta o conjunto das escolas dos diferentes níveis de ensino, mas também a capacidade de se articularem entre si e com a sua envolvente, quer geográfica quer social assim como a valorização dos recursos humanos e efectiva adequação dos recursos financeiros abrangidos, numa perspectiva de desenvolvimento e afirmação de uma política educativa. Esta visão, que só é possível num quadro de planeamento estratégico, que assegure a sustentabilidade das propostas, é também a que mais se adequa ao momento de revisão em que se encontra o Plano Director Municipal. Os indicadores utilizados no Plano, nomeadamente demográficos, são os mesmos que são considerados na Carta Educativa, o que garante uma maior eficácia nos resultados que se pretende obter na adequação da oferta educativa à procura estimada. Por outro lado o próprio PDM passa a conter informação relevante, nesta matéria, que valoriza o seu conteúdo, especificando opções sustentáveis de ordenamento do território.

O envolvimento do Município do Seixal neste processo é de enorme relevância. A política educativa que foi definida e está em prática abrange as mais diversas áreas educativas, da manutenção do parque escolar à formação, da cedência de terrenos municipais para a construção de escolas aos vários apoios financeiros, da construção de novos equipamentos ao incentivo a novas modalidades de promoção do ensino. Actualmente, a Câmara Municipal do Seixal gere um parque escolar municipal constituído por 35 estabelecimentos (do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico) que ocupa uma área superior a 200 000 m². No último decénio cedeu ao Ministério da Educação para a construção de duas escolas, do 2º e 3º ciclos do ensino básico e ampliação de uma escola secundária, quase 50.000 m² de terreno municipal e tem disponíveis mais de 650.000 m² destinado ao parque escolar público de todos os níveis de ensino, incluindo o universitário. Para estes terrenos está prevista a construção de mais 63 escolas, da responsabilidade da Autarquia ou do Ministério da Educação, das quais 44 já têm programa definido no âmbito da Carta Educativa.

O avultado investimento financeiro que a gestão do **parque escolar municipal** implica, exige o recurso a uma programação faseada para a construção de novas escolas ou a reconversão e adaptação das existentes. Nesse sentido são estabelecidos **três horizontes temporais** para a concretização das propostas da Carta Educativa.

No que se refere ao parque escolar público da responsabilidade do Ministério da Educação, as propostas de concretização e os respectivos horizontes temporais, foram elaboradas na perspectiva municipal com base

nas necessidades identificadas. A priorização e as estimativas de custo deste tipo de intervenções serão da responsabilidade da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), tendo em conta a programação que estabelecer para a sua área de intervenção.

4. A Carta Educativa do Seixal foi elaborada por uma equipa de técnicos municipais, especificamente constituída para este efeito, e enquadrada pela legislação em vigor³, que regula o processo de elaboração e aprovação do documento. A equipa constituída por técnicos da Divisão do Plano Director Municipal, também com funções de coordenação, e da Divisão de Educação, em estreita colaboração com outros serviços municipais, recorreu ao apoio técnico específico do Ministério da Educação, nomeadamente da DREL e do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) com quem manteve um estreito contacto. De referir que a DREL está também representada na Comissão Mista de Coordenação (CMC) para a revisão do PDM e no Conselho Municipal de Educação do Seixal (CMES).

³ Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro (alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto).

1. A EDUCAÇÃO NO CONCELHO DO SEIXAL

1.1. POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL

No âmbito da política municipal, a educação foi desde sempre entendida como “*elemento imprescindível para a felicidade dos homens, factor decisivo para o progresso social e para a realização da cidadania*”.⁴

Se nos primórdios do Poder Local Democrático, esta era uma visão inovadora, com o decorrer dos anos, ela apresenta-se plena de actualidade e de sentido revolucionário.

No Seixal, a **Política Educativa Municipal**, assenta desde o ano lectivo 2000/2001, no PEM – Plano Educativo Municipal. Anteriormente, desde o ano lectivo 1984/1985, estava integrada no Plano de Acção Cultural.

No PEM, sistematiza-se e organiza-se um conjunto de ofertas a nível de projectos, acções e iniciativas especialmente vocacionados para a população escolar dos vários níveis de ensino que frequentam os estabelecimentos escolares da rede pública do Seixal. Reúne ainda um conjunto de apoios e propostas de projectos e iniciativas, desenvolvidas pelas escolas de todo o município. Desta forma o PEM tem por objectivo o envolvimento de toda a comunidade educativa municipal, entendida como toda a população escolar, dos vários graus do ensino assim como todos os educadores e professores, funcionários dos estabelecimentos de ensino, associações de pais e encarregados de educação e demais agentes educativos, com uma intervenção activa na educação e no ensino no Município do Seixal.

Ao delinear a estratégia política no âmbito do seu mandato, a Câmara Municipal do Seixal definiu a Educação como uma das áreas de intervenção prioritária. Por isso, ao longo dos anos, esta área tem sido contemplada com uma dotação orçamental que tem permitido construir um **projecto sólido** de desenvolvimento e sucesso.

Não se estranha portanto que no estudo “Insucesso e Abandono Escolares em Portugal” publicado pelo Ministério da Educação (ME), em Março de 2003, o Município do Seixal se apresente em primeiro lugar, no conjunto de todos os municípios do País, como aquele cujo *Índice de Educação*⁵ no global dos seus habitantes, de 15 e mais anos de idade de ambos os sexos, seja o mais elevado, correspondendo a 0,977, em 1999.

Por isso é com orgulho que a Câmara Municipal do Seixal assume e reivindica com legitimidade para si a responsabilidade, por um trabalho que permitiu e permite colocar o Município do Seixal, num lugar de destaque na área da Educação.

⁴ In “15 Anos de Poder Local Democrático”; CMS (1989).

⁵ **Índice de Educação – IEDU**

O ponderador relacionado com a avaliação do nível de conhecimentos utilizado foi a Taxa de Escolarização da população com 15 e mais anos de idade, obtida através da seguinte relação:

$$T = \frac{Pa}{Pt} \times 100$$

sendo: T = Taxa de escolarização

Pa = População com 15 e mais anos que sabe ler e escrever

Pt = População total com 15 e mais anos

Deste modo e considerando a taxa de alfabetização da população adulta de ambos os sexos, o Índice de nível educacional, estimado através do indicador referido, é calculado através da seguinte relação: **IEDU = T**; Fonte: In “Insucesso e Abandono Escolares em Portugal”; ME (2003).

A qualificação do parque escolar edificado, a construção de novos edifícios escolares, os apoios de âmbito social, o apoio a valências para crianças com necessidades educativas especiais, o incentivo e apoio à criação de associações de pais e encarregados de educação, o desenvolvimento de parcerias para implementar projectos na área da segurança, da saúde, do incentivo à leitura e ao conhecimento através do acesso às novas tecnologias, do incentivo à ocupação de tempos livres com iniciativas temáticas, do desenvolvimento de projectos sobre a prevenção rodoviária e comportamentos de risco para a saúde pública, da educação ambiental e defesa do património, são apenas algumas das áreas de intervenção no âmbito da política municipal que a par das competências delegadas na autarquia, constituem as frentes de trabalho da Câmara Municipal do Seixal, na área da Educação.

Para o sucesso educativo também contribui uma resposta eficaz e planeada, às necessidades da comunidade educativa, ao nível de apoios para o funcionamento dos edifícios escolares municipais. No Seixal, a continuidade destes apoios ao longo dos anos, revelou-se estabilizadora dos factores que contribuem objectivamente para o regular funcionamento da actividade escolar e conseqüentemente do sucesso educativo. Alunos e professores trabalham em edifícios onde a Câmara Municipal assegura a aquisição de materiais de limpeza e expediente, através da atribuição de subsídios. Todos os edifícios escolares estão desde há muito equipados com material de secretaria (telefones, fax, fotocopiadoras etc.) cujo funcionamento e manutenção são igualmente assegurados pela autarquia.

Na educação pré-escolar é atribuído a cada sala de actividades, um subsídio de funcionamento que permite a aquisição de materiais de desgaste. Todas as áreas de higiene dos edifícios escolares municipais, estão equipadas com os respectivos equipamentos de higiene e consumíveis (suporte para papel limpa-mãos, suporte de rolo higiénico, suporte para sabonete líquido).

O funcionamento das bibliotecas escolares, dos centros de recursos e das salas de ATL, é também assegurado através de um programa de apoios que prevê não só a atribuição de subsídio de funcionamento, mas também apoios para o desenvolvimento de projectos temáticos específicos, aquisição de equipamento informático, de mobiliário e de material didáctico. No caso dos ATL, durante as interrupções lectivas são assegurados transportes municipais para deslocações e passeios escolares.

Apesar de centralizado e coordenado pelos serviços do Pelouro da Educação, o Plano Educativo Municipal envolve vários serviços e divisões municipais e são muitas as acções que directa ou indirectamente envolvem as escolas, ou são realizadas especificamente para elas. Nas iniciativas lançadas através do Plano Educativo Municipal intervêm com regularidade, a Divisão de Educação, a Divisão de Acção Cultural, a Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico, a Divisão de Património Histórico e Natural, a Divisão de Desporto e Equipamentos Desportivos, a Divisão de Ambiente, a Divisão de Espaços Verdes e os Gabinetes Municipais de Saúde, de Acção social, da Cooperação e do Projecto Seixal Saudável. Estes serviços municipais, desenvolvem trabalhos de muito interesse com a comunidade educativa municipal, em áreas específicas de acção.

Acreditamos que esta transversalidade tem possibilitado a muitas crianças e jovens que frequentam as escolas do concelho, desenvolverem os seus conhecimentos, valorizarem as suas raízes, participarem activamente nas actividades culturais do concelho, defenderem a qualidade de vida e o meio ambiente e integrarem-se nos vários movimentos artísticos, culturais, desportivos e sociais do Município, onde vivem e projectam o seu futuro.

Tendo em conta que, no Município do Seixal, a população é muito heterogénea e culturalmente muito diversificada, proveniente das mais variadas regiões do País, com importantes comunidades de países africanos de expressão portuguesa e, à semelhança do que ocorre por todo o território nacional, com a integração cada vez mais acentuada de comunidades oriundas de países de Leste e do Brasil, a Câmara Municipal, tem procurado realizar um trabalho dirigido para a sua população, baseado na consciência desta realidade.

Para população escolar são desenvolvidos e apoiados projectos de incentivo e apoio à leitura, de animação desportiva e valorização da vida ao ar-livre, de desenvolvimento musical e artístico, de prevenção e informação acerca de comportamentos de risco, de acesso a novas tecnologias, de defesa do património e formação ambiental. Para as comunidades de diferentes etnias, são proporcionados programas de apoio à sua integração, de aprendizagem da língua portuguesa e de valorização da sua cultura, através de manifestações, artísticas, culturais, gastronómicas e sociais.

1.2. ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR E APOIO À FAMÍLIA

A **Acção Social Escolar** tem por base o **Decreto-Lei n.º 399-A/84**, de 28 de Dezembro, que regulou a transferência de competências para os municípios nesta matéria, nomeadamente no domínio dos refeitórios escolares e de auxílios económicos, destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Porém, a atribuição destas competências nunca foi acompanhada das respectivas compensações financeiras para as autarquias, apesar de nos artigos 20º e 21º daquele diploma, se referir a necessária transferência de verbas e meios para fazer face aos custos inerentes às novas competências das Câmaras Municipais.

Até à publicação do **Despacho Conjunto n.º 300/97**, de 4 de Setembro, do ME e MTSS, contendo as normas que regulam as **comparticipações** para as componentes não educativas da **educação pré-escolar** as autarquias nunca receberam qualquer apoio dos sucessivos governos para o equipamento, adaptações, modernização, apetrechamento e gestão dos refeitórios escolares ou para o apoio em alimentação, livros e material escolar destinados às crianças mais carenciadas do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar. Permanecem no entanto por resolver até ao presente, as participações financeiras e apoios ao 1º ciclo do ensino básico.

Nesta matéria é conhecida a reivindicação das autarquias das áreas metropolitanas, que registam uma maior concentração urbana e populacional. O sucesso educativo está directamente relacionado com um importante

conjunto de factores ao qual não é alheia a resposta das autarquias e das escolas, em matéria de acção social e de serviços, ao nível de refeições e de ocupação de tempos livres. Desde a publicação do D.L. n.º 399-A/84, a Câmara Municipal do Seixal assumiu todas as competências em matéria de acção social escolar e tem, gradualmente, conseguido modernizar a prestação de serviços nos **refeitórios escolares** do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar. Assim:

- Dos 34 estabelecimentos escolares do 1º ciclo do ensino básico existentes, 16 têm jardim-de-infância. Em 24 destes edifícios existem condições para o fornecimento ou confecção de refeições. Por conseguinte a cobertura com a prestação de refeições, neste caso, é de aproximadamente 71%.
- Nos 4 novos edifícios de educação pré-escolar, todos eles com condições para a confecção e fornecimento de refeições, a cobertura com a prestação de refeições é de 100%.

A Autarquia tem feito nos últimos anos, um significativo esforço no sentido de modernizar e actualizar as instalações onde é prestado o serviço de refeições escolares, tendo em conta a legislação em vigor⁶. O custo global da remodelação de uma cozinha escolar cifra-se aproximadamente em 118 mil euros. Neste momento, só as escolas da tipologia Plano dos Centenários, não têm condições de intervenção, para modernização destas instalações, nomeadamente na ampliação do espaço e instalação de equipamento de hotelaria e mobiliário de refeitório, adequados. Desde o ano lectivo de 2003/2004, a Autarquia deu início a um processo gradual de entrega dos serviços de refeições escolares a empresas do ramo da hotelaria. Esta decisão está intimamente ligada com a integração das escolas do 1º ciclo do ensino básico nos agrupamentos verticais de escolas e a consequente perda de autonomia financeira, para a gestão de recursos.

De salientar que a Câmara Municipal do Seixal se responsabiliza pela contratação das auxiliares de acção educativa para as salas de actividade da educação pré-escolar, mediante a assinatura do acordo de cooperação com o Ministério da Educação.

No que se refere aos **auxílios económicos** a Câmara Municipal do Seixal tem apoiado os alunos inscritos na Acção Social Escolar das escolas básicas do 1º ciclo da rede pública com um subsídio para livros e material escolar e e um subsídio de refeição, abrangendo este último também, as crianças que frequentam os jardins de infância da rede pública.

No ano lectivo 2005/2006 a autarquia apoiou os alunos abrangidos pela acção social escolar com o subsídio para livros e material escolar nos seguintes montantes: Escalão A – 35,00 € e Escalão B - 17,50 €, por aluno. Na falta de regulamentação específica nesta matéria, a autarquia tem orientando a sua prática com base na legislação existente para os 2º e 3º ciclos do ensino básico, tendo por base um Despacho, publicado anualmente pelo

⁶ Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro, que aprova e publica o Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares, regulamentado pela Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro.

Ministério da Educação, onde são referidos os valores das respectivas capitações, de acordo com aqueles escalões.⁷

No caso de alunos portadores de deficiência, o cálculo da capitação tem também em conta o valor mensal da remuneração mínima nacional garantida à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem, em vigor no início do ano lectivo. A Câmara Municipal tem também considerado que os alunos abrangidos pelo apoio das duas Salas Teacch⁸ existentes no Município, devem ter igual tratamento, pelo que nestes casos, o cálculo da capitação é determinado pelo valor do Salário Mínimo Nacional.

Quando ocorre a transferência de alunos para as escolas do Município do Seixal, estes podem vir a usufruir do subsídio destinado aos livros e material escolar, sempre que se verifique a adopção de manuais diferentes, nas escolas onde são integrados.

No ano lectivo de 2004/2005 deram entrada na Câmara Municipal do Seixal 2 666 pedidos de apoio, no âmbito da Acção Social Escolar, o que correspondeu a 36% do total da população escolar da rede pública (1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar). Destes foram abrangidos 1 980 alunos, o que em termos percentuais se traduziu num apoio na ordem dos 26,7%. Comparativamente ao ano lectivo 2003/2004 verificou-se uma ligeira diminuição do número de alunos apoiados pela Acção Social Escolar na medida em que foram abrangidos nesse ano 2 120 alunos. Isto é cerca de 32,5 da população escolar.

No ano lectivo 2004/2005 a Câmara Municipal do Seixal despendeu em subsídios para a Acção Social Escolar e funcionamento de refeitórios escolares uma verba global superior a 570 mil euros.

Para além dos apoios ao nível da Acção Social Escolar, a Câmara Municipal do Seixal desenvolve um **projecto de intervenção social para o 1º ciclo do ensino básico**. Este projecto tem por base um trabalho exploratório que permitiu identificar os estabelecimentos de ensino que constituem o objecto de intervenção, com base nos seguintes critérios:

- Percentagem de alunos carenciados inscritos na Acção Social Escolar;
- Situações “problema” identificadas na primeira abordagem diagnóstico;
- Disponibilidade e interesse manifestados pela escola;
- Dimensão da escola;
- Existência de instituições com intervenção social, nas áreas de residência abrangidas pelas Escolas Básicas do 1º ciclo.

Numa primeira fase do projecto determinou-se que seriam objecto de intervenção as escolas do 1º ciclo do ensino básico da Qt.^a da Courela, na freguesia da Aldeia de Paio Pires, de St.^a Marta de Corroios, na freguesia

⁷ Atendendo a que a organização e verificação dos processos analisados pela Câmara Municipal do Seixal decorre antes da publicação anual do referido Despacho, são considerados os valores relativos ao ano lectivo transacto, os quais depois são actualizados.

⁸ Salas destinadas à implementação do Método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children), para crianças com comportamentos do espectro autista.

de Corroios e da Qt.^a N.^a Sr.^a Monte Sião, na freguesia de Arrentela. Definiu-se como população alvo os professores, os auxiliares de acção educativa, os alunos, os pais, as famílias e a comunidade.

Este projecto tem como objectivos conhecer a realidade social das escolas, contribuir para a integração social dos alunos, fomentar a relação da escola com a família e desencadear dinâmicas de inclusão na escola. No seu âmbito são desenvolvidas acções de caracterização e diagnóstico, sinalização e encaminhamento de situações problema e realização de atendimentos em situações pontuais. São aplicados questionários, é feito atendimento social, são realizadas reuniões, contactos e observação participante.

Com este projecto a autarquia pretende dar início a um acompanhamento mais rigoroso de situações identificadas no âmbito escolar (por professores, auxiliares, Associações de Pais e Encarregados de Educação etc.). Considera-se que os apoios concedidos pela Câmara Municipal do Seixal, no âmbito da Acção Social Escolar, podem contribuir efectivamente para melhorar o sucesso escolar dos seus beneficiários, se paralelamente se realizar uma intervenção orientada para a área social, conforme os objectivos descritos para este projecto.

1.3. TRANSPORTES ESCOLARES

Desde a publicação do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro, que regulamenta a responsabilização da administração local por todo o processo de organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares que a Câmara Municipal do Seixal, a partir do ano lectivo de 1984/1985 e à semelhança das restantes autarquias do País realiza este serviço para a comunidade educativa. Para este efeito é transferida anualmente uma verba do Orçamento de Estado, para as autarquias, verba essa que deveria acompanhar a evolução dos custos inerentes ao exercício das competências, atribuídas às Câmaras Municipais. No entanto, no Seixal, no ano lectivo 2004/2005, o montante global dos custos com os passes escolares dos 532 alunos beneficiados, foi de aproximadamente 120 mil euros, dos quais, a Autarquia recebeu do Estado apenas cerca de 30 mil euros, tendo por isso participado com os 90 mil euros restantes.

- **Programa de Visitas-de-estudo**

Para além dos transportes escolares, com a atribuição de passes aos alunos, a Câmara Municipal do Seixal concebe anualmente um programa de visitas de estudo. Em cada ano lectivo, no âmbito deste programa, são atribuídos autocarros municipais às escolas de todos os níveis de ensino e estabelecimentos da educação pré-escolar da rede pública, do Município do Seixal. A finalidade é que se possam realizar visitas-de-estudo e passeios escolares, ao longo do ano lectivo, organizadamente e sem custos para as escolas, alunos e suas famílias. Os autocarros municipais, para as visitas de estudo, são atribuídos tendo em conta o número de alunos por escola.

No ano lectivo 2004/2005 foram atribuídas 115 visitas aos Jardins de Infância da rede pública, 296 visitas às escolas do 1º ciclo e 58 visitas às escolas dos 2º e 3º ciclos, do ensino básico e ainda 40 visitas às escolas secundárias. Todas estas visitas se concretizaram.

- **Programa Quinzenas de Praia**

O programa Quinzenas de Praia, consubstancia-se na cedência gratuita de autocarros para o transporte de crianças, dos Jardins-de-infância e das Actividades de Tempos Livres das escolas do 1º ciclo, para as praias da Costa da Caparica. Estas deslocações à praia têm início a partir da segunda metade do mês de Maio e prolongam-se até ao final do mês de Julho.

No ano lectivo de 2004/2005 inscreveram-se no programa, 20 entidades (jardins de infância da rede pública, Associações de Pais e Encarregados de Educação e Actividades de Tempos Livres coordenadas pela Santa Casa da Misericórdia do Seixal) que no global organizaram, com o apoio da autarquia, duas semanas de praia para 1 224 pessoas (crianças e monitores acompanhantes).

- **Cedência de transporte para apoio a projectos do Plano Educativo Municipal**

No âmbito do Plano Educativo Municipal (PEM), são propostos à autarquia projectos cujo desenvolvimento, pressupõe muitas vezes a cedência de transporte para a sua concretização. Também neste caso, a Câmara Municipal concede gratuitamente transporte para as deslocações relacionadas com esses projectos. Estas podem ser de intercâmbio com escolas de outras regiões do País, de viagens de finalistas ou de visitas de estudo sobre a temática do projecto pedagógico da escola.

- **Transporte de crianças com Necessidades Educativas Especiais**

Para além dos apoios mencionados, a Câmara Municipal prossegue o apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que frequentam as Unidades Educativas existentes nas escolas do 1º ciclo, nomeadamente através do transporte diário e gratuito dessas crianças, em viaturas municipais adequadas, com acompanhamento de pessoal auxiliar da Autarquia.

Este apoio às crianças com Necessidades Educativas Especiais é um válido contributo para o seu sucesso escolar e futura integração na comunidade. Trata-se de um apoio específico e especializado, para o qual a Câmara Municipal do Seixal entendeu canalizar recursos, por considerar o apoio à integração de crianças com NEE, uma importante vertente no âmbito da sua política municipal para a educação.

- **Viatura adaptada “Seixal Bem-Me-Quer”**

A viatura municipal adaptada “Seixal Bem-Me-Quer” deu início às suas funções em 2001 com o objectivo de suprimir a carência de transportes públicos adaptados. Pretendeu-se desta forma melhorar o acesso dos cidadãos com deficiência motora à educação, à informação, à formação, à cultura, ao entretenimento, entre outros. O grupo alvo definido para usufruto desta viatura é constituído por todos os munícipes do Concelho do

Seixal portadores de deficiência motora, que frequentem instituições de ensino ou estejam envolvidos em actividades de inserção profissional ou de outro âmbito. Este serviço é coordenado pelo Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal e tem constituído um recurso muito válido, sobretudo ao nível do transporte de alunos das escolas do município.

1.4. EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

Em 1984 a Câmara Municipal do Seixal recebeu do Ministério da Educação um conjunto de 34 edifícios escolares, para gerir e conservar, no âmbito da transferência de património escolar do 1º ciclo do ensino básico para as câmaras municipais. Esta transferência realizou-se administrativamente, sem que fossem entregues à Câmara Municipal todos os projectos dos edifícios escolares. Desde então, a Autarquia para além de proceder à requalificação dos estabelecimentos existentes, construiu novos edifícios quer para substituição de construções degradadas ou precárias quer para a instalação de raiz de jardins-de-infância. Estão neste caso a EB1 de Fernão Ferro, a EB1/JI de Pinhal de Frades, o JI da Quinta da Princesa e os jardins-de-infância das EB1/JI do Casal do Marco, de Foros de Amora e da Quinta do Conde de Portalegre.

No aspecto da requalificação foram criadas novas valências, adaptados e remodelados espaços, melhoradas as condições de trabalho de alunos, professores e funcionários. Os logradouros escolares e recintos desportivos foram requalificados e foram criadas novas cozinhas e refeitórios escolares, no cumprimento das normas legais em vigor para a restauração. Adaptaram-se espaços para a educação pré-escolar, bibliotecas, centros de recursos, arrumos, actividades de tempos livres, gabinetes, salas polivalentes, salas de apoio a projectos para crianças com necessidades educativas especiais, espaços para acesso e frequência escolar de crianças portadoras de deficiência, etc.

Tratando-se de edifícios de uso intenso e de permanente desgaste, a intervenção da autarquia, nesta frente de trabalho, nunca se poderá dar por concluída. A manutenção e conservação dos edifícios escolares, a par da criação de um projecto educativo municipal, têm sido componentes importantes no âmbito da política municipal para a educação. Ganharam mais relevância nos últimos dez anos, uma vez que as exigências a nível da qualidade das valências e as necessidades de corresponder aos desafios colocados pela comunidade educativa, têm sido mais prementes.

Após os esforços de qualificação e criação de novas valências, tornou-se necessário proceder à actualização dos projectos dos edifícios e à reelaboração do projecto completo, nos casos em que se verificou a sua inexistência. Com base na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro), o Grupo de Trabalho constituído para o efeito, com a participação de vários serviços municipais, do Serviço de Protecção Civil e da Associação de Bombeiros Voluntários do Seixal, desenvolveu um conjunto de acções com vista à análise de todas as situações detectadas no parque escolar municipal que necessitavam de intervenção.

Procedeu-se de imediato a intervenções urgentes, sempre que se verificou essa necessidade e deu-se início a um trabalho de remoção de gradeamentos fixos existentes nas janelas, remodelação de cozinhas com colocação de piso antiderrapante, criação de novos e mais seguros quadros eléctricos, supressão de barreiras arquitectónicas, criação de rampas de acesso para portadores de deficiência motora, adaptação de WC para deficientes e abertura de vãos para portas, reconversão de gás em garrafa por gás natural e colocação de extintores nos edifícios escolares.

Logo que concretizados e actualizados todas os projectos dos edifícios escolares, iniciou-se a elaboração dos planos de segurança das escolas para serem submetidos a aprovação pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Este trabalho tem vindo a ser realizado desde o ano lectivo de 2004/2005 e dos 38 edifícios escolares municipais, 23 já têm Plano de Segurança, o que corresponde a mais de 60% do actual parque escolar gerido pela Câmara Municipal. Os restantes estão em elaboração.

Para além desta intervenção a nível dos espaços escolares edificados, a autarquia tem procurado intervir na envolvente e acessibilidades junto dos edifícios escolares, resolvendo com a sua acção algumas das questões mais urgentes.

Preocupada com a segurança junto aos edifícios escolares, a Câmara Municipal terá de avaliar a evolução urbanística e rodoviária ocorrida ao longo do tempo, nas imediações dos edifícios escolares e propor soluções de intervenção ao nível da segurança dos alunos, nas suas entradas e saídas do recinto escolar, assim como condições de acesso de professores, funcionários e de viaturas de abastecimento ao espaço escolar.

Uma outra área de trabalho que já foi iniciada pela Autarquia e que se desenvolverá faseadamente é a intervenção ao nível da qualificação dos logradouros escolares. Foram no entanto já feitas intervenções na EB1 José Afonso, em Miratejo, com a criação do Monte Biológico, na EB1/JI da Aldeia de Paio Pires, com a criação de espaços com equipamentos lúdicos e horto pedagógico e no JI Qt.^a Conde de Portalegre, na Amora, com a colocação de brinquedos adequados à faixa etária que frequenta o equipamento.

1.5. UNIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Existem no concelho do Seixal unidades de apoio a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em várias escolas do 1º ciclo e dos 2º e 3º ciclos, do ensino básico. A unidade que tem uma experiência mais alargada é a Unidade de Apoio a Surdos do Seixal, que integra crianças de municípios vizinhos, como o Barreiro, Sesimbra e Almada. Esta Unidade funciona no Agrupamento de Escolas Terra de Larus.

O método Teacch (para crianças com comportamentos do espectro autista) é uma outra área de apoio às crianças com NEE. Existem neste momento 2 salas Teacch em funcionamento em dois estabelecimentos do agrupamento de escolas Pedro Eanes Lobato.

A Unidade de Multideficiência, destinada a crianças portadoras de vários tipos de necessidades educativas, funciona da EB1 da Qt.ª de S. João, na freguesia de Arrentela.

As instalações escolares, destinadas a estas crianças foram cedidas e adaptadas para essa finalidade e a Câmara Municipal tem procurado corresponder ao trabalho e esforço desenvolvido por terapeutas, professores e educadores, através de apoios a vários projectos pedagógicos e aquisição de equipamento, mobiliário e material didáctico, específicos.

1.6. INICIATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

- **Escola de Segunda Oportunidade**

Baseado no Livro Branco sobre a Educação e Formação, "Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva"; CCE (1995) e na Resolução n.º 1193, de 1999 do Conselho da Europa, a Comissão Europeia propõe-se melhorar as perspectivas dos jovens excluídos do mercado de trabalho implementando projectos-piloto designados "Escolas de Segunda Oportunidade".

A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal divulgou este projecto-piloto ao qual o Município do Seixal apresentou a sua candidatura, que foi aprovada na Comissão Europeia, em Maio de 1997. A Câmara Municipal do Seixal, enquanto entidade promotora, desenvolveu então um conjunto de acções com o objectivo lançar este projecto que iniciou a sua actividade em Novembro de 1999, com 39 alunos. Tratou-se de uma experiência piloto nos domínios da educação, formação e emprego, cuja finalidade principal foi permitir aos jovens, entre os 16 e os 25 anos, o acesso à certificação do 9º ano de escolaridade e uma qualificação profissional nível II. O estatuto de experiência ofereceu *a priori* excelentes oportunidades para a implementação e desenvolvimento de acções verdadeiramente adequadas às características e necessidades quer do público-alvo quer ao próprio contexto em que a escola se inseriu.

Ao nível do trabalho preparatório, o recurso ao partenariado constituiu desde o início um elemento privilegiado no sentido de se construir uma forte rede de parcerias locais e regionais, adequada às características e filosofia do projecto Escola de Segunda Oportunidade.

A Escola de Segunda Oportunidade do Seixal fez parte da associação europeia de cidades com escolas de segunda oportunidade, na qual estavam inscritas as cidades de Atenas na Grécia, Barcelona, Bilbao e Cadiz de Espanha, Berkovitsa na Bulgária, Catania em Itália, Chalons-en-Champagne, Marselha, Moulhouse e Nimes em França, Colónia na Alemanha, Copenhaga, RDI e Svenborg da Dinamarca, Heerlen e Schiedam na Holanda, Leeds na Inglaterra, Malmo e Norrkoping na Suécia e Riga na Ucrânia. A Escola de Segunda Oportunidade do Seixal funcionou nas instalações da antiga Creche da Fábrica Mundet, depois de realizadas obras de recuperação naquele edifício.

Os constrangimentos que afectaram a implementação e a concretização dos objectivos preconizados pela Escola de Segunda Oportunidade deveram-se na sua essência ao carácter experimental desta iniciativa e traduziram-se basicamente nas seguintes dificuldades:

a) Reconhecimento Escolar e Profissional da Formação

A este nível a autarquia assumiu desde o início da própria concepção do projecto uma posição de negociação e de envolvimento com diferentes parceiros em especial com o Ministério de Educação e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Foi criado um grupo de trabalho com vista à certificação da formação, tendo sido determinado que o 1º grupo de formandos deveria ter como enquadramento os cursos de Educação – Formação (Despacho Conjunto 897/98, de 22 de Dezembro). Foi ainda considerado que o projecto Escola de Segunda Oportunidade deveria tentar resolver o problema da certificação através dos programas previstos na Lei. No entanto a autarquia considerou que esta não seria a melhor solução na medida em que os programas em causa apontavam para uma certificação orientada para a massificação, não sendo ajustáveis à filosofia e princípios da Escola de Segunda Oportunidade, cuja virtualidade assentou entre outros aspectos, no desenvolvimento de uma formação baseada em currículos personalizados e por isso, atendia a necessidades específicas dos jovens em estreita relação com os recursos disponibilizados pelas empresas parceiras. Acresce ainda o facto de que a Escola de Segunda Oportunidade não podia ficar dependente dos programas, regulamentos, prazos de candidaturas, no fundo dos contextos e das próprias conjecturas nacionais.

Tendo em linha de conta que se tratou de uma experiência piloto em funcionamento na Europa e com resultados bastante positivos, no caso da Escola de Segunda Oportunidade do Seixal, considera-se que a solução para a salvaguarda dos princípios orientadores desta iniciativa, deveria ter sido encontrada num enquadramento legal específico, com vista ao reconhecimento da formação desenvolvida pela escola.

b) Financiamento do Projecto

A Escola de Segunda Oportunidade do Seixal, pelas suas características e especificidade, implicou um modelo de gestão que respondesse adequadamente às necessidades de funcionamento, recursos humanos, materiais, técnicos e logísticos, por forma a garantir, com qualidade, a prática pedagógica e formativa desenvolvida. A Câmara Municipal do Seixal conseguiu através de fundos comunitários e com orçamentos municipais financiar o 1º ciclo de formação.

c) 2º Ciclo de Formação

Ao nível do 2º ciclo de formação, importa referir que este processo teve como enquadramento uma candidatura apresentada e aprovada no âmbito do Programa 15 – 18, Ministério de Educação, Programa PRODEP. A Autarquia nunca obteve resposta relativamente ao financiamento das respectivas acções formativas.

Em síntese importa referir que a Escola de Segunda Oportunidade, foi uma iniciativa inovadora na área da educação, formação e emprego. Tratou-se, sobretudo de um projecto social, um projecto de vida para os jovens que se encontravam à margem de uma sociedade cada vez mais complexa e competitiva, onde o conhecimento e a competência são valores fundamentais. Ao prosseguimento desta experiência faltou a assumpção de responsabilidades e soluções e a efectivação de parcerias e vontades institucionais.

- **Associação para o Ensino Bento de Jesus Caraça**

Desde o ano lectivo 2000/2001 funciona no Município do Seixal um pólo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, instituição criada em 1989. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos que ao longo da sua existência tem sido financiada por fundos comunitários e pelo Orçamento de Estado, nos termos da legislação em vigor. Esta instituição tem por objectivo identificar e adequar a sua oferta formativa às necessidades das comunidades locais e regionais onde está inserida, actuando assim como agente do seu desenvolvimento. Actualmente a passar por um processo de reestruturação e redimensionamento a Associação para o Ensino Profissional Bento de Jesus Caraça pondera a hipótese de instalação dos seus serviços existentes na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no Seixal, procurando assim concentrar e reequacionar a sua oferta formativa, nesta região.

Esta instituição realiza um projecto educativo de escola, assente numa perspectiva de ensino personalizado, no qual o aluno surge como centro de uma formação integral, que procura unir o saber fazer e o saber ser, e em que a ligação ao mundo do trabalho, através da sua inserção sócio-profissional, surge como uma opção estratégica. Importante para o Município do Seixal, a existência deste Pólo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça tem possibilitado uma oferta de cursos profissionais aos jovens que pretendem obter formação em áreas como as Artes Gráficas, Gestão, Comunicação, Relações Públicas e Publicidade, Informática de Gestão, entre outros.

- **Universidade Aberta**

A oferta de ensino superior no Seixal é uma ambição legítima da Administração Municipal que tem realizado todos os esforços necessários para que no Concelho exista uma instituição universitária, estando mesmo já reservado um terreno municipal com cerca de 46 000 m². Existe a expectativa de que o processo para a transferência da Universidade Aberta para o Concelho, se concretize no ano lectivo 2006/2007, com o início da construção das futuras instalações nos terrenos da antiga fábrica da Mundet - Seixal.

- **Projectos dirigidos à comunidade educativa, no âmbito do Projecto Seixal Saudável**

O *Projecto Seixal Saudável*, caracteriza-se pela parceria entre instituições unidas pela vontade de desenvolver a saúde no Município do Seixal e, conseqüentemente, promover a qualidade de vida dos seus habitantes. O projecto é no presente ano de 2006, dinamizado por 120 instituições que no âmbito das suas competências e em estreita colaboração intersectorial, têm vindo a pôr em prática os princípios veiculados pela Rede Europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, da qual o Município do Seixal faz parte.

No âmbito do Projecto Seixal Saudável, e tendo em vista a formação e a educação das crianças, jovens e suas famílias, existem vários projectos dos quais destacamos:

- *Projecto Crescer a Sorrir – Segurança Infantil* que pretende contribuir para a diminuição de acidentes domésticos e de lazer nas crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; destina-se a educadores, amas, pais e encarregados de educação, assim como a profissionais que prestem cuidados a crianças.
- *Projecto Educação para a cidadania* que pretende sensibilizar pais e outros educadores a desenvolver capacidades com os seus filhos ou educandos, antes da entrada na escola e durante os primeiros anos de frequência do ensino básico, criando um maior envolvimento e uma filosofia preventiva; destina-se a pais e encarregados de educação, educadores de jardim-de-infância e professores do 1º ciclo do ensino básico.
- *Projecto Sexualidade na Adolescência* que pretende suscitar a reflexão orientada relativamente a um conjunto de aspectos relacionados com a vivência da sexualidade durante a adolescência; destina-se a adolescentes, pais e encarregados de educação, professores e técnicos de saúde e de outras áreas profissionais que trabalhem com jovens adolescentes.
- *Projecto Segurança Rodoviária do Município do Seixal*, desenvolvido em parceria com escolas, centros de saúde, Associação de Bombeiros Voluntários do Seixal e forças de segurança (GNR e PSP – Escola Segura), cujo objectivo principal é o de diminuir a sinistralidade rodoviária no Município do Seixal. Neste projecto trabalham-se conceitos de civismo, respeito pelas regras de trânsito, responsabilidade, aprendizagem e reconhecimento de risco rodoviário enquanto peão, passageiro e condutor e aprendizagem de atitudes de prevenção do acidente rodoviário.

- **Projectos relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – educação e novas tecnologias**

A educação das crianças e dos jovens é assumida como uma das grandes preocupações contemporâneas e uma das maiores responsabilidades da comunidade, sendo considerada como o principal eixo de investimento para a construção de uma sociedade valorizada e capacitada para responder aos desafios da competição económica e, paralelamente, garantir o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva. A capacidade de criação de conhecimento constitui um factor fundamental de competitividade.

No âmbito da sua acção, a Câmara Municipal do Seixal está ciente de que deverão ser criados factores de diferenciação positiva. Por isso, no desenvolvimento do quadro da sua política educacional, tem aderido a projectos de preparação da população escolar para o desafio da globalização e da competitividade mundial.

Os desafios para a qualificação da Educação encontram algumas das respostas na utilização adequada das TIC para a inovação e eficiência nos processos pedagógicos, na gestão e administração dos recursos logísticos e na valorização dos recursos humanos. O uso das novas tecnologias da informação e comunicação, suportada por conectividade em Banda Larga, pode contribuir para uma melhoria considerável na transmissão do

conhecimento. O *projecto de Banda Larga* possibilita o acesso à Internet nas escolas, o que constitui um importante passo para a generalização da utilização das TIC por professores e alunos.

A Câmara Municipal do Seixal tem procurado responder aos desafios que lhe têm sido colocados, no sentido de dotar as escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância da rede pública, com equipamento informático, por forma a que as crianças destes graus de ensino, seus educadores e professores, tenham acesso desde o início do percurso lectivo da escolaridade obrigatória, às novas tecnologias. Os dados disponíveis demonstram que actualmente, o factor mobilizador para a utilização da Internet não parece ser o acesso gratuito em locais públicos, mas sim a necessidade, ou a obrigação, da sua utilização para fins práticos e objectivos como o Trabalho, a Educação escolar e a Actualização tecnológica.

No âmbito do projecto Seixal Digital, aprovado pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, e em fase final de execução, a Câmara Municipal sempre entendeu o Município como Cidade Digital, tendo preocupações claras relacionadas com as comunidades de prática, ao que não tinha sido dado particular relevo pela entidade gestora. Um dos projectos para o qual a Câmara tem contribuído com algumas iniciativas é o projecto municipal *A Escola Informada*. Este projecto insere-se na estratégia municipal de incremento à criação de Conhecimento e tem como objectivo geral fornecer à comunidade escolar um único ponto de acesso a uma plataforma de aprendizagem, conhecimento, comunicação e colaboração, disponibilizando recursos educacionais de elevada qualidade, informação e aplicações. Desenvolver projectos de estímulo à criatividade e à iniciativa de todos os agentes de educação que propiciem a criação de dinâmicas locais e regionais comprometidas com a educação.

Este projecto permitirá contribuir fortemente para os objectivos do projecto Escola Informada, da Sociedade de Informação em geral e do programa Ligar Portugal, em especial permitindo generalizar a utilização das TIC pelos professores, modernizar o ambiente escolar, estimular a criação de novos conteúdos educativos baseados em tecnologias multimédia e estimular o desenvolvimento de uma “enciclopédia aberta”.

Tendo em conta a política municipal e o lugar prioritário que a educação sempre ocupou nesta política, a dotação de escolas com equipamento informático, permite à Câmara Municipal manter o seu lugar de “vanguarda”, na criação de melhores condições de trabalho para alunos e professores, das escolas do Município do Seixal.

- **Educação Ambiental**

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, vem reconhecer a Educação Ambiental nos novos objectivos de formação dos alunos, definição que abrange todos os níveis de ensino.

A Câmara Municipal do Seixal, no âmbito da sua política educativa desenvolve vários programas de apoio, junto das escolas, relacionados com a sensibilização ambiental e a defesa do meio ambiente. Apesar de esta temática ser abordada nas escolas ao nível curricular, a autarquia através da Divisão de Educação, da Divisão de Ambiente e da Divisão de Espaços Verdes tem desenvolvido projectos de Sensibilização e Educação Ambiental.

Nas escolas do 1º ciclo, as *Hortas Pedagógicas* e as actividades relacionadas com os cuidados a ter com as mesmas, existem desde a segunda metade da década de 1980. Este é um dos projectos com maior adesão por parte da comunidade educativa. Os projectos de compostagem (com a colocação de compostores nas escolas), a realização de Ateliers de Reciclagem, os colóquios temáticos sobre árvores, plantas, aves, e espécies existentes no Município, as Caminhadas à Descoberta, a observação de aves, são apenas alguns dos projectos e iniciativas desenvolvidos junto da comunidade escolar.

• **Expressão e Educação Físico-motora**

O *Programa de apoio à Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico*, implementado há mais de 20 anos no Seixal, promove a prática regular da Educação Física pelas crianças deste nível de ensino, materializando-se na realização de acções de formação regulares dirigidas aos professores, na dotação de todas as escolas com material didáctico para a prática daquela modalidade, proporcionando ainda apoio técnico-pedagógico por parte de um professor licenciado em Educação Física. No âmbito deste Programa desenvolvem-se ainda outras importantes actividades: *Projecto de Natação* (Patinhos na Água, para os Jardins de Infância e Primeiras Braçadas, para o 1º Ciclo), *Projecto Brincar ao Atletismo* e *Projecto Ensino do Xadrez nas Escolas*, para o 1º Ciclo. A organização de *Jogos Tradicionais* e *Estafetas Escolares* com as escolas do 1º Ciclo são iniciativas das juntas de freguesia com o apoio da Câmara Municipal.

• **Expressões Artísticas**

A Câmara Municipal do Seixal, no âmbito da sua política educativa, desenvolve vários programas relacionados com a área das expressões artísticas junto das escolas básicas e dos jardins-de-infância. Apesar de esta temática ser abordada nas escolas ao nível curricular, a autarquia através da Divisão de Educação e da Divisão de Acção Cultural tem desenvolvido projectos de sensibilização sonora e Educação Musical, Expressão Dramática e Dança.

Na área da educação musical a autarquia desenvolve dois projectos há vários anos: *Projecto de Alfabetização Musical* e *Projecto de Percussões “Tocá Rufar”*. A aprendizagem das primeiras noções de música, o despertar para um mundo de sensibilização sonora e a facilidade da obtenção de um resultado harmonioso de sons, gestos, criatividade e sensações, resume o que tem sido a experiência do Projecto da Alfabetização Musical ao longo da sua existência. Os “Tocá Rufar”, projecto de revivificação da música tradicional portuguesa, que desde a sua criação no ano lectivo de 1997/98 tem estimulado centenas de jovens do município no desenvolvimento e estímulo do gosto pelas percussões, proporcionou a constituição de uma grande orquestra de percussão, de cujo palmarés constam diversas apresentações no país e no estrangeiro. Os Tocá Rufar envolvem directamente crianças e jovens do Ensino Básico e Secundário com o apoio e dinamização de monitores.

Na área da Expressão Dramática e Dança são desenvolvidos diversos projectos junto da comunidade escolar. Pretende-se promover a aprendizagem prática de actividades expressivas, fundamentais para o desenvolvimento da personalidade, da estruturação do pensamento, do desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação e do

sentido estético. Os projectos *Viver a Dança e o Teatro*, *Ap(re)nder o Teatro* e *Mostra de Teatro Escolar* são alguns dos projectos e iniciativas desenvolvidas junto da comunidade escolar.

• Educação no âmbito do Património Histórico e Natural

Com o objectivo de **interpretar e difundir o património cultural e paisagístico do Concelho** e o acervo do Ecomuseu, o Serviço Educativo do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) desenvolve anualmente **programas** para iniciativas no âmbito da educação em património histórico e natural, com actividades destinadas a diferentes públicos-alvo, nomeadamente crianças e jovens das **escolas da rede pública e privada** do Seixal e dos vários níveis e ciclos de ensino, que incluem ateliês (*“Descobertas matemáticas no EMS”*), visitas temáticas (*“A pé pelo concelho”*) e passeios no Tejo (*“Nós e o Rio”*).

Para além de outros **projectos e parcerias** realizados com as escolas, destacam-se ainda os projectos que o Ecomuseu tem desenvolvido em parceria com entidades locais e nacionais, envolvendo alunos na descoberta do património histórico e natural e proporcionando cursos ou oficinas de formação a professores, com vista a promover a **educação patrimonial como vector essencial da cidadania e factor de desenvolvimento local e regional** (incluindo o incentivo à realização de actividades ligadas ao património no âmbito do currículo escolar como estratégia para potenciar o estudo e a valorização do património local e regional).

O *“Projecto E-época”*, com o Ministério da Educação ou a participação no concurso *“A Minha Escola Adopta Um Museu”*, promovido pelos Ministérios da Educação e da Cultura, têm constituído importantes estratégias de envolvimento da comunidade educativa na construção de comunidades transmissoras de património e de memórias colectivas, no concelho do Seixal.

1.7. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO SEIXAL

De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, o Conselho Municipal de Educação é “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

A composição do Conselho Municipal de Educação do Seixal (CMES) foi aprovada pela Câmara em Novembro de 2004 e na Assembleia Municipal em Dezembro do mesmo ano, após um processo de designação e eleição dos seus membros que, tendo em conta o disposto no artigo 5º do diploma atrás citado, são os seguintes: o Presidente da Câmara Municipal, que preside; o Presidente da Assembleia Municipal; o Vereador responsável

pela Educação, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos; o Director Regional de Educação de Lisboa ou quem este designar em sua substituição; um Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal, em representação das freguesias do Concelho; um representante do pessoal docente do ensino secundário público; um representante do pessoal docente do ensino básico público; um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública; um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados; dois representantes das associações de pais e encarregados de educação; um representante das associações de estudantes; um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem actividade na área da educação; um representante dos serviços públicos de saúde; um representante dos serviços da segurança social; um representante dos serviços de emprego e formação profissional; um representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto; um representante das forças de segurança. De acordo com a especificidade das matérias a discutir no Conselho Municipal de Educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.

Os elementos do Conselho Municipal de Educação do Seixal tomaram posse a 11 de Abril de 2005. Nessa mesma data nomearam o seu representante na Comissão Mista de Coordenação do Plano Director Municipal, constituída pelo Despacho n.º 20 936/2003/SEOT (2ªSérie), publicado em Diário da República de 30 de Novembro. Actualmente o Conselho Municipal de Educação encontra-se em pleno funcionamento. Fundamental, não só para a coordenação da política educativa no Município, o Conselho Municipal de Educação assume papel relevante no acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da Carta Educativa do Município do Seixal.

2. CARTA EDUCATIVA

2.1. ENQUADRAMENTO GERAL

“A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município.” (artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro)

Assim, em cada Município, a **Carta Educativa** constitui um instrumento de planeamento abrangente, integrado e contextualizado no Plano Director Municipal (PDM), tendo como objectivo final a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura da população concelhia. Neste sentido torna-se um instrumento fundamental no **planeamento, programação e gestão da rede de equipamentos educativos**, especialmente num concelho como o do Seixal caracterizado nas últimas décadas por uma forte pressão demográfica e urbanística.

Enquadrada legalmente pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro (alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto), a Carta Educativa é um **instrumento mobilizador** não só de uma prática sistemática e continuada de planeamento e gestão, mas também de concertação entre os interesses da comunidade educativa e ainda de incentivo à dinâmica do sistema educativo local. Permite também detectar e analisar as carências e assimetrias na distribuição espacial dos equipamentos educativos, encontrar formas de rentabilização, adaptação e recuperação dos estabelecimentos já existentes, perceber quais as suas relações com o tecido urbano, ajustar as necessidades à realidade da população e fornecer elementos de referência para a prática urbanística, de acordo com a Política Educativa Municipal.

Como vimos no capítulo anterior, a abrangência da actuação da Câmara Municipal do Seixal (CMS) neste sector é vasta. Por iniciativa municipal é assumido um conjunto de apoios financeiros, logísticos e técnicos a todos os estabelecimentos da rede pública e são disponibilizados diversos projectos que complementam e valorizam os programas curriculares, fomentando o sucesso escolar e inibindo o abandono escolar.

Tendo em conta que a evolução da sociedade fez surgir novos valores fundamentais, a Carta Educativa (CE) tem também um papel importante no **desenvolvimento concelhio**. A **qualificação dos recursos humanos** é um factor-chave de desenvolvimento e, na sociedade do conhecimento, é primordial prestar particular atenção ao desafio que representa o aumento da qualidade e da eficácia dos sistemas de educação e de formação.

Relativamente à formação, dois vectores merecem ser destacados por necessitarem de estratégias de potenciação. No que se refere à **formação dos jovens** a CE poderá contribuir para potenciar a articulação entre os *parceiros económicos*, de modo a reforçar a importância da componente profissional da acção educativa com ligações à vida activa (através, por exemplo, de incentivos a parcerias com agentes económicos locais). Por outro lado, deve atender-se também à **formação contínua**, cujo fulcro consiste no incentivo à qualificação e formação dos activos, de modo a que esta medida possa constituir uma mais-valia para o desenvolvimento socio-económico.

Os princípios contidos na CE deverão também contribuir para promover a preparação dos futuros munícipes activos para a **cidadania e participação democrática** na coesão social, compreensão intercultural e respeito pela diversidade e pelos Direitos Humanos. É neste contexto que a Carta Educativa do Seixal foi elaborada.

2.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Como enquadramento legal da CE apresenta-se uma síntese dos instrumentos legais existentes relacionados com esta temática. Tem como objectivo servir de referência e de consulta para os diversos agentes e actores envolvidos no processo educativo, de modo a enquadrar a sua participação.

INSTRUMENTOS LEGAIS DE ÂMBITO GERAL

Nos artigos 73º e 74º da **Constituição da República Portuguesa** (7ª Revisão, de 2005), relativamente à educação, cultura e ciência, é preconizado o seguinte:

“Todos têm direito à educação e à cultura”

“O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”

Sobre os direitos e deveres, relativamente à incumbência do Estado, destacam-se os seguintes pontos:

- a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
- c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
- d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
- e) Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino;
- f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;
- g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.”⁹

Assim, em todos os Programas de Governo se faz referência à Educação. No actual **Programa do XVII Governo Constitucional** (2005-2009), sob o tema “Mais e Melhor Educação” e no âmbito da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário, são sete os itens da agenda política:

1. Apostar em mudanças estruturais, para conseguir a **educação de qualidade para todos**;
2. As escolas ao serviço da aprendizagem dos alunos (considera-se necessário consolidar a **dinâmica dos agrupamentos** de escolas do ensino básico e a **adaptação dos modos e tempos de funcionamento** às necessidades das famílias e ainda, assume-se como urgente a

⁹ Artigo 74º da Constituição da República Portuguesa.

- aproximação entre as escolas secundárias, as escolas profissionais e os centros de formação, criando uma **rede de oferta articulada e complementar**, entre outros);
3. Consolidar a **educação básica**;
 4. Expandir a educação e a formação de **nível secundário**;
 5. Promover a **qualidade educativa** (numa lógica de a educação básica e o ensino secundário virem a constituir num futuro próximo a **educação fundamental**, a avaliação deve privilegiar a aquisição de competências e capacidades a qual terminará com exames finais de 12º ano e para tal serão lançadas **medidas de qualificação da educação** como um sistema de avaliação e certificação de manuais escolares e a criação de uma rede de recursos educativos, sócias e psicológicos para apoio às escolas e professores);
 6. Um novo impulso à **educação de adultos**;
 7. A **administração educativa** ao serviço das escolas e das comunidades (significa na sua essência que o **sistema educativo deverá revestir-se de transparência e responsabilização** de todos e de cada um dos intervenientes, i.e., o Ministério da Educação deve assumir as funções de financiador e regulador do sistema, desenho e desenvolvimento curricular e as Autarquias, exercendo novas competências, como responsáveis pelo planeamento educativo e pela gestão de recursos físicos e humanos não docentes).

INSTRUMENTOS LEGAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

Uma vez que são inúmeros os diplomas legais que regulam a actividade educativa, como enquadramento legislativo da temática optou-se por destacar apenas os de carácter genérico e que se relacionam com a Carta Educativa:

LEI N.º 46/86, DE 14 DE OUTUBRO (ALTERADA PELA LEI N.º 115/97, DE 19 DE SETEMBRO E PELA LEI N.º 49/2005, DE 30 DE AGOSTO) – LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (LBSE).

- Do artigo 1º, âmbito e definição do **sistema educativo**, destaca-se o seguinte:
 - “ (...) 2 – O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.”
- Quanto à sua **organização geral**, de acordo com o artigo 4º:
 - “1 – O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.
 - 2 – A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.
 - 3 – A educação escolar compreende os ensinamentos, básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

- 4 – A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.”
- Relativamente aos **recursos materiais** da rede escolar, de acordo com o artigo 37º:
 - “1 – Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.
 - 2 – O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.”
 - “O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.” (artigo 38º)
 - Quanto aos **edifícios escolares**, segundo o artigo 39º, existe um conjunto de princípios a observar:
 - “1 – Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos. [...]
 - 3 – A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.
 - 4 – Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.
 - 5 – A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.”
 - Constituem **recursos educativos** os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa, privilegiando-se os seguintes, segundo o artigo 41º:
 - “1 – a) Os manuais escolares;
 - b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
 - c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
 - d) Os equipamentos para educação física e desportos;
 - e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
 - f) Os centros regionais de recursos educativos.” (...)
 - No que se refere ao **financiamento da educação**, destaca-se no artigo 42º:

- “1 – A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.
- 2 – As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.”

INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS DA CARTA EDUCATIVA

DECRETO-LEI N.º 7/2003, DE 15 DE JANEIRO (ALTERADO PELA LEI N.º 41/2003, DE 22 DE AGOSTO) - REGULA AS COMPETÊNCIAS, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, ASSIM COMO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.

De acordo com o artigo 1º, este diploma tem por objecto a transferência de competências na área da educação e do ensino não superior, nomeadamente sobre:

- “1 – (...) os conselhos municipais de educação, regulando as sua competências, a sua composição e o seu funcionamento;
- 2 – (...) a carta educativa, regulando o processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos.”

De acordo com o artigo 13º: “Entende-se por <<rede educativa>> a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objectivos de política educativa (...)”.

As condições a que os municípios devem obedecer para ficarem autorizados a recorrer ao crédito para financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários (dos quais se destaca a construção e remodelação do equipamento educativo), são determinadas pelo Despacho Conjunto n.º 749/2004, de 28 de Dezembro.

INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS DO ENSINO BÁSICO

DECRETO-LEI N.º 387/90, DE 10 DE DEZEMBRO (ALTERADO E REPUBLICADO PELO DL N.º 314/97, DE 15 DE JANEIRO) – DEFINE AS NORMAS APLICÁVEIS À DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO OU DE ENSINO PÚBLICOS.

DECRETO-LEI N.º 115-A/98, DE 4 DE MAIO (ALTERADO PELA LEI N.º 24/99, DE 22 DE ABRIL E PELO DR N.º 12/2000, DE 29 DE AGOSTO) – APROVA O RÉGIME DE AUTONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO.

DECRETO-LEI N.º 6/2001, DE 18 DE JANEIRO (ALTERADO PELO DL N.º 209/2002, DE 17 DE OUTUBRO) – APROVA A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO.

DESPACHO N.º 12591/2006 (2ª SÉRIE), DE 16 DE JUNHO, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – GABINETE DA MINISTRA
– APROVA O PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS NOS 3º E 4º ANOS E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO.

INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

LEI N.º 5/97, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI-QUADRO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.

DECRETO-LEI N.º 147/97, DE 11 DE JUNHO – REGIME JURÍDICO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.

DESPACHO CONJUNTO N.º 268/97, DE 25 DE AGOSTO – DEFINE OS REQUISITO PEDAGÓGICOS E TÉCNICOS PARA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.

INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PORTARIA N.º 1102/97 E PORTARIA N.º 1103/97, DE 3 DE NOVEMBRO – ESTABELECEM AS CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O ENSINO ESPECIAL DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE ENSINO ESPECIAL E INSTITUIÇÕES PARTICULARES, RESPECTIVAMENTE.

INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS DO ENSINO SECUNDÁRIO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DECRETO-LEI N.º 74/2004, DE 26 DE MARÇO (ALTERADO PELO DL N.º 24/2006, DE 6 DE FEVEREIRO) – ESTABELECE OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO CURRICULAR, BEM COMO DA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS, NO NÍVEL SECUNDÁRIO DE EDUCAÇÃO.

DECRETO-LEI N.º 4/98, DE 8 DE JANEIRO – APROVA O REGIME DE CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS E CURSOS PROFISSIONAIS.

O Ensino Profissional é regulamentado pela Portaria nº 550-C/2004, de 21 de Maio.

PORTARIA N.º 1082-A/2001, DE 5 DE SETEMBRO – CRIA UM SISTEMA NACIONAL DE CENTROS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC).

DESPACHO CONJUNTO N.º 279/2002 (2ª SÉRIE), DE 12 DE ABRIL, DO ME E DO MTSS – VISA DINAMIZAR A OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA JUNTO DOS JOVENS QUE SE ENCONTREM EM RISCO DE ABANDONO SEM CONCLUIR A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA, PROPORCIONANDO-LHES UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL QUALIFICANTE

A organização, desenvolvimento, avaliação e acompanhamento bem como as tipologias e respectivas matrizes curriculares dos cursos são estabelecidos pelo Despacho-conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho.

OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS ESPECÍFICOS

• **Orientações sobre a organização das escolas**

- Despacho n.º 13765/2004 (2ª série), de 13 de Julho, do Ministério da Educação – Gabinete do Ministro (altera o Despacho-conjunto n.º 373/2002, de 23 de Abril) – Estabelece as normas a observar na matrícula e sua renovação, na distribuição dos alunos, no período de funcionamento dos cursos e na constituição de turmas.

• **Transportes**

- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro – Regula a transferência das competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.
- Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril – Regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos.

• **Edifícios Escolares**

- Despacho 11/SEAE/97, de 4 de Abril – Lança o Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar.
- Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio – Aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública, estabelecendo normas específicas para os estabelecimentos escolares e de formação.
- Portaria n.º 193/2005, de 17 de Fevereiro – Actualiza a relação de disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projectos de obras e sua execução.

• **Desporto Escolar**

- Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho – Lei de Bases do Desporto Escolar
- Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio (alterado pelo DL n.º 82/2004, de 14 de Abril) - Aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção do material existente nas instalações desportivas de uso público, nas quais se incluem os gimnodesportivos das escolas.
- Portaria n.º 483/2002, de 24 de Abril que define as normas gerais para a utilização das instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino.

INSTRUMENTOS LEGAIS DE ÂMBITO AUTÁRQUICO

LEI N.º 159/99, DE 14 DE SETEMBRO – ESTABELECE O QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS.

LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – ESTABELECE O QUADRO DE COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS FREGUESIAS.

INSTRUMENTOS LEGAIS DE ÂMBITO URBANÍSTICO

LEI N.º 48/98, DE 11 DE AGOSTO – LEI DE BASES DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO.

DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO (ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 177/2001, DE 4 DE JUNHO) – ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO.

PORTARIA N.º 1136/2001, DE 25 DE SETEMBRO – DEFINE OS PARÂMETROS DE DIMENSIONAMENTO DAS PARCELAS DE TERRENO DESTINADAS A ESPAÇOS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA, INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS E EQUIPAMENTOS RESULTANTES DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO.

DECRETO-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO (ALTERADO E REPUBLICADO PELO D.L N.º 310/2003, DE 10 DE DEZEMBRO) – DESENVOLVE AS BASES DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO.

3. A CARTA EDUCATIVA DO SEIXAL

3.1 ANTECEDENTES – CARTA ESCOLAR DO SEIXAL

A Carta Escolar do Seixal foi elaborada por uma equipa de técnicos municipais, em estreita colaboração com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), do Ministério da Educação (ME) e na sequência da conclusão do Plano Director Municipal do Seixal (PDM), aprovado e publicado em 1993. Concluída em 1994, foi aprovada no mesmo ano pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Nunca chegou porém a ser aprovada pelo Ministério da Educação, o que no entanto não impediu que, durante dez anos, fosse considerada o instrumento de referência para a programação, construção, ampliação ou adaptação de estabelecimentos de ensino, tanto da responsabilidade do Ministério da Educação como da Autarquia.

Para a elaboração da Carta Escolar procedeu-se na época a um levantamento exaustivo da rede municipal de equipamentos escolares, públicos e privados, nas valências de pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e formação profissional. Com base neste levantamento, referente ao ano lectivo de 1991/1992, detectaram-se as carências do sistema educativo do município e programaram-se os equipamentos educativos necessários, localizando e reservando o terreno exigido para cada uma das propostas. Também “possibilitou uma completa caracterização do parque escolar, do número de alunos envolvidos e das vertentes educativas leccionadas”¹⁰ Este documento, tal como foi organizado, contribuiu para a reconfiguração da rede de equipamentos escolares dos níveis pré-escolar, básico e secundário. O seu principal objectivo foi propor uma rede de estabelecimentos que permitisse a correcção dos desequilíbrios existentes, possibilitando a aplicação integral da Lei de Bases do Sistema Educativo. Assumiu ainda uma importância estratégica no contexto do ordenamento do território concelhio pois definiu os terrenos a afectar para a instalação de novas escolas ou ampliação das existentes.

As principais conclusões extraídas da Carta Escolar, relativamente ao diagnóstico do sistema educativo no Concelho, foram:

“1 – A evolução da população escolar é negativa assistindo-se sobretudo nos níveis iniciais a uma redução crescente do número de alunos. No entanto a capacidade de atracção do Concelho é ainda bastante grande podendo aumentar (...).

2 – O parque escolar, sobretudo o do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e o do Secundário encontra-se superlotado não dando sequer resposta a toda a procura existente, pelo que há um contingente de quase mil alunos a deslocar-se para escolas dos concelhos limítrofes.”¹¹

Os critérios de programação utilizados na Carta Escolar foram dimensionados tendo em conta uma população para o Concelho coincidente com a prevista no PDM do Seixal, isto é, aproximadamente 164 mil

¹⁰ In Carta Escolar do Concelho do Seixal; CMS (1994).

¹¹ *Idem*

habitantes. A estrutura urbana proposta no PDM, que organizava o território em três eixos de expansão (nascente, central e poente), polarizados pelas Cidades do Seixal e Amora e pela Vila de Corroios, foi também utilizada pela Carta Escolar na definição dos **territórios educativos**. O território educativo do Seixal, correspondendo ao eixo nascente, incluía as freguesias de Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Fernão Ferro; o território educativo de Amora, correspondendo ao eixo central, integrava a freguesia de Amora; e o território educativo de Corroios coincidindo com o eixo poente e com a freguesia de Corroios.

Para a programação de novos equipamentos e adaptação dos existentes foram elaboradas estimativas populacionais para o ano de 2001, a partir das quais se elaboraram projecções, para o mesmo horizonte, sobre o número de alunos nos diferentes níveis de ensino, as respectivas necessidades em termos de turmas ou de salas e o número de estabelecimentos escolares, criteriosamente distribuídos no território municipal.

No quadro seguinte apresenta-se uma **comparação** entre as **estimativas da população** (total e em idade escolar) **para 2001** contidas na Carta Escolar e a **população residente** registada pelos **Censos 2001**, relativamente ao Concelho e distribuídas pelos três territórios educativos

Quadro 1 - Quadro comparativo dos dados dos Censos de 1991 e 2001 com as estimativas populacionais da Carta Escolar

	População Residente 1991 *	População Residente 2001 *	População Residente Estimada para 2001 **	População Residente a Escolarizar em 2001 * (ensino obrigatório)	População Residente Estimada a Escolarizar em 2001 ** (ensino obrigatório)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	35 439	46 475	45 300	6 097	5 712
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	44 676	50 991	58 400	7 076	7 632
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	36 797	52 805	47 290	7 057	6 720
CONCELHO	116 912	150 271	150 990	20 230	20 064

Fonte: * INE, Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001.

** CMS: Carta Escolar do Concelho do Seixal, 1994.

Nota: A população residente a escolarizar corresponde ao grupo etário dos 6 aos 14 anos.

Dez anos passados sobre a apresentação deste documento podemos verificar que os cálculos efectuados foram bastante rigorosos, habilitando o Município com indicadores precisos sobre a oferta e a procura do seu parque escolar e princípios orientadores para o reordenamento da rede educativa, o que nos leva a encarar a nova Carta Educativa com optimismo e expectativa.

3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, quer a legislação que regula a elaboração da Carta Educativa (CE) quer a que regula a elaboração do PDM salientam a necessidade de identificar e planear os equipamentos de

educação integrando a CE, enquanto instrumento estratégico de planeamento, nos procedimentos de elaboração daquele Plano.

Dado o grande desenvolvimento demográfico e socio-económico que tem ocorrido no concelho do Seixal, tornou-se evidente a necessidade de actualizar a caracterização do parque escolar do município face ao levantamento feito no âmbito da Carta Escolar para o ano lectivo de 1992/1993. Por outro lado, na sequência do trabalho já desenvolvido no sentido da adaptação da rede escolar ao normativo e princípios defendidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, é agora necessário também acautelar os princípios orientadores do planeamento da rede educativa decorrentes da legislação em vigor, tal como referido no capítulo anterior.

Existem ainda dois factores que tornam o momento oportuno para desenvolver a CE e que facilitam todo o seu processo de elaboração e concretização. Por um lado os dados do Recenseamento Geral da População de 2001 e a conclusão das duas primeiras fases da revisão do PDM conferem maior actualidade à análise demográfica e socio-económica da população residente; por outro lado existem actualmente novos meios e instrumentos técnicos, nomeadamente a cartografia de base digital, os procedimentos gráficos e instrumentos de análise informáticos que facilitam a sistematização e a análise relacional da informação.

Nesta sequência, na elaboração da Carta Educativa do Seixal destacam-se os seguintes momentos:

- Em Abril de 2004 foi aprovado em reunião de Câmara, iniciar a elaboração da CE do Seixal, no âmbito do processo de revisão do PDM, cujo início foi deliberado em Maio de 2002¹²;
- Em Novembro e Dezembro de 2004, foi aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal (AM), respectivamente, a composição do Conselho Municipal de Educação do Seixal (CMES);
- Em Dezembro de 2004 foi assinado o Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e o ME para a elaboração das cartas educativas;
- Em Outubro de 2005 foi assinado um acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1º ciclo, entre a ANMP e ME;
- Em Fevereiro de 2006, na circular 20\2006-SA, da ANMP, sobre a elaboração e aprovação da carta educativa – ajustamentos e adaptações – refere-se que “de acordo com informação da Senhora Ministra da Educação, a partir do mês de Julho próximo já será possível o recurso a apoios específicos para a execução das soluções vertidas na carta educativa”.
- Em Abril de 2006, na circular 57\2006-SA da ANMP é reforçada a necessidade de enviar a carta educativa para a DREL e para o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) dado que “a partir do próximo mês de Junho será possível a apresentação de candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), havendo, conseqüentemente, necessidade de compatibilizar e articular as soluções vertidas nas cartas educativas com o apoio financeiro a disponibilizar.”

¹² Deliberação publicada em Diário da República de 8 de Julho de 2002 pelo Aviso nº 6040/2002 (2ª série).

3.3. ESTRATÉGIAS E OBJECTIVOS

Tendo em conta os antecedentes nesta matéria, a legislação em vigor e o facto de estar a ser revisto o PDM, para desenvolver a CE do Seixal foi elaborado um plano de trabalho que incluiu: a definição, apropriação e validação de conceitos, a definição dos intervenientes, a definição da metodologia, dos conteúdos e do calendário de execução e ainda a compilação/triagem da informação disponível. Foi também realizada uma análise da realidade sócio-educativa e sua contextualização, que incluiu a análise de documentos e estudos existentes e a promoção do contacto entre os intervenientes no processo. Com esta caracterização pretendeu-se sintetizar a **situação actual da educação/formação** e do desenvolvimento escolar do Concelho, avaliando estrangulamentos e potencialidades existentes relacionados com as preocupações estratégicas definidas.

A concretização da CE no presente documento para além de toda a parte introdutória e de caracterização, inclui as propostas de reordenamento da rede e de desenvolvimento do sistema educativo local, com as opções, os objectivos e as orientações da política educativa local e o seu modo de operacionalização. Depois da CE estar concluída iniciar-se-ão os procedimentos de **monitorização e avaliação**, garantindo a sua permanente actualização.

Tal como foi referido no ponto 2.2 do capítulo anterior, de acordo com a legislação em vigor, a elaboração da CE é uma competência das Autarquias. Nesse sentido, para a CE do Seixal, a Autarquia estabeleceu dois **objectivos estratégicos**:

- Enquanto processo visa a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população concelhia;
- Enquanto instrumento de planeamento, visa a prossecução da boa prática de planeamento urbanístico já instalada, apoiada neste estudo sectorial que integra a revisão do PDM.

Os principais objectivos da CE do Seixal decorrem não só da aplicação do artigo 11º, do D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, como também da própria interpretação da Autarquia acerca da operacionalidade deste instrumento de planeamento urbanístico e de desenvolvimento socio-económico do município.

A CE entendida como o principal instrumento de planeamento e programação no sector da educação, do ensino e da formação profissional permitirá a concretização dos seguintes **objectivos gerais**:

- Assegurar que a rede pública de estabelecimentos de educação, de ensino básico e secundário e também de formação profissional seja e esteja não só adequada à legislação em vigor mas também aos objectivos da Política Educativa Municipal;
- Assegurar a racionalização e complementaridade da oferta preconizando e desenvolvendo a sua qualidade;

- Consolidar o processo de agrupamento de escolas tendo em conta a especificidade de cada território educativo;
- Incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo de modo a garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do Município (os estabelecimentos educativos são considerados equipamentos estruturantes no desenvolvimento urbanístico do Município);
- Inculcar e fomentar a discussão e fornecer instrumentos de implementação dos principais conceitos associados à Educação enquanto indicadores e geradores de qualidade de vida.

Assim, este documento foi desenvolvido de modo a cumprir os seguintes **objectivos específicos**:

- Caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional, de âmbito público e privado (com fins lucrativos ou não);
- Seleccionar o(s) critério(s) de programação e dimensionamento mais adequado(s) à realidade e às necessidades específicas do Município;
- Diagnosticar as carências e necessidades, quantitativas e qualitativas, existentes e ainda prever as futuras necessidades;
- Detectar e corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos públicos, garantindo uma distribuição espacial equilibrada;
- Apresentar uma proposta de concretização do plano de intervenção realista e exequível, dentro dos prazos programados.

3.4. METODOLOGIA DE ABORDAGEM

1. Segundo o artigo 12º, do D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a CE deverá contemplar “ (...) a identificação a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar.” e “ (...) uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas (...)”. O ordenamento ou reordenamento da rede educativa deverá ainda considerar e ter por base, os territórios educativos e os agrupamentos verticais de escolas.

Assim e como **metodologia** adoptada, a Câmara Municipal do Seixal (CMS) optou pelo faseamento da concretização da CE. Num primeiro momento, que corresponde ao presente documento e respectivos anexos, proceder-se-á à apresentação do seguinte:

- a) Caracterização, análise e diagnóstico do sistema educativo do Município;
- b) Proposta de reordenamento da rede pública de equipamentos de educação, ensino e formação e respectivo plano de execução (de acordo com o artigo 18º do D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, nomeadamente, relatório com as principais medidas a adoptar e a sua justificação);

c) Programa de execução, com a calendarização da concretização das medidas, com a estimativa do custo das realizações propostas e com menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela execução.

Posteriormente, dar-se-á início à monitorização da Carta Educativa propondo-se também a elaboração dos instrumentos complementares de análise e diagnóstico que se considerem necessários e que contribuam para a visão holística da Educação, no concelho do Seixal.

2. Com a evolução da Carta Escolar para a nova Carta Educativa alargou-se o conceito inicial ao **sistema educativo**, numa perspectiva que ultrapassa a mera programação de equipamentos. Com esta nova visão foram adoptadas uma série de opções metodológicas e conceitos, alguns inovadores, os quais interessa explicar para garantir uma boa interpretação do próprio documento em si.

O planeamento educativo deve ter em conta que a **política educativa** tem novos conceitos associados, nomeadamente:

- No âmbito da educação/formação, do reforço da autonomia das escolas e da ligação destas à comunidade;
- No âmbito da concepção de um sistema educativo articulado com os parceiros sociais e económicos, com a comunidade e famílias, com as empresas e mercado social do trabalho e do emprego;
- No âmbito da integração da rede escolar na estrutura urbana.

Um **princípio orientador** deverá ser respeitado no reordenamento da rede escolar: todos os estabelecimentos deverão ser considerados em rede como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade. O novo conceito de **escola**, prevista na legislação, reforça os princípios da integração e articulação de recursos, da concepção do desenvolvimento educativo como processo sequencial e da interligação com o desenvolvimento social e local. A escola é encarada como um local central de gestão e a comunidade local como um parceiro essencial na tomada de decisões.

Neste âmbito, é necessário considerar o conceito de **agrupamento de escolas**. Tratam-se, de acordo com a legislação, de unidades organizacionais, dotadas de órgãos próprios de administração e gestão, constituídas por estabelecimentos públicos, com oferta ao nível de educação pré-escolar e do ensino básico, a partir de um projecto pedagógico comum. Com estas unidades favorecesse um percurso escolar sequencial e articulado, reforçando a capacidade pedagógica dos estabelecimentos e um aproveitamento racional dos recursos disponíveis em todos os estabelecimentos que os constituem. A base de um agrupamento é uma “escola nuclear”, que deverá ser uma EB2,3, EBI ou EBI/Jardim de Infância, que funciona como centro dinamizador e de apoio congregando os maiores e os mais especializados recursos físicos e humanos, com a possibilidade de possuir certas funções, serviços e actividades que não poderão ser realizadas em escolas mais pequenas.

Por outro lado, existe a perspectiva da **territorialização das políticas educativas** que engloba uma grande diversidade de princípios e processos no âmbito do planeamento e da administração das políticas educativas e urbanas. Neste sentido, o **território educativo** é, na CE do Seixal, entendido como o **espaço geográfico** em que, para além de ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado (cada território educativo engloba vários agrupamentos), se atende à coerência e homogeneidade territorial e urbanística.

Esta definição de território educativo permite a promoção do sucesso escolar ligado à aprendizagem sequencial e aos serviços de apoio sócio-educativo (nomeadamente Educação Especial, Psicologia e Orientação Educativa e Acção Social Escolar), dando relevância à racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos.

3. A informação recolhida e trabalhada na elaboração da CE do Seixal provém de diversas **fontes de informação** que a seguir se descrevem.

Informação demográfica e socio-económica

Para a análise demográfica e socio-económica foi utilizada a informação contida nos Recenseamentos Gerais da População e nos Anuários Estatísticos, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). No que se refere a dados sobre população escolar, para além da informação do INE foram ainda consultados o ME e os agrupamentos de escolas do Concelho. Também foram consultados outros estudos de caracterização do Seixal, com especial atenção para os que se produziram no âmbito da Revisão do PDM assim como o “Diagnóstico Social do Concelho” (Fevereiro de 2006)¹³, documento elaborado por uma equipa de investigação do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, por solicitação do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social do Seixal.

O cenário prospectivo foi construído com base na análise demográfica e socio-económica e nas projecções elaboradas no âmbito da Revisão do PDM; as estimativas da população foram projectadas para 2011 e 2021.

Informação sobre estabelecimentos públicos e privados – oferta

A recolha de informação sobre os **estabelecimentos públicos** de educação, ensino e formação profissional esteve a cargo da Divisão de Educação com base no conhecimento específico resultante do trabalho desenvolvido pelo próprio serviço e na informação disponibilizada pelo ME¹⁴. Quanto à localização, todos os estabelecimentos públicos já se encontram georeferenciados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) da CMS, e essa a informação gráfica foi utilizada para a análise e diagnóstico da oferta.

¹³ Este documento deu origem ao Plano de Desenvolvimento Social, concluído em Julho de 2006.

¹⁴ Informação referente aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ao ensino secundário: dados estatísticos do GIASE e contactos estabelecidos com a DREL.

A informação relativa aos **estabelecimentos privados** de educação, ensino e formação profissional resultou de um levantamento não exaustivo¹⁵ realizado pela Divisão do PDM, que passou pelo reconhecimento no terreno e georeferenciação dos estabelecimentos identificados até Maio de 2006. Nos volumes anexos a este documento são apresentadas as fichas de caracterização e as plantas de localização de todos os estabelecimentos incluídos na análise. Especialmente para a Carta Educativa foi criado um projecto em SIG que, para além de ser um instrumento de análise dos estabelecimentos existentes, servirá de base para a monitorização e futura actualização da Carta Educativa.

Informação sobre frequência e população escolar – procura

Metodologicamente, para a análise de frequências, optou-se por considerar principalmente dois anos lectivos de referência, 2001/2002 e 2004/2005, para que fosse estabelecida uma comparação com os dados do INE, quer do último Recenseamento Geral da População (2001), quer das Estimativas Provisórias de População Residente Intercensitárias de 2004¹⁶. A recolha de dados sobre frequência em **estabelecimentos públicos** esteve a cargo da Divisão de Educação com base em estatísticas¹⁷, por nível de ensino, e levantamentos realizados junto dos agrupamentos de escolas e também na informação disponibilizada pelo ME.

Para os **estabelecimentos privados**, posteriormente à sua identificação no local, a Divisão do PDM elaborou um questionário (em anexo) que lhes enviou e no qual, para além dos dados de identificação, se solicitaram informações sobre as valências oferecidas, a capacidade e a frequência. Criou-se uma base de dados, com a qual é possível estabelecer ligação com o projecto SIG, e que permite identificar e caracterizar cada um destes estabelecimentos.

Reordenamento da rede pública

Para o reordenamento da rede pública foram utilizados os critérios de programação, de dimensionamento e de localização contidos no documento “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (DAAP), do ME, publicado em Fevereiro de 2000, tendo também em conta os territórios educativos definidos e os agrupamentos de escolas existentes. Utilizaram-se ainda as orientações constantes no Despacho n.º 13765/2004 (2ª série), de 13 de Julho, do Ministério da Educação – Gabinete do Ministro, que estabelece as normas a observar na matrícula e sua renovação, na distribuição dos alunos, no período de funcionamento dos cursos e na constituição de turmas.

¹⁵ A partir de informações avulsas, com recurso a diversas fontes de informação e de identificação directa do terreno.

¹⁶ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004.

¹⁷ “Educação Pré-escolar – Estatística”, Delegação Escolar do Seixal, Novembro 2001; “Estatísticas de Matrícula e Frequência”, Delegação Escolar do Seixal, Junho 2002. Os dados de 2005/06 foram fornecidos directamente pelos agrupamentos de escolas.

3.5. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A Carta Educativa é entendida como um processo. A avaliação da eficácia e da eficiência da rede de equipamentos educativos deverá ser permanente, de modo a permitir que, atempadamente, se procedam aos ajustes necessários, minimizando os estrangulamentos que ocorram no processo de implementação.

Pretende-se que, imediatamente a seguir à aprovação e ratificação da Carta Educativa do Seixal, se inicie um conjunto de procedimentos que permitam a **monitorização das intervenções propostas** bem como o seu impacto junto da comunidade educativa e dos munícipes, através dos instrumentos de trabalho utilizados pela Divisão de Educação e com recurso à **base de dados** e ao **projecto SIG** elaborados, para o efeito, pela Divisão do PDM e pelo Gabinete de SIG. A base de dados¹⁸ utilizada para a sistematização da informação necessária à Carta Educativa foi elaborada a partir da Base de Dados – TER, disponibilizada pelo ME. Trata-se de uma base de dados que para além da informação relativa aos estabelecimentos educativos existentes e frequências, permite ainda a análise por agrupamentos, a análise demográfica e a realização de estimativas. Por outro lado, constituirá um instrumento fundamental para a avaliação, gestão e monitorização da Carta Educativa garantindo um conhecimento actualizado da realidade educativa e social e o permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas de evolução entretanto ocorridas.

A monitorização incidirá no acompanhamento do processo de **constituição de agrupamentos de escolas** e na **actualização periódica das fichas do plano de intervenção**. Será avaliada não só a criação de novos estabelecimentos e agrupamentos como a evolução da situação dos estabelecimentos e agrupamentos existentes, tendo em conta que poderão ocorrer modificações ou reajustes na sua constituição (por exemplo a possível inclusão da EB1 da Qt.^a de São João, actualmente em funcionamento como Unidade Autónoma de Gestão, num agrupamento). No processo de monitorização será também necessário considerar, seguindo a evolução do conceito de sistema educativo, a importância da avaliação do **cumprimento dos objectivos** (gerais e específicos) traçados e sua reformulação, caso se justifique.

A monitorização da Carta Educativa do Seixal, tal como tem acontecido até agora no que se refere à Carta Escolar, será da responsabilidade da Divisão de Educação que dispõe da informação relativa às alterações no parque escolar. Admite-se que sejam promovidas actualizações anuais, com a participação dos serviços envolvidos, e que poderão vir a ser disponibilizadas no site da CMS.

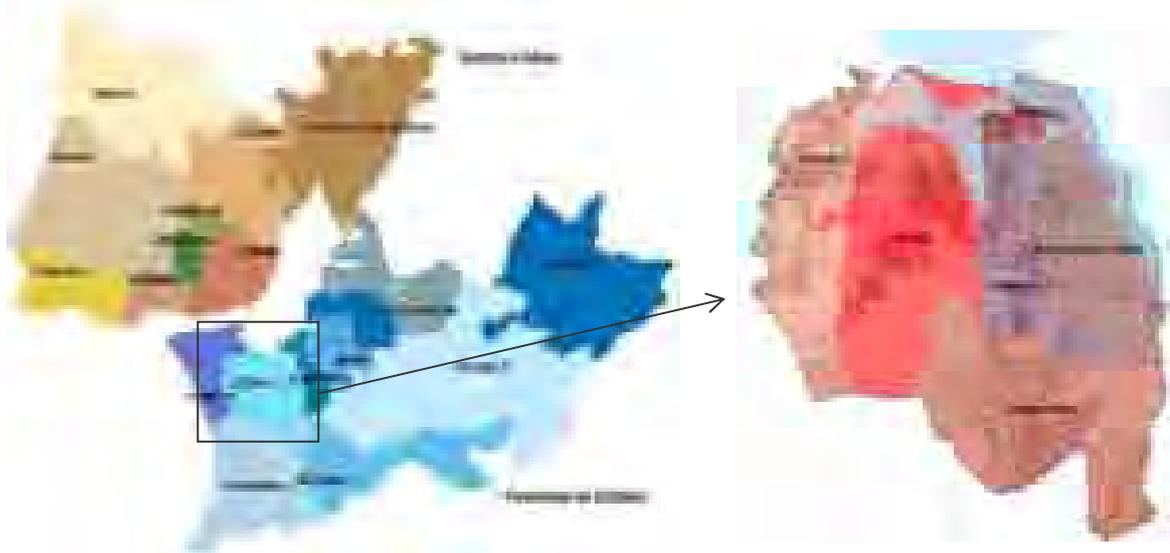
¹⁸ Elaborada no software Access.

4. O CONCELHO DO SEIXAL

4.1. ENQUADRAMENTO REGIONAL

O Concelho do Seixal insere-se na Grande Área Metropolitana de Lisboa¹⁹ (GAML) e, estatisticamente, na Região de Lisboa (NUTII). A GAML é constituída actualmente por 18 concelhos, situados entre as margens norte e sul do rio Tejo, repartidos respectivamente pela Grande Lisboa (NUT III) e a Península de Setúbal (NUT III). Os concelhos da Grande Lisboa são: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira; os da Península de Setúbal são: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, conforme se encontra indicado na Figura 1.

Figura 1 – Concelhos da Grande Área Metropolitana de Lisboa; Concelho e Freguesias do Seixal



Fonte: Instituto Geográfico Português - Carta Administrativa Oficial de Portugal (Abril 2005).

Até 1976 o Concelho era constituído por 4 freguesias (Seixal, Amora, Arrentela e Aldeia de Paio Pires) onde, ainda hoje, se situam os núcleos urbanos antigos. A partir desta data, com a criação da freguesia de Corroios, em 1976 e a de Fernão Ferro, em 1993, o concelho do Seixal, que se estende por 95,5 km², passou a distribuir-se por 6 freguesias: Aldeia de Paio Pires (15,9 km²), Amora (24,4 km²), Arrentela (10,2 km²), Corroios (17,1 km²), Fernão Ferro (24,2 km²) e Seixal (3,7 km²)²⁰.

A GAML tem tido e continua a ter a maior concentração populacional do País, com quase dois milhões e setecentos mil habitantes, que em 2001²¹ representavam cerca de 27% da população total de Portugal Continental. No entanto, começam a surgir sinais de abrandamento e de contenção dos movimentos da

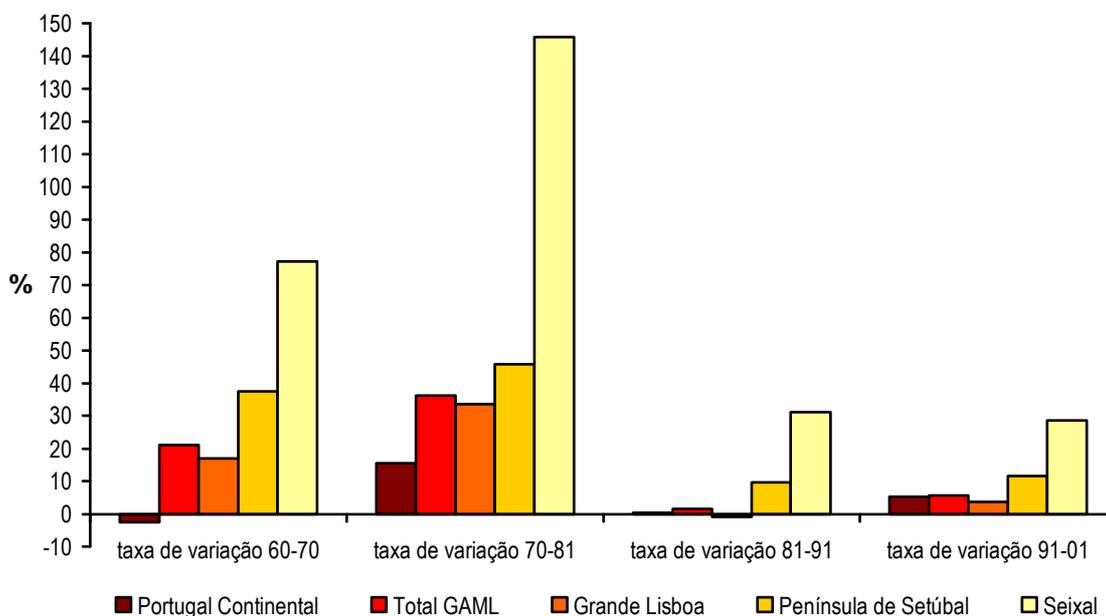
¹⁹ A GAML é uma pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial e foi constituída, por escritura pública, publicada em 5 de Julho de 2004, na III Série do Diário da República.

²⁰ Fonte: IGP – Carta Administrativa Oficial de Portugal.

²¹ INE, XIV Recenseamento Geral da População (2001).

população e, na última década, a taxa de crescimento da população da GAML registou já um valor praticamente idêntico ao do Continente, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2 – Taxas de variação populacional de 1960 a 2001, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental



Fonte: AML, Sistema Metropolitano de Informação Geográfica, 2003.
INE, Recenseamento Geral da População: 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.
CMS: Divisão PDM.

No seio da GAML subsistem porém algumas assimetrias ao nível populacional. A Grande Lisboa (GL) possui ainda a maior representatividade, com valores da população sempre acima dos 70% do total. No entanto, em 2001, verificou-se um ligeiro decréscimo em benefício da Península de Setúbal (PS) que actualmente representa aproximadamente 27% do total da população da GAML.

A evolução do comportamento demográfico do Concelho do Seixal está fortemente ligada à dinâmica populacional da GAML. O crescimento populacional que se tem verificado nas últimas décadas está associado a fenómenos de industrialização, terciarização, melhoria da acessibilidade e ao desenvolvimento industrial da Península de Setúbal, onde se instalaram grandes empresas. Subsequentemente, através do aumento da oferta de emprego e do processo de migração (êxodo rural até aos anos 60 – 70 e concentração de imigrantes, mais recentemente) as taxas de crescimento têm-se mantido positivas em toda a Península e particularmente no Seixal.

A análise do Quadro 2, confirma que o concelho do Seixal tem vindo a aumentar o seu peso populacional na Península de Setúbal. Em 1960 representava 7%, em 1970 9%, em 1981 atingia os 15% e em 1991 aproximou-se dos 18%. Em 2001 o Seixal já detinha 21% da população residente nos concelhos da GAML, situados a Sul do Tejo.

Quadro 2 - Evolução da população residente em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 e taxas de variação, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental

	1960	1970	taxa de variação 60-70	1981	taxa de variação 70-81	1991	taxa de variação 81-91	2001	taxa de variação 91-01
	V.A.	V.A.		V.A.		V.A.		V.A.	
Seixal	20 470	38 090	86,1	89 169	134,1	116 912	31,1	150 271	28,5
Grande Lisboa	1 214 523	1 421 280	17	1 897 628	33,5	1 880 215	-0,9	1 947 261	3,6
Península de Setúbal	291 459	400 874	37,5	584 648	45,8	640 493	9,6	714 589	11,6
Total GAML	1 505 982	1 822 154	21	2 482 276	36,2	2 520 708	1,5	2 661 850	5,6
Portugal Continental	8 292 975	8 074 975	-2,6	9 336 760	15,6	9 375 926	0,4	9 869 343	5,3

Fonte: AML, Sistema Metropolitano de Informação Geográfica, 2003.

INE, Recenseamento Geral da População: 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

CMS: Divisão PDM.

O Seixal é assim o concelho que mais influencia os valores globais da Península de Setúbal devido ao seu forte crescimento que se tem vindo a traduzir em saldos populacionais bastante positivos. Entre 1981 e 1991 verificou-se um crescimento efectivo de 27 743 pessoas e na última década esse aumento traduziu-se em mais 33 359 indivíduos.

O contínuo desenvolvimento esperado na GAML, nomeadamente os novos corredores rodoviários e ferroviários regionais que têm vindo a causar um impacto positivo no aumento e melhoria da acessibilidade, irá certamente reflectir-se no crescimento do Seixal onde se espera que a procura, quer para o sector habitacional quer para a instalação de novas empresas, continue a aumentar.

Analisando a distribuição populacional pelos principais **grupos etários**, observa-se que apesar do envelhecimento verificado em toda a GAML, e que acompanha o comportamento do País, esta é ainda, em termos comparativos, uma região rejuvenescida onde se destacam os concelhos da Península de Setúbal.

Tendo em conta tanto a estrutura etária de 1991 como a de 2001 (Quadro 3) verifica-se que é na Península de Setúbal que se encontram concelhos jovens, quer nos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, a que corresponde a população infantil e em idade escolar, respectivamente, quer no grupo etário dos 25 aos 64 anos, que corresponde à idade activa ou mesmo no dos indivíduos com 65 ou mais anos ou seja o da população mais idosa.

Quadro 3 - Distribuição percentual da população por grandes grupos etários em 1991 e 2001, no Seixal, na GAML e em Portugal Continental

Grupo Etário	(%)									
	Seixal		Grande Lisboa		Península de Setúbal		Total GAML		Portugal Continental	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
0-14 anos	21,5	16,7	17,6	14,7	19,3	15,3	18,0	14,9	19,7	15,8
15 a 24 anos	16,0	15,0	15,8	13,7	15,8	14,1	15,8	13,8	16,3	14,2
25 a 64 anos	55,5	58,2	53,9	55,8	54,0	56,3	53,9	55,9	50,3	53,5
65 ou mais anos	7,0	10,1	12,8	15,8	11,0	14,3	12,3	15,4	14,0	16,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1991 e 2001.

A estrutura etária do Seixal, indica-nos que desde 1981 até 2001, este concelho se situa entre os mais rejuvenescidos da GAML, apesar da sua evolução tender para acompanhar o comportamento dos restantes concelhos e até do País. O índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens) tem sido bastante inferior ao da GAML: em 1981 este indicador para a GAML era de 41,4 enquanto que para o Seixal era apenas de 18,8; em 1991 estes valores passaram para 68,1 na GAML e 32,2 e no Seixal, respectivamente. Só em 2001 o Seixal atingiu um índice de envelhecimento de 60,3 enquanto que na GAML o número de idosos foi já de 103,5 por cada 100 jovens.

Quadro 4 – Índices demográficos no Seixal e na GAML, em 1981, 1991 e 2001

Índice	(por 100 indivíduos)					
	GAML			Seixal		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Dependência de Idosos	14,5	17,6	22,1	8,1	9,7	13,7
Dependência de Jovens	35,2	25,9	21,4	42,9	30,1	22,8
Dependência Total	49,7	43,5	43,5	50,9	39,8	36,5
Envelhecimento	41,4	68,1	103,5	18,8	32,2	60,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1981, 1991 e 2001;
CMS: Divisão PDM.

Notas:

Índice de Envelhecimento = $(65 + \text{anos} / 0 - 14 \text{ anos}) \times 100$ indivíduos

Índice de Dependência Total = $[(65 + \text{anos} + 0 - 14 \text{ anos}) / 15 - 64 \text{ anos}] \times 100$ indivíduos

Índice de Dependência de Jovens = $(0 - 14 \text{ anos} / 15 - 64 \text{ anos}) \times 100$ indivíduos

Índice de Dependência de Idosos = $(65 + \text{anos} / 15 - 64 \text{ anos}) \times 100$ indivíduos

No Quadro 4, a análise do índice de dependência de idosos (número de idosos por cada 100 indivíduos em idade activa), indica-nos que de 1981 para 2001 a GAML passou de uma relação de 14,5 para cerca de 22 indivíduos idosos, em cada 100 em idade activa, respectivamente. Por outro lado, o decréscimo do índice de dependência de jovens (número de jovens por cada 100 indivíduos em idade activa) comprova igualmente o progressivo envelhecimento da população, nesta região.

No entanto no Concelho do Seixal existe ainda tendência para um crescimento positivo e capacidade de renovar as gerações comprovado pelo facto de a dependência dos jovens, relativamente aos indivíduos em idade activa, permanecer superior à dependência dos idosos.

4.2. ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA

4.2.1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Como atrás foi referido, em termos gerais, o Concelho tem tido uma **evolução populacional** bastante **positiva** tendo em conta que a taxa de variação na década de 80 foi de 31% e na década seguinte se situou ainda nos 28%. De referir que estimativas recentes do INE²² indicam que este ritmo de crescimento se continua a verificar, já que para 2004 se estima uma população residente na ordem dos 164 000 habitantes.

Uma análise global da **população residente**, por freguesia, Figura 3, indica-nos que existem dois conjuntos de freguesias com comportamentos semelhantes:

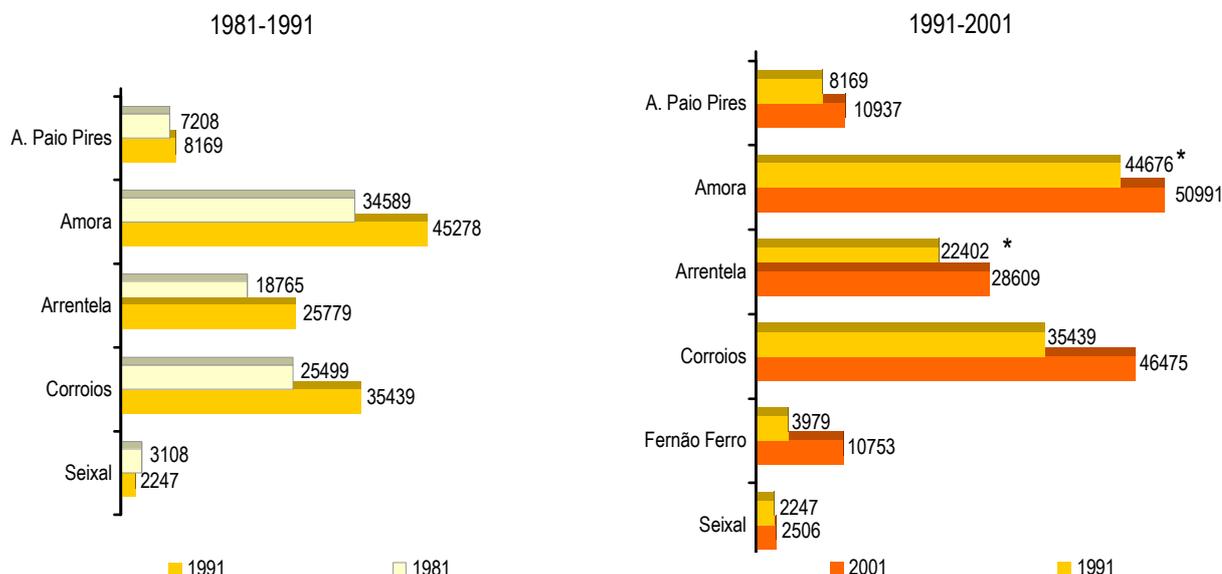
- Três freguesias - Amora, Corroios e Arrentela - detêm no total cerca de 84% da população concelhia; em 1991, eram também estas as freguesias com maior peso populacional no Concelho embora com um valor um pouco superior (87% no seu conjunto);
- As outras três freguesias - Aldeia de Paio Pires, Fernão Ferro e Seixal - com menos efectivos populacionais, quando agrupadas representam, cerca de 16% da população total do Concelho; em 1991, este grupo detinha apenas 13% do total concelhio.

No caso do concelho do Seixal, na análise demográfica, por freguesias deve porém ser tido em conta o facto de estas terem áreas muito diversificadas, como por exemplo a freguesia do Seixal²³ (3,7 km²) comparada com a freguesia da Amora (24,4 km²).

²² INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa (2004).

²³ Para além da questão da área, a freguesia do Seixal (sede do Concelho) possui características (populacionais, funcionais, estruturais, territoriais) muito específicas que não permite que se estabeleça uma comparação estatística linear.

Figura 3 – Evolução da população residente, por freguesia, entre 1981-1991 e entre 1991-2001



Fonte: INE, Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1991 e 2001.

CMS: Divisão do P.D.M.

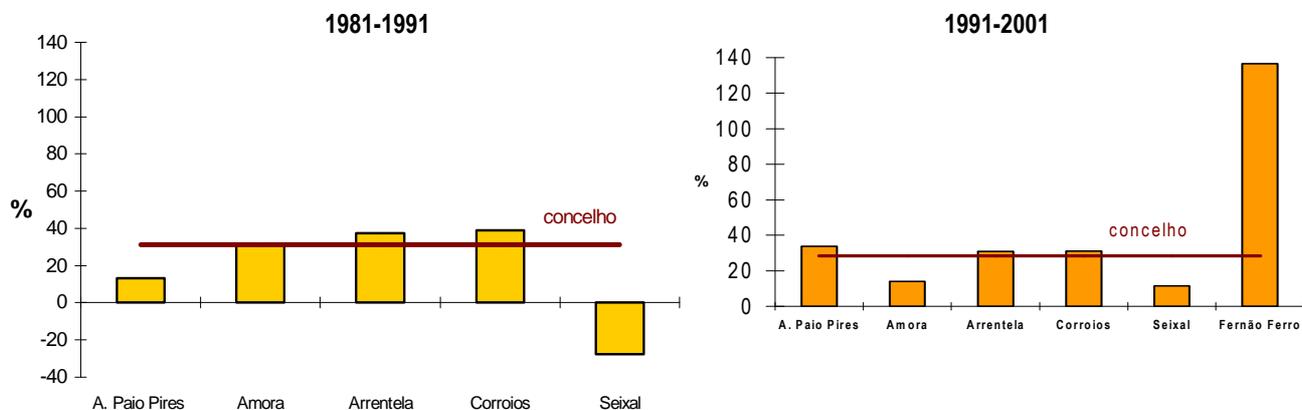
Nota: * Este valor não inclui os habitantes que passaram a pertencer à freguesia de Fernão Ferro.

Em termos relativos, examinando o comportamento das **taxas de variação populacional** de 1991 para 2001, Figura 4, conclui-se que apenas as freguesias de Amora (14%) e do Seixal (11,5%) registaram valores inferiores à taxa do Concelho, o que se para a primeira representa um abrandamento no crescimento, para a segunda significa um rejuvenescimento já que é maioritariamente habitada por uma população envelhecida e nas décadas anteriores tinha registado decréscimo populacional. Destaca-se ainda, pela diferença no comportamento, a freguesia de Fernão Ferro onde se estima²⁴ que a variação populacional da última década se encontre perto dos 170%.

Outra variável que permite observar e comparar a distribuição da população no território é a **densidade populacional**. No Concelho, o número de habitantes por km² passou de 953 em 1981, para 1249 em 1991 e para 1605 em 2001, o que significa que de 1981 para 2001 houve um acréscimo de quase 70% na ocupação do território.

²⁴ Por ter sido criada em 1993, não existem dados demográficos individualizados para a freguesia de Fernão Ferro, anteriores a 2001. Assim, com base na população residente nos lugares que passaram a integrar esta freguesia, estimou-se que a população residente em 1991 rondaria os 3979 habitantes. Esta população distribuía-se pelas freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora e Arrentela.

Figura 4 – Taxa de variação populacional, por freguesia, entre 1981-1991 e entre 1991-2001



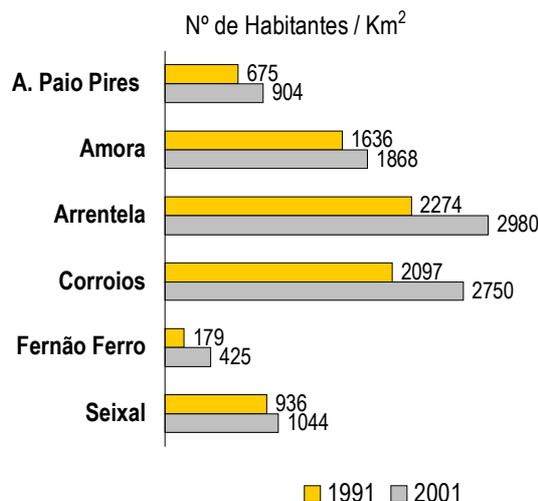
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1991 e 2001.

CMS: Divisão do P.D.M.

Tal como no caso da variável população residente, a análise da densidade populacional ao nível das freguesias, Figura 5, permite identificar os mesmos dois conjuntos de freguesias com características semelhantes:

- As freguesias de Arrentela (2980 habitantes por km²), Corroios (2750 habitantes por km²) e Amora (1868 habitantes por km²) são as que em 2001 apresentavam densidades populacionais mais elevadas, com valores bastante superiores ao valor médio concelhio (1605 habitantes por km²).
- Quer em 2001 quer em 1991 as três outras freguesias (Seixal, Aldeia de Paio Pires e Fernão Ferro) apresentaram densidades populacionais inferiores ao valor concelhio. Nesta década destaca-se a freguesia de Fernão Ferro que registou um grande aumento da densidade populacional passando de cerca de 200 para mais de 400 habitantes por km².

Figura 5 – Evolução da densidade populacional, por freguesia, entre 1991 e 2001

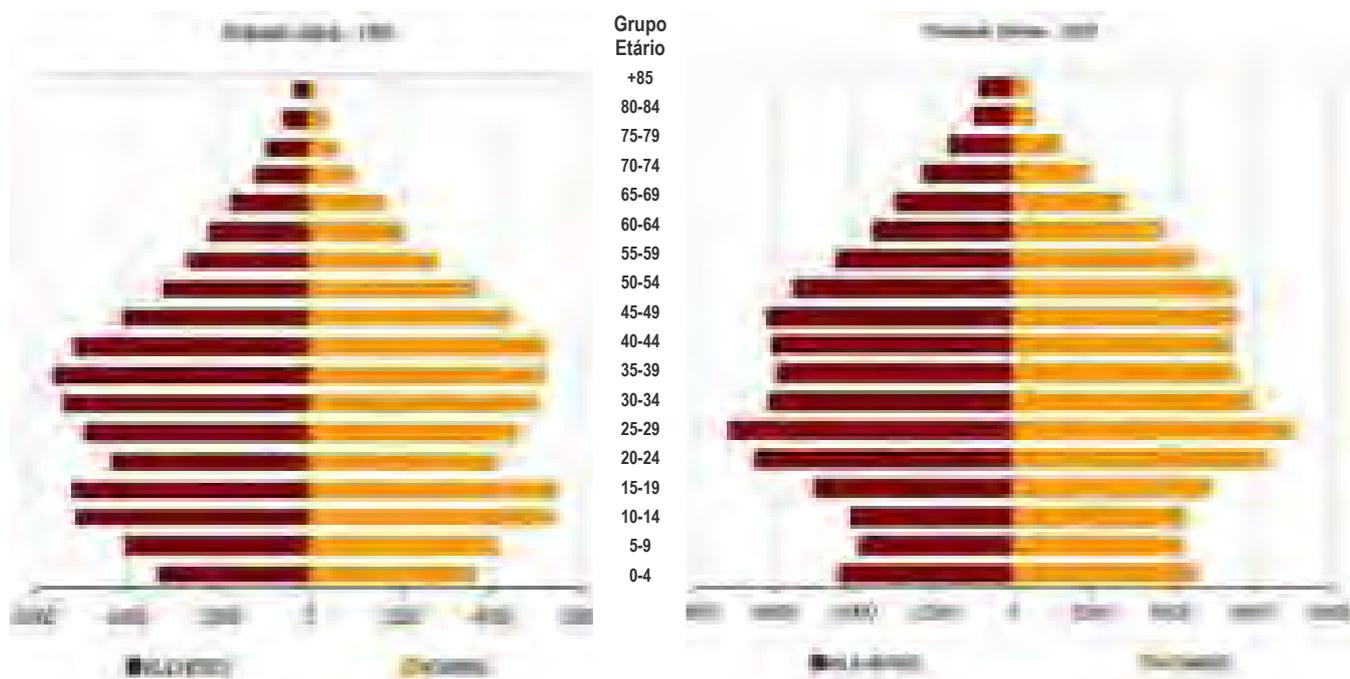


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1991 e 2001;
IGP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CMS: Divisão do P.D.M.

Para melhor se entenderem as dinâmicas populacionais, importa também analisar a distribuição da população por **grupos etários**. A observação comparativa da repartição da população residente entre 1991 e 2001, por grupos etários, Figura 6 e Quadro 4, permite concluir que:

- Em 2001, a classe dos 5 aos 14 anos (que coincide praticamente com o grupo etário em idade escolar, do ensino obrigatório) representava 10,8% da população total, enquanto que em 1991 este grupo correspondia a 15,7% dos residentes. Poderia isto significar o envelhecimento da pirâmide na sua base, caso não se tivesse observado que a classe dos 0 aos 4 anos, que em 1991 correspondia a 5,8% do total da população residente, representou em 2001 uma percentagem ligeiramente mais elevada, de 5,9%, o que é um óptimo indicador de rejuvenescimento;
- O grupo dos 20 aos 29 anos, em 2001 é o reflexo de a um alargamento no grupo dos 10 aos 19 anos, em 1991, que se ficou provavelmente a dever, por um lado ao retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias portuguesas em África e por outro ao um aumento da natalidade, relacionado com a alteração das circunstâncias políticas, na década de 70;
- O estreitamento das classes etárias entre os 20 e os 29 anos, verificado em 1991 e que transitou para o grupo dos 30 aos 39 anos em 2001, pode revelar uma quebra nas taxas de natalidade;
- O peso do grupo etário dos 20 aos 64 anos aumentou de 63%, em 1991, para 67%, em 2001, o que contribui para que os índices de dependência não sejam muito elevados no Seixal;

Figura 6 – Concelho do Seixal – Pirâmides Etárias de 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População: 1991 e 2001
CMS: Divisão do P.D.M.

- A composição da estrutura etária concelhia, em 2001, indica que ainda se mantém a renovação de gerações e que a população em idade activa (67% da população do Concelho possui entre 20 e 65 anos) ainda consegue compensar o peso das classes etárias sem actividade económica (*dependentes*) dado que a classe dos 0 aos 19 anos representava 23% e a classe acima dos 65 anos representava apenas 10% da população total;
- Comprova-se um crescimento populacional expressivo na última década e pode-se mesmo destacar um aumento populacional acima dos 50 anos de idade o que se relaciona, provavelmente, com factores fisiológicos (aumento da esperança de vida) e com a quebra da emigração. Por outro lado, houve também um crescimento bastante significativo abaixo dos 50 anos, aumento este que poderá estar a ser influenciado por um movimento de imigração;
- Verifica-se também que existem na generalidade mais mulheres do que homens. Em 2001 existiam 96 homens por cada 100 mulheres (índice de masculinidade), tendência esta mais marcante nos grupos etários a partir dos 70 anos, dado que as mulheres possuem maior esperança de vida.

No que se refere às freguesias, Amora, Aldeia de Paio Pires, Corroios e Arrentela apresentavam, em 2001, uma estrutura ainda relativamente jovem. No entanto existe já uma tendência para o envelhecimento principalmente nos grupos da base (jovens) devido a factores socio-demográficos associados à diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade.

Quadro 5 – População residente no Seixal em 2001, por grupos etários e por freguesia

FREGUESIA	TOTAL	dos 0 aos 4 anos	dos 5 aos 14 anos	dos 15 aos 19 anos	dos 20 aos 54 anos	dos 55 aos 64 anos	65 e mais anos
Aldeia de Paio Pires	10 937	743	1 165	664	6 238	992	1 135
Amora	50 991	2 970	5 580	3 465	28 650	5 583	4 743
Arrentela	28 609	1 817	3 262	1 838	15 919	2 824	2 949
Corroios	46 475	2 625	4 909	3 100	26 862	4 825	4 154
Fernão Ferro	10 753	526	1 134	707	5 316	1 509	1 561
Seixal	2 506	142	219	111	1 143	306	585
Concelho	150 271	8 823	16 269	9 885	84 128	16 039	15 127

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e C.M.S. – Divisão do P.D.M.

A repartição da população residente, pelos grupos etários, nas freguesias é praticamente semelhante à do Concelho. Porém, destaca-se o seguinte:

- As freguesias de Corroios, Amora e Arrentela apresentavam, em 2001, uma estrutura etária muito semelhante à do Concelho. No seu conjunto, estas são as freguesias cujos valores mais influenciam os do Concelho;
- Amora e Corroios são as freguesias mais populosas mas são, simultaneamente e porque possuem a mesma génese urbana, as mais consolidadas a nível urbanístico; daí que apresentem uma distribuição semelhante em todos os grupos etários; são também as freguesias cuja percentagem de população em idade activa (dos 15 os 64 anos) é superior à do Concelho;
- Relativamente aos grupos etários mais jovens, as freguesias de Arrentela e Aldeia de Paio Pires, foram as que apresentaram, em 2001, um peso do grupo dos 0 e aos 14 anos (17,8%, 17,5% respectivamente) superior ao do Concelho (16,7%,) o que se pode justificar com o grande desenvolvimento urbanístico que sofreram na última década
- Seixal e Fernão Ferro são as freguesias mais envelhecidas, apresentando uma repartição populacional por grupos etários diferente das restantes; é nestas duas freguesias que se verificam, simultaneamente, as menores percentagens dos grupos mais jovens e as maiores percentagens dos grupos mais idosos, pese embora ser por motivos diferentes: a freguesia do Seixal, sede do Concelho, é habitada por uma população idosa, no núcleo urbano antigo que só recentemente se começou a renovar e expandir; a freguesia de Fernão Ferro, onde a quase totalidade do território foi sujeito a processos de divisão ilegal em lotes para moradias, a maior parte dos quais já estão legalizados e começam a acolher os seus proprietários, que inclui um significativo número de reformados.

- Na freguesia do Seixal, embora durante algumas décadas tenha sido a mais envelhecida do Concelho, há que evidenciar o facto de na última década ter sofrido um acréscimo populacional que, sendo pouco significativo em número de indivíduos, representou uma taxa de variação de 11,5% contrariando expressivamente a tendência anterior; o grupo etário dos 0 aos 14 anos por si só aumentou 37%;
- Fernão Ferro apresentou, em 2001, uma distribuição da população pelos grupos etários bastante homogénea o que pode estar relacionado com uma ocupação, na última década, por famílias já constituídas (oriundas de outros locais do Concelho e também de fora do Seixal).

Relativamente à variável **famílias residentes**, a análise da sua evolução em número, distribuição geográfica e características permite complementar a visão dada pela análise da população residente. De acordo com os resultados dos Censos 91 e 2001, nesta década, o número de famílias clássicas aumentou de 37 442 para 53 477, ou seja, registou-se um acréscimo na ordem dos 42,8%. Esta variação relativa é importante uma vez que é bastante superior ao aumento populacional o que pode significar a emergência de muitas **famílias novas** e de **reduzida dimensão**. O número de famílias com 1 ou 2 elementos aumentou 94% na última década, passando de 11 891, em 1991, para 23 093, em 2001 fazendo com que, neste último momento censitário, o número de famílias clássicas com 1 ou 2 elementos se aproximasse do número de famílias com 3 ou 4 pessoas (26 604).

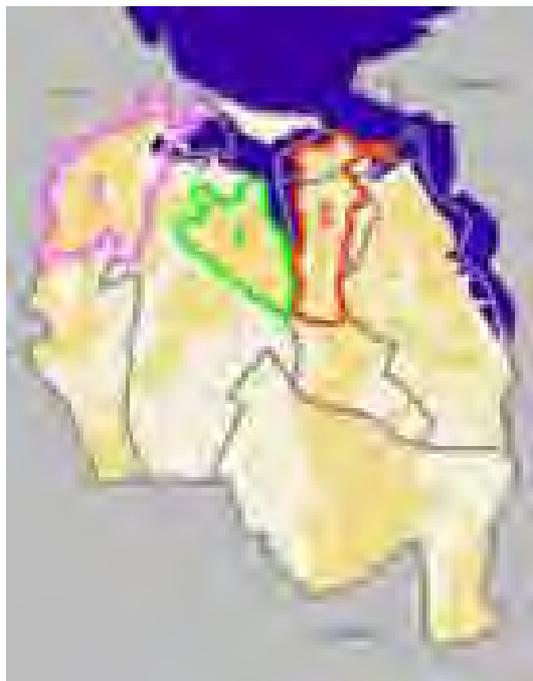
Em termos de distribuição geográfica, naturalmente mantém-se a predominância de famílias nas freguesias de Amora e Corroios que conjuntamente representavam cerca de 68% do total do Concelho, acompanhando a tendência da distribuição dos residentes.

4.2.2. ESTRUTURA URBANA

A elevada dinâmica de crescimento populacional e de desenvolvimento concelhio transformou, nas últimas três décadas, um território com características rurais num Município marcadamente urbano, constituído por grandes aglomerados populacionais dos quais se destacam a Cidade do Seixal, a Cidade de Amora e a Vila de Corroios, elevadas a estas categorias em 1993 – Figura 7. Nestas aglomerações reside mais de 80% do total da população do Concelho.

Cada uma destas concentrações direcciona a estrutura urbana concelhia para três eixos – nascente (cidade do Seixal), central (cidade da Amora) e poente (vila de Corroios) – de expansão urbana e consequente distribuição da população e de desenvolvimento de infraestruturas, equipamentos e serviços. A análise do território municipal do ponto de vista de cada uma destas unidades territoriais, equivalentes em população, permite uma leitura comparativa muito mais interessante e rica, da realidade urbana do Seixal.

Figura 7 – Grandes concentrações urbanas no concelho do Seixal



	Nº Residentes em 2001
Cidade de Amora	44 515
Cidade do Seixal	25 609
Vila de Corroios	45 002

Extraído de: Seixal em Números (CMS, 2002);
Fonte: INE, Censos 2001 e Atlas das Cidades de Portugal (2002);
CMS: Divisão PDM

Assim, orientando a análise para os **eixos territoriais** definidos para o Concelho, constata-se o seguinte:

- O eixo nascente, o mais extenso, com uma área de 49,4 km² que inclui as freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela, Fernão Ferro, e Seixal, representa 53% da área total do território concelhio. O eixo central, constituído pela freguesia de Amora, tem 27,3 km², correspondendo a 29% da área do Concelho e o eixo poente, que abrange a freguesia de Corroios, tem apenas 16,9 km², ou seja 18% do total do território.
- Se considerarmos a **população residente** em 2001, a maior parte dos residentes localiza-se também no eixo nascente (52 805 habitantes) e no eixo central (50 991 habitantes), representando 35% e 34% do total dos habitantes, respectivamente. Os restantes 46 475 residentes (31% da população) habitam no eixo poente. Em 1991 verificava-se um desequilíbrio um pouco mais acentuado na medida em que a maioria da população se localizava no eixo central (44 676 habitantes²⁵) correspondendo a 38% do total dos habitantes.
- Se a análise for feita tendo em conta a **densidade populacional**, verifica-se que nos anos em causa, a maior densidade populacional se encontra no eixo poente com uma evolução que regista 2097 hab./km² em 1991 e 2750 hab./km² em 2001. O eixo central apresentou também um acréscimo

²⁵ Este valor não inclui os habitantes que passam a pertencer à freguesia de Fernão Ferro.

significativo do número de habitantes por km²: em 1991 eram 1636 hab./km² ²⁶e em 2001 atingia os 1868 hab./km². No eixo nascente em qualquer das décadas os valores da densidade populacional são os mais baixos: em 1991 registavam-se 754 hab./km² e em 2001, 1069 hab./km² ²⁷.

Para melhor entender a distribuição populacional no concelho do Seixal importa também referir que o **processo de ocupação do território** é desigual, tendo em conta que a Auto-estrada (IP7-A2) que atravessa longitudinalmente o Concelho, diferencia o crescimento urbano em duas fases, que correspondem também a duas tipologias urbanas. Numa primeira fase, até os anos 90, a ocupação deu-se essencialmente a norte da AE. Nesta área do Concelho onde se concentram os principais aglomerados urbanos (Figura 8), o tecido urbano está praticamente consolidado, predominando a tipologia multifamiliar.

Figura 8 – Aglomerados urbanos no concelho do Seixal



Extraído de: Seixal em Números (CMS, 2002);
Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001, cerca de 70% da população residia nos aglomerados situados nos sectores norte e nordeste do Concelho²⁸. No entanto, é importante referir que foi nos aglomerados onde residiam menos indivíduos, em 2001, que se verificaram as **taxas de variação populacional** mais elevadas entre 1991 e 2001 (a maioria com taxas de variação acima dos 200%, chegando alguns aos 400%) e que, por isso, se consideram focos

²⁶ Este valor já tem em conta o destaque da área que passou a pertencer à freguesia de Fernão Ferro.

²⁷ Este valor inclui a área da freguesia de Amora que passou a pertencer à freguesia de Fernão Ferro.

²⁸ Aproximadamente 60% da população do Concelho, (cerca de 93 000 habitantes), residia em apenas 7 aglomerados urbanos.

de crescimento demográfico e urbano. O desenvolvimento destes aglomerados, situados sobretudo a Sul da A2, corresponde a uma fase mais recente de ocupação do território em áreas onde predomina a tipologia unifamiliar.

4.2.3. ACTIVIDADE ECONÓMICA

O elevado crescimento demográfico verificado nas últimas décadas, aliado às transformações ocorridas no sector produtivo reflectiram-se significativamente na actividade económica e na estrutura do emprego.

Analisando o Quadro 6, constata-se, entre 1991 e 2001, um aumento significativo, na ordem dos 42%, do número de **residentes activos**; este aumento teve naturalmente repercussões no peso dos activos (68,6%, em 1991 e 74,1%, em 2001) no total da população residente em idade activa²⁹. Este aumento do número de activos poderá estar relacionado com a redução registada na frequência no ensino secundário na última década, resultante de uma saída precoce do sistema de ensino para entrada na vida activa.

Em termos relativos, o peso da **população empregada** no total dos activos (taxa de emprego) não variou muito entre os dois momentos censitários já que apenas subiu de 90,6% (1991) para 91,5% (2001). Apesar de se ter verificado um leve aumento do número de desempregados, a **taxa de desemprego** reduziu de 9,4%, em 1991, para 8,5%, em 2001.

Quadro 6 – População residente activa, empregada e desempregada, no Seixal, em 1991 e 2001

	População Activa	População Empregada	População Desempregada
1991	57 442	52 043	5 399
2001	81 603	74 679	6 924
Varição (%)	42,1	43,5	28,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e C.M.S. – Divisão do P.D.M.

Destaca-se ainda o facto de o número de pensionistas e reformados (que fazem parte do grupo de população sem actividade económica) ter aumentado substancialmente: contaram-se 13 610 em 1991 e 20 276 em 2001, o que significa um aumento de cerca de 49%, corroborando o que foi referido anteriormente sobre o envelhecimento da população.

A economia do Concelho assentou durante muito tempo no sector secundário devido à forte presença de uma indústria que oferecia muitos postos de trabalho. Observando o Quadro 7, verifica-se que na década de 1991 a 2001 o aumento de residentes empregados no sector secundário foi pouco expressivo enquanto que para o sector terciário esse valor representou uma quase duplicação. Na última década a tendência para a **terciarização** foi evidente; verificou-se que a evolução do sector terciário se tem realizado em

²⁹ População residente dos 15 aos 64 anos.

detrimento do sector primário (de pequena dimensão) e, sobretudo, do secundário. Assim, de 1991 para 2001, a população residente empregada no sector terciário passou de 64,9% para 72,2%, respectivamente, enquanto que essa percentagem no sector secundário decresceu de 34,6% para 27,4%, do total de empregados.

Quadro 7 – População residente empregada, no Seixal, segundo os sectores de actividade, em 1991 e 2001

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
1991	249	18 008	33 780
2001	321	20 465	53 893
Varição (%)	28,9	13,6	59,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001
CMS: Divisão do P.D.M.

De um modo geral no concelho do Seixal as actividades económicas organizam-se em Parques de Actividades Económicas dos quais o de maior expressão é o Parque Industrial do Seixal (PIS) que se tem desenvolvido faseadamente e onde já se encontram instaladas mais de 45 empresas. O tecido empresarial assim organizado minimiza a dispersão indiferenciada, revitalizando áreas com elevado grau de apetência para acolher essas actividades. A diversificação das actividades empresariais existente, traduz-se numa forte dinâmica e na capacidade em atrair investimento, criar emprego e fixar população.

O Município do Seixal assume-se como uma centralidade quer na GAML quer na Península de Setúbal. Os investimentos que têm vindo a concretizar-se e se perspectivam, assim como a melhoria dos transportes públicos incluindo a acessibilidade ferroviária, entre Lisboa e Setúbal, com três interfaces no concelho, reforçam essa posição; aguarda-se porém a concretização da 1ª fase do Metropolitano Sul do Tejo (MST), a construção da Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS - IC 32), há muito prevista mas ainda em fase de projecto e de uma travessia do Coina que permita a ligação do Seixal ao Barreiro, de modo a que se possa concretizar uma das medidas estratégicas do PROT-AML – a coesão territorial do Arco Ribeirinho Sul.

4.3. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

4.3.1. DO NÍVEL REGIONAL

- **Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)**

O PROT-AML foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2002 e publicado em Diário da República em 8 de Abril de 2002. Constitui um instrumento de política territorial que explicita a estratégia para a Área Metropolitana de Lisboa. Nele se preconiza que as políticas do território devem alicerçar-se no

equilíbrio de um desenvolvimento harmonioso e sustentado da região, onde as diversas dimensões se integram com vista a uma melhor qualidade de vida para os cidadãos.

A visão estratégica deste plano aposta em dotar a AML de dimensão e centralidade europeia e ibérica, como espaço privilegiado e qualificado. Para tal, foram definidas linhas estratégicas de desenvolvimento concretizadas num conjunto de medidas das quais, no âmbito da Carta Educativa, se destaca a que se refere a **“Qualificação dos sistemas de educação, formação e inserção profissional”**.

O Concelho do Seixal, no que se refere à **estratégia territorial do PROT-AML**, insere-se na unidade territorial designada por Arco Ribeirinho Sul que “integra a mancha urbana consolidada desenvolvida em torno da margem esquerda do Estuário do Tejo, de Cacilhas ao Montijo; o interior dos concelhos de Almada e Seixal, a faixa litoral da Costa da Caparica e praias urbanas, estendida até à Fonte da Telha (...); as vertentes ribeirinhas do concelho de Almada.” (PROT-AML, 2002)

As **orientações estratégicas** definidas para esta unidade são, entre outras: afirmar Almada, **Seixal** e Barreiro como pólos fundamentais do centro da AML (através da dotação em equipamentos e serviços de nível superior); preservar e recuperar as frentes ribeirinhas em articulação com a utilização do Estuário para actividades de recreio e lazer; ordenar e estruturar a área interior de Almada e Seixal.

Relativamente aos equipamentos sociais e culturais, é referido que a “administração municipal, em colaboração com a administração central, deve elaborar planos integrados de infra-estruturas e equipamentos que permitam criar áreas comuns entre o desporto, a cultura, a educação e a vida social.” (ponto 2.5.3, da RCM nº 68/2002).

- **Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES)**

Elaborado por iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) e concluído em 2005, o PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, constitui um instrumento de intervenção decisivo no processo de desenvolvimento endógeno, integrado, harmonioso e sustentável da Península de Setúbal (PS), que se pretende implementar ao longo dos próximos 10 anos. O seu objectivo central visa reduzir e eliminar a distância que actualmente separa a Península de Setúbal dos indicadores de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, tornando-a numa região mais competitiva e com maior capacidade de crescimento endógeno. Para atingir este objectivo, definem-se **quatro eixos estratégicos** concretizados em medidas e acções concretas:

- 1) Promoção da qualidade do território regional;
- 2) Promoção da coesão do tecido social da Península de Setúbal;
- 3) Reforço da capacidade do tecido empresarial;
- 4) Reforço do sistema regional de conhecimento.

Uma preocupação do PEDEPES centra-se na programação racional e equitativa dos equipamentos colectivos equacionando, por um lado, a articulação entre os grandes equipamentos e os pequenos equipamentos descentralizados e, por outro, a articulação regional da oferta evitando desperdícios e cooperando para que a imagem do distrito seja mais adequada ao contexto metropolitano.

Relativamente à Educação, é atribuída uma relevância específica ao sector dado que, cada vez mais, a qualificação da mão-de-obra é um factor de localização preferencial de empresas potencialmente promotoras do desenvolvimento. Ao nível da **educação**, as principais medidas visam o apoio e a melhoria de:

- 1) Rede de instituições de ensino;
- 2) Desenvolvimento e criação de escolas profissionais e das suas interfaces com o ensino regular e empresas;
- 3) Formação de professores e criação de um sistema de incentivos para projectos inovadores;
- 4) Elaboração de programas para apoio pedagógico para zonas de exclusão e crianças e jovens absentistas ou com forte insucesso;
- 5) Fomento de instâncias de reflexão e acção, entre as várias estruturas intervenientes nos "sistemas locais de educação.

4.3.2. DO NÍVEL MUNICIPAL

- **Plano Director Municipal do Seixal (PDM)**

Os Planos Directores Municipais, enquanto instrumentos orientadores da política urbanística das autarquias, representam o pilar sobre o qual assentam as linhas estratégicas do desenvolvimento urbano dos municípios.

Estes planos estabelecem "o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção". O "modelo de estrutura espacial do território municipal assenta na classificação do solo e desenvolve-se através da qualificação do mesmo." (artigo 84º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

Este nível de planeamento permite que as diversas valências de equipamentos colectivos sejam integradas e analisadas conjuntamente (mesmo em termos hierárquicos), orientando a sua distribuição/localização, o seu dimensionamento, tipologias, etc. com base em estudos previamente elaborados. Destes, obtemos as informações necessárias para desenvolver estudos sectoriais como por exemplo as Cartas Temáticas de Programação de Equipamentos Colectivos, onde serão analisadas as tendências evolutivas da população, as carências existentes e futuras, o conhecimento sobre os terrenos disponíveis, a localização/distribuição

dos equipamentos, sua frequência e capacidade, as valências e tipologias que possuem, a sua acessibilidade bem como a programação de novas unidades.

O **Plano Director Municipal do Seixal (PDM)** em vigor foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/93, publicada no Diário da República em 11 de Novembro de 1993. Apesar de neste Plano não existir referência directa à elaboração de Cartas Temáticas, é feita alusão à elaboração da Carta Escolar e de uma Carta de Equipamentos (estudo de carências e programação e correspondente proposta de localização de novos equipamentos). Pretende-se assim, no contexto do PDM e no que respeita aos equipamentos sociais, garantir uma correcta distribuição dos equipamentos, a fim de qualificar o espaço urbano, satisfazer a procura, fixar e integrar a população no Concelho.”³⁰

Assim, na Carta Escolar do Seixal, concluída em 1994, foi elaborada uma caracterização pormenorizada de todos os estabelecimentos de ensino instalados e previstos no Concelho, o que permitiu a afectação de terrenos para a instalação de novas escolas ou ampliação das existentes. Este documento teve como principal objectivo propor uma rede de estabelecimentos que permitisse a correcção dos desequilíbrios detectados, aplicando integralmente a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Em Maio de 2002 a Câmara Municipal do Seixal deliberou³¹ iniciar o **processo de revisão do PDM**; publicando em Diário da República de 8 de Julho de 2002 o Aviso desta deliberação. Actualmente encontra-se em conclusão a elaboração da última fase – Regulamento, Carta de Ordenamento e Carta de Condicionantes.

O reequacionamento dos objectivos do Plano Director Municipal no momento da sua Revisão advém de uma conjunto de alterações decorridas durante os 10 anos de vigência do PDM, nomeadamente a alteração da base económica da sociedade pós-industrial (em que o sector terciário ganha uma importância crescente, em contraponto com a obsolescência das áreas industriais da primeira geração), a construção de uma nova travessia rodoviária do Tejo e a instalação de uma ferrovia na Ponte 25 de Abril, ligando Lisboa a Setúbal, que contribuiriam para potenciar o território da Margem Sul e para a reestruturação da Área Metropolitana (o declínio do Centro Histórico de Lisboa e a emergência de novas centralidades, reflectida na estruturação do eixo ribeirinho Almada/Seixal/Barreiro).

Estas alterações obrigam à redefinição das opções urbanísticas fundamentais, revendo conceitos e reformulando as estratégias urbanísticas delineadas no PDM inicial, assim como à revisão do modelo de ordenamento urbano, face à alteração da estrutura funcional decorrente da necessária definição de uma

³⁰ In PDM do Seixal – Caderno Temático de Equipamentos Colectivos, pp. 1.

³¹ Deliberação publicada em Diário da República de 8 de Julho de 2002 pelo Aviso n.º 6040/2002 (2ª série).

nova estratégia de desenvolvimento municipal. Haverá ainda que integrar as novas opções de âmbito regional, articulando-as com as correspondentes políticas municipais.

Os principais objectivos da Revisão do Plano Director Municipal do Seixal são:

- Redefinir a estrutura e zonamento do PDM adequando-os à evolução socio-económica do Concelho;
- Revitalizar os centros históricos e as áreas habitacionais de primeira geração;
- Requalificar as áreas industriais desafectadas;
- Definir mecanismos de protecção ambiental e de salvaguarda do património cultural;
- Qualificar a rede viária e aumentar a oferta de transporte público;
- Desenvolver uma sociedade urbana sustentável.

Encontrando-se a decorrer o processo de Revisão do PDM e uma vez que quer a legislação que regula a sua elaboração quer a que regula a elaboração da Carta Educativa salientam a necessidade de identificar e planejar os equipamentos de educação, a **Carta Educativa**, enquanto instrumento estratégico de planeamento, foi integrada nos procedimentos de revisão do PDM.

• **Outros Estudos Estratégicos Municipais**

No âmbito do PDM em vigor e em consonância com o seu processo de revisão, encontram-se elaboradas ou em elaboração, **Cartas Temáticas de Programação de Equipamentos** que constituem instrumentos específicos de planeamento e programação de redes de equipamentos que contribuem para o ordenamento, equilibrado e harmonioso do território tendo em conta que a dotação e qualificação dos equipamentos são indicadores e geradores de qualidade de vida.

A **Carta Desportiva do Seixal**, que se encontra actualmente em desenvolvimento, desempenha um papel fundamental enquanto instrumento de planeamento urbano e de desenvolvimento socio-económico do Município. Trata-se de um instrumento que consubstancia a política desportiva municipal dado que, para além do planeamento integrado e racional e da configuração de uma rede de equipamentos desportivos, considera a intervenção e avaliação de uma multiplicidade de factores, muito para além da simples programação de instalações desportivas.

Com o **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo** no concelho do Seixal (PEDTS) a Autarquia pretende dispor de um instrumento cujas orientações estratégicas e acções de implementação contribuam para a promoção da qualidade de vida quer da comunidade local quer dos visitantes do Concelho. Em Abril de 2003 a Câmara Municipal do Seixal assinou um protocolo com a Universidade de Aveiro para a elaboração deste plano que teve a sua apresentação pública em Julho de 2005.

Encontra-se em elaboração a **Carta do Património Histórico** do concelho do Seixal. Trata-se de um instrumento de gestão, de preservação e de divulgação do património cultural imóvel do concelho que faz parte integrante do PDM. A Carta do Património Histórico engloba monumentos, conjuntos e sítios que, pelo

seu valor, são importantes para a preservação e valorização das memórias colectivas e das entidades culturais do concelho, assumindo-se a importância desta salvaguarda e gestão no crescimento sustentado e integrado do território

Para além destes documentos, a CMS tem vindo a promover outros estudos de carácter estratégico dos quais se destaca, neste contexto, o **Plano de Desenvolvimento Social** (PDS). Este estudo foi precedido do “Diagnóstico Social do Concelho” que “ (...) baseou-se na identificação, recolha e sistematização da informação pertinente e disponível mas dispersa e, muitas vezes, desconcertada, o que tem implicado a dinamização de um processo de **esclarecimento diagnóstico** com os agentes activos privilegiados (autárquicos ou ligados a organismos do âmbito das políticas sociais)”, no quadro do Programa da Rede Social³².

O Plano de Desenvolvimento Social para o triénio 2006-2008, aprovado no passado mês de Julho, enquanto ferramenta comum estruturante dos objectivos e metas para o desenvolvimento social, contribui para criar as condições necessárias de impulso para a **mudança social** e consequente erradicação da pobreza e da exclusão social, com base em eixos/linhas de intervenção definidos. O PDS é um instrumento auto-regulável cuja principal finalidade é a orientação estratégica da acção, a adequada monitorização e avaliação e a assumpção e partilha do compromisso, numa perspectiva global de **responsabilidade social**.

³² A Rede Social está regulamentada pelo DL n.º 115/2006, de 14 de Junho.

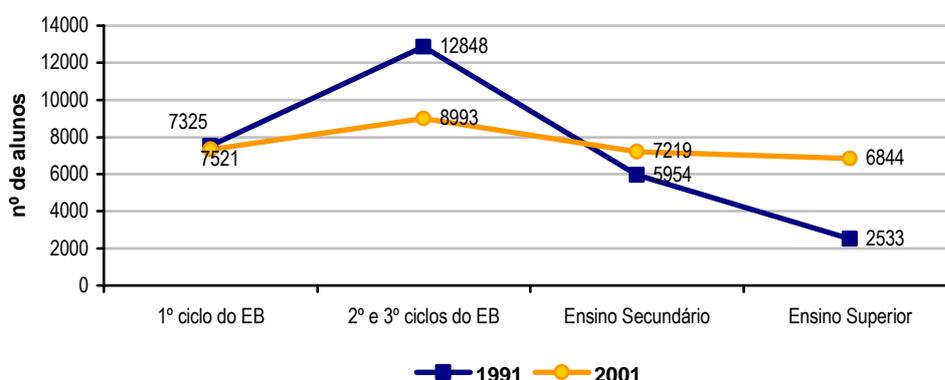
5. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO SEIXAL

Para a caracterização do sistema educativo e de acordo com a metodologia atrás descrita, a informação utilizada, para o caso dos estabelecimentos da rede pública, teve por base informação estatística, levantamentos realizados junto dos agrupamentos de escolas e informação disponibilizada pelo Ministério de Educação; no caso dos estabelecimentos da rede privada resultou de um levantamento directo sob a forma de questionário enviado no 2º trimestre de 2006 a todos os estabelecimentos privados que foram reconhecidos e referenciados. Por razões de simplificação considera-se **rede pública** o conjunto de estabelecimentos de educação, ensino e formação tutelados por organismos públicos (Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e da Segurança Social e Autarquia) e **rede privada** os estabelecimentos de estatuto privado, cooperativo ou associativo e instituições particulares de solidariedade social (IPSS), com ou sem fins lucrativos. Para todos os estabelecimentos existentes, públicos e privados, foram elaboradas fichas de caracterização e plantas de localização que se encontram nos Anexos deste documento.

5.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Segundo o Recenseamento Geral da População de 2001, no Seixal frequentavam o ensino (do 1º ciclo do ensino básico ao ensino superior), cerca de 30 300 habitantes, representando aproximadamente 20% da população residente. Apesar de ter ocorrido um acréscimo do número de indivíduos a frequentar o ensino relativamente a 1991 (então cerca de 29 000), em termos relativos verificou-se uma redução, na ordem dos 5%, do peso dos estudantes no total da população residente.

Figura 9 – População residente a frequentar o ensino no Seixal, por nível de instrução, em 1991 e 2001



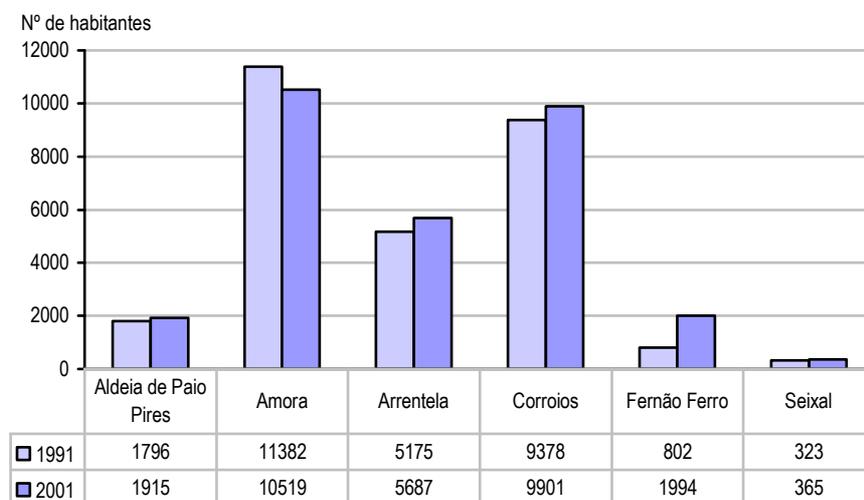
Fonte: INE: Censos 1991 e 2001.

Interpretando a Figura 9, no que se refere à evolução da população residente a frequentar o ensino entre 1991 e 2001, por nível de instrução, verifica-se que ocorreu uma redução (de 69,9% para 54,3%) na percentagem de alunos a frequentar o ensino básico, relativamente ao total da população estudante. No entanto o acréscimo do número de alunos a frequentar os níveis de ensino posteriores foi bem mais significativo, principalmente no que se refere ao ensino superior, cujo número de estudantes passou de 2533 em 1991, para 6844 em 2001, respectivamente 8,7% e 22,5% da população residente estudante.

Se analisarmos a evolução do número de residentes que frequentavam o ensino, por freguesia de residência, verificamos que de 1991 para 2001, em todas as freguesias se registou aumento com excepção de Amora que perdeu cerca de 7,5% dos residentes estudantes — Figura 10. Na freguesia de Fernão Ferro registou-se uma taxa de variação que atingiu os 148%, o que resulta do forte crescimento populacional desta freguesia, na última década.

A distribuição pelo território dos indivíduos que frequentavam o ensino em tudo se assemelha ao que já foi analisado para a distribuição da população residente, por freguesia. Assim, em 2001, são as freguesias mais populosas, Amora e Corroios que registam o maior número de residentes estudantes, representando, respectivamente, 36% e 32,5% do total de estudantes do Concelho.

Figura 10 – População residente a frequentar o ensino, por freguesia, em 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

O aumento do número de residentes a frequentar o ensino pode significar um alargamento das qualificações profissionais da população. Durante os anos 90 houve um forte incremento dos níveis de instrução atingidos, principalmente nos de qualificação mais elevada, já que por exemplo, a população licenciada, em 2001, atingiu cerca de 11,8% da população total, enquanto que em 1991 este estrato representava apenas 2,4% do total. A análise do Quadro 8, salienta ainda que de 1991 para 2001 o peso da

população com o ensino básico completo aumentou substancialmente, passando respectivamente de 5,4% para 12,5% da população total.

Quadro 8 – População residente no Seixal, segundo o nível de ensino atingido

	Ensino primário	Ensino preparatório	Ensino secundário unificado	Ensino secundário complementar	Ensino médio	Ensino superior	Taxa de analfabetismo (%)
1991	28 763	6 443	6 338	6 700	1 131	2 861	4,7

	1º ciclo do EB	2º ciclo do EB	3º ciclo do EB	Ensino secundário	Ensino médio	Ensino superior	Taxa de analfabetismo
2001	41 895	14 725	18 768	38 273	1 295	17 874	4,8

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

A taxa de analfabetismo, apesar de ter sofrido um insignificante acréscimo entre os dois últimos Censos, registou em 2001 um valor bastante inferior ao valor médio da Península de Setúbal, que se situa nos 7%³³.

INDICADORES DE EDUCAÇÃO

- **Taxa de Escolarização**

A taxa de escolarização³⁴ no Seixal é, na generalidade dos ciclos, elevada. A observação da Figura 11, permite ver que globalmente, a variação do número de alunos a frequentar cada ciclo tem acompanhado a do número de indivíduos residentes do correspondente grupo etário a escolarizar.

Três aspectos podem no entanto ser destacados:

A taxa de variação dos residentes em idade escolar diminuiu ligeiramente na última década (-3% no grupo dos 6 aos 9 anos; -13% no grupo dos 10 aos 14 anos e -13% no grupo dos 15 aos 17 anos), com a excepção da das crianças dos 3 aos 5 anos (do pré-escolar) que aumentou 17%.

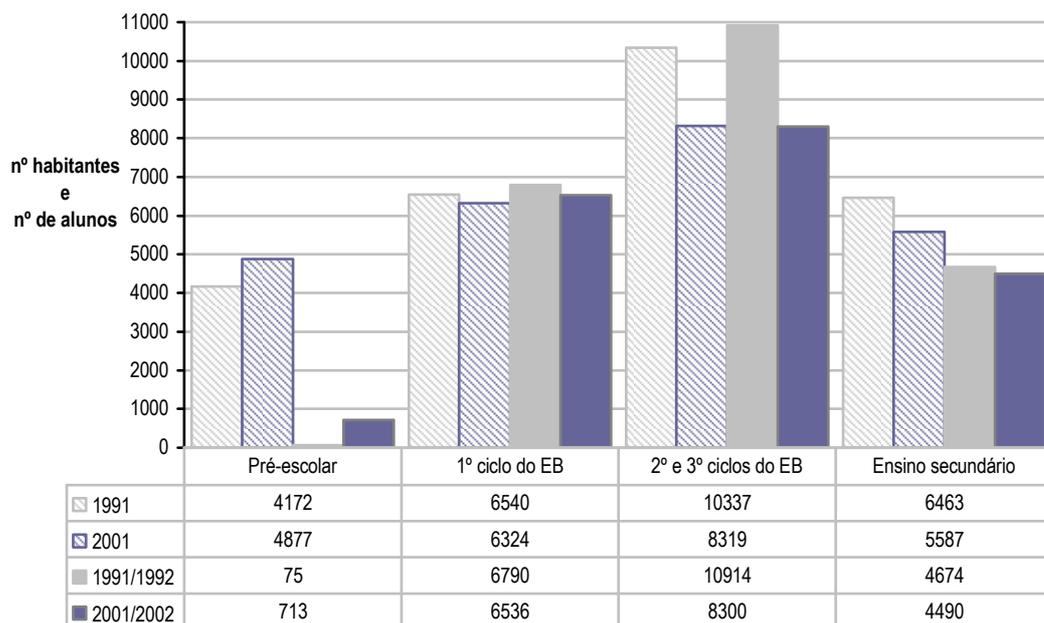
Relativamente ao pré-escolar, é notório o aumento da frequência de 1991/1992 para 2001/2002, o que se deve não só ao aumento populacional neste grupo etário como, sobretudo ao grande aumento da oferta neste nível de ensino.

A diminuição no número de alunos, que acompanhou a tendência demográfica, foi menor no caso dos alunos que frequentavam o ensino secundário cuja redução percentual foi de apenas 4%.

³³ Fonte: INE, Portugal em Números, 2004.

³⁴ Relação percentual entre o número total de alunos que frequentava um determinado ciclo de ensino e a população residente a escolarizar do grupo etário correspondente.

Figura 11 – Comparação entre a população residente por grupo etário e a população a frequentar o ensino público no Seixal, por nível de ensino



Fonte: INE: Censos 91 e 2001

CMS: Carta Escolar (1994) e Divisão de Educação.

• Taxa de Retenção

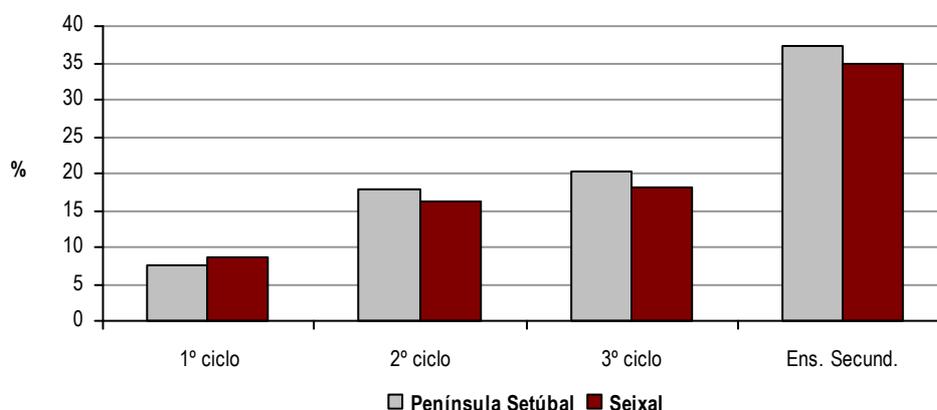
A retenção constitui a principal manifestação do insucesso escolar pelo que quando é elevada as taxas de abandono tendem a ser também elevadas. No concelho do Seixal, as taxas de retenção³⁵ são relativamente altas – Figura 12, principalmente no ensino secundário. No contexto da Península de Setúbal, verificamos que, exceptuando o 1º ciclo, no ano lectivo de 2003/2004, as taxas de retenção foram inferiores aos valores médios da região.

De acordo com a informação fornecida pelo ME (GIASE), no concelho do Seixal, em cada ciclo de estudo, os anos críticos relativamente à retenção, são os seguintes:

- . no 1º ciclo do ensino básico – 2º ano, com cerca de 15% de alunos retidos;
- . no 2º ciclo do ensino básico – 5º ano, com 17,5%;
- . no 3º ciclo do ensino básico – 7º ano, com 22%;
- . no secundário – 12º ano, com 49%.

³⁵ Relação percentual entre o número de alunos que frequentou um dado ano escolar e o número de alunos que não transitaram desse mesmo ano.

Figura 12 - Taxa de retenção, no ensino particular e público, no Seixal e na Península de Setúbal, no ano lectivo de 2003/2004



Fonte: ME-GIASE

- **Taxas de abandono, de saída antecipada e de saída precoce**

Estes indicadores permitem avaliar a capacidade que o sistema educativo tem de fomentar um percurso continuado pelos diferentes níveis de ensino. No concelho do Seixal, os valores obtidos apesar de um pouco elevados, apresentam-se sempre abaixo dos valores médios da Península de Setúbal. As elevadas taxas de saída prendem-se fundamentalmente com as oportunidades de integração precoce no mercado de trabalho e com casos de insucesso escolar repetido. Os indicadores do abandono, saída antecipada e saída precoce, em 2001, foram os seguintes:

	(%)		
	Taxa de abandono ³⁶	Taxa de saída antecipada ³⁷	Taxa de saída precoce ³⁸
Península de Setúbal	2,0	15,3	37,9
Seixal	1,4	12,5	35,2

Fonte: ME-GIASE

5.2. A PROCURA DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DA FORMAÇÃO

No Seixal, de acordo com os dados disponibilizados pelo GIASE do ME, desde 2001 até 2006 ocorreu um aumento do número total de matriculas (rede pública e privada) na ordem dos 3,5%, passando naquele

³⁶ Relação percentual entre o número de indivíduos dos 10 aos 15 anos que não concluíram, nem frequentam o 3º ciclo do EB, e o total de indivíduos desse mesmo grupo etário.

³⁷ Relação percentual entre o número de indivíduos dos 18 aos 24 anos que não concluíram, nem frequentam o 3º ciclo do EB, e o total de indivíduos desse mesmo grupo etário.

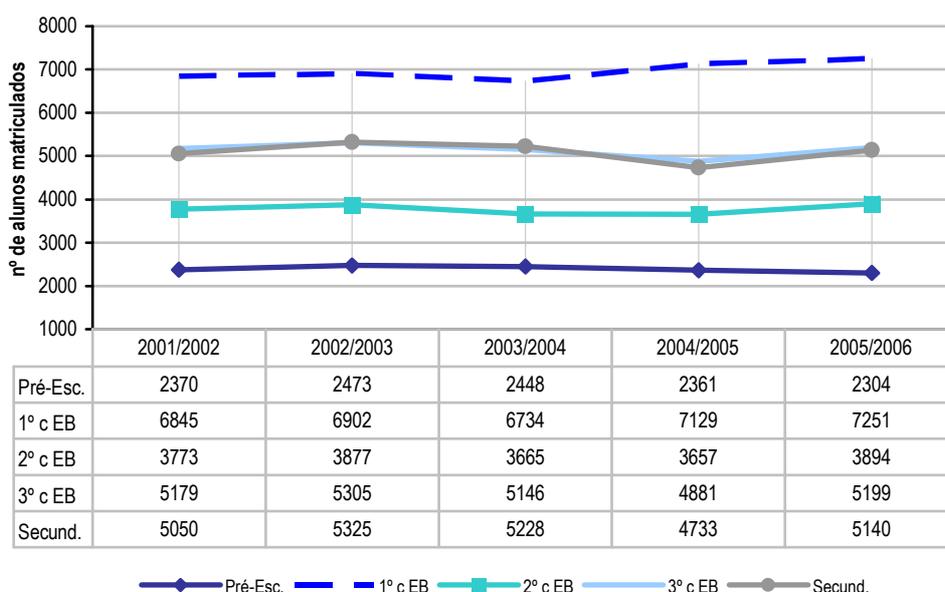
³⁸ Relação percentual entre o número de indivíduos dos 18 aos 24 anos que não concluíram, nem frequentam o ensino secundário, e o total de indivíduos desse mesmo grupo etário.

período de 30 327 para 31 386, respectivamente. O aumento de matrículas observado no 1º ciclo do EB e no 3º ciclo do EB é especialmente relevante – Figura 13.

Embora o **número de matrículas** tenha aumentado, a sua evolução pode dizer-se que representa uma quebra generalizada, se bem que ligeira (os valores absolutos mantêm-se nos mesmos intervalos), em todos os ciclos da escolaridade básica bem como ao nível do secundário. Apesar disto e no que se refere ao índice de ocupação, esta pequena diminuição da procura não se reflectiu numa melhoria significativa para os casos de sobrelotação ainda existentes.

Tendo em conta este cenário estima-se que nos próximos anos, tal como aconteceu nas duas últimas décadas, se continue a registar no Seixal um crescimento populacional, embora a um ritmo bem mais contido do que anteriormente, com os respectivos reflexos na população escolar.

Figura 13 – Total de alunos matriculados na educação e no ensino público e privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2005/06



Fonte: ME-GIASE.

Tendo em conta a informação disponibilizada pelas fontes locais, no sistema educativo do concelho do Seixal, no ano lectivo de 2004/2005³⁹ registou-se um **total efectivo** de 27 197 alunos, do pré-escolar ao secundário, dos quais 23 375, representando 86% do total, frequentaram estabelecimentos públicos e 3822, representando 14% do total, frequentaram estabelecimentos privados. No que concerne ao pré-escolar a expressão da rede pública não ultrapassou os 21%, enquanto que nos restantes ciclos o ensino público acolheu mais de 90% dos alunos existentes. Face a estes valores podemos dizer que o **ensino particular** assume alguma expressão no sistema educativo concelhio: dos alunos que frequentavam

³⁹ Ano lectivo mais recente sobre o qual foi obtida informação através do inquérito directo aos estabelecimentos privados.

estabelecimentos particulares, cerca de 79% encontravam-se no pré-escolar. Esta relação vai diminuindo à medida que aumenta o grau de ensino, em favor da frequência do ensino público.

5.2.1. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Das 4877 crianças, dos 3 aos 5 anos, residentes no Seixal em 2001, 56,5% (2257 crianças) frequentavam efectivamente a educação pré-escolar no ano lectivo de 2001/2002⁴⁰. Destas, 546 (20%)⁴¹ frequentavam estabelecimentos da rede pública e as restantes 2211 (80%) frequentavam a rede privada. Em 1991, do total de residentes deste grupo etário (4172 crianças) já 2025 (48,5%) frequentava este nível de educação. Nessa época porém a repartição entre a frequência do público e a do privado era bem diferente: 1950 crianças (96%) frequentavam a rede privada e apenas 75 (4%), a rede pública – Quadro 9.

Como se vê a frequência do pré-escolar na rede pública aumentou substancialmente na última década, o que se justifica sobretudo com o grande aumento da oferta, em número de salas de jardim-de-infância municipais.

Quadro 9 – Frequência efectiva da educação pré-escolar em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002

	1991/1992		2001/2002	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Território Educativo de Corroios	25	685	157	795
Território Educativo de Amora	25	632	283	590
Território Educativo de Seixal	25	633	106	826
Concelho	75	1950	546	2211

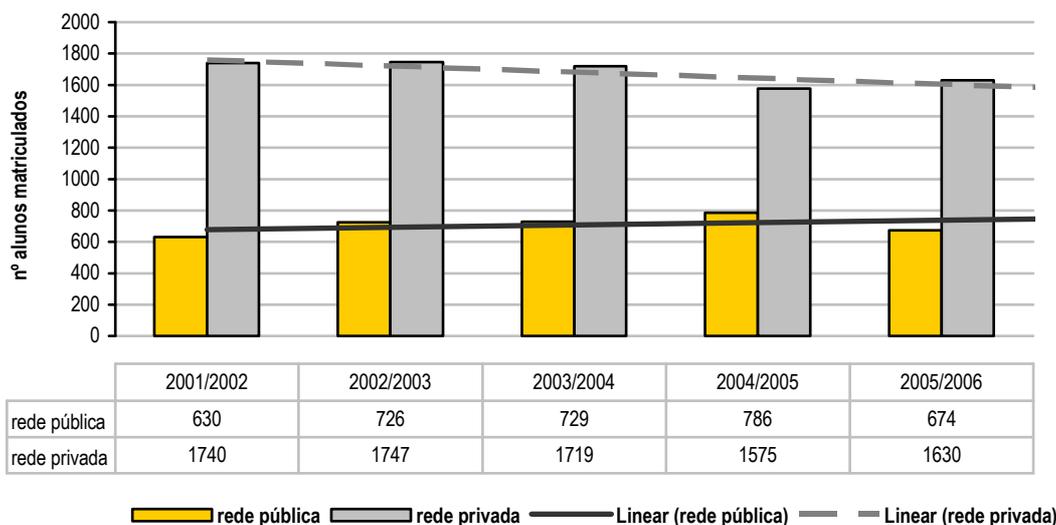
Fonte: CMS: Carta Escolar do Seixal (1994); Divisão do PDM e Divisão de Educação.

De acordo com a tendência evolutiva, que pode ser observada na Figura 14, espera-se que o crescimento desta tipologia se mantenha não só porque se espera o aumento da oferta mas, principalmente, porque cada vez mais se procura este tipo de resposta para a continuação do apoio à família iniciado, muitas vezes, a partir das valências de berçário e de creche (dos 4 meses aos 3 anos).

⁴⁰ Fonte: CMS, Divisão de Educação

⁴¹ Fonte: inquérito directo aos estabelecimentos privados.

Figura 14 – Total de alunos de educação pré-escolar matriculados no ensino público e no privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/06



Fonte: ME-GIASE.

Em termos evolutivos, no concelho do Seixal verifica-se que entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/2006 houve um decréscimo de quase 3% do número total de crianças matriculadas no pré-escolar o que se deve essencialmente à diminuição de matrículas no sector privado onde se encontra o maior número de efectivos. No entanto, o número de matrículas na rede pública aumentou cerca de 7%.

Este é o sector do sistema educativo onde a taxa de cobertura da rede pública continua mais deficitária, em detrimento da resposta disponibilizada pela rede privada, como iremos analisar no ponto 5.3.

5.2.2. O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Das 6324 crianças, dos 6 aos 9 anos residentes, recenseadas em 2001, 6982 frequentavam o 1º ciclo do ensino básico público, no ano lectivo de 2001/2002. Em 1991 a situação era semelhante pois o número de crianças a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público (7561) era também superior ao número de residentes recenseados, deste grupo etário (6540). Significa isto, uma frequência superior a 100%, o que se pode justificar com casos de repetência e com a frequência das escolas públicas do Concelho por crianças residentes noutros municípios – Quadro 10.

A frequência do 1º ciclo do básico, tanto na rede pública como na privada decresceu ligeiramente na última década, estando esta quebra provavelmente ligada ao decréscimo populacional nesta faixa etária.

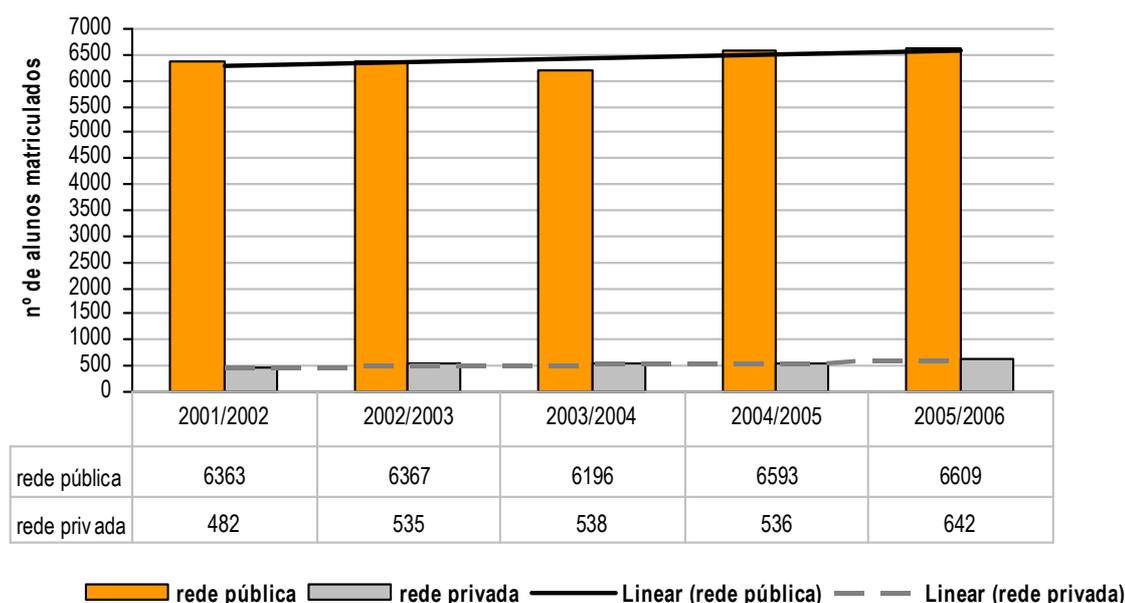
Quadro 10 – Frequência efectiva do 1º ciclo do ensino básico em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e de 2001/2002

	1991/1992		2001/2002	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	1854	379	1749	223
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	2538	325	2378	126
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	2401	64	2305	201
CONCELHO	6793	768	6432	550

Fonte: CMS: Carta Escolar do Seixal (1994) e CMS, Divisão do PDM e Divisão de Educação.

De acordo com a tendência evolutiva que se observa a partir da Figura 15 e em que o total de matrículas aumentou 6%, espera-se um acréscimo controlado, isto é, que o número de matrículas neste grupo nível de ensino, aumente mas se mantenha dentro desta ordem de grandeza. O maior aumento verificado deu-se na rede privada em que número de matrículas aumentou 33% devido especialmente ao aumento da oferta.

Figura 15 – Total de alunos do 1º ciclo do ensino básico matriculados no ensino público e no privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2005/06



Fonte: ME-GIASE.

5.2.3. OS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Em 2001 existiam 8319 jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, dos quais 3231 com idade para frequentar o 2º ciclo e 5088 com idade para frequentar o 3º ciclo, do ensino básico. O total de jovens representava um decréscimo de população daquele grupo etário relativamente a 1991, na ordem dos 19,5%.

Em termos escolares, no ano lectivo de 2001/2002 frequentavam as escolas com 2º e 3º ciclos do básico do Concelho, 6552 alunos, ou seja 79% do total de residentes do grupo etário referido. No entanto, numa década, ou seja entre os anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002 em termos de frequência registou-se um aumento de 2009 alunos, que representa uma expressiva variação de 44% – Quadro 11. A frequência dos 2º e 3º ciclos do básico na rede pública aumentou de modo bastante significativo o que está relacionado não só com o aumento populacional neste grupo etário como especialmente com as cada vez mais reduzidas taxas de abandono escolar. Apesar de se ter registado um aumento na década referida, a expressão da rede privada na frequência total, nestes dois ciclos de ensino, é muito reduzida, representando no ano lectivo de 2001/2002 apenas 3% do total de frequências.

Quadro 11 – Frequência efectiva dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, em estabelecimentos públicos e privados, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e 2001/2002

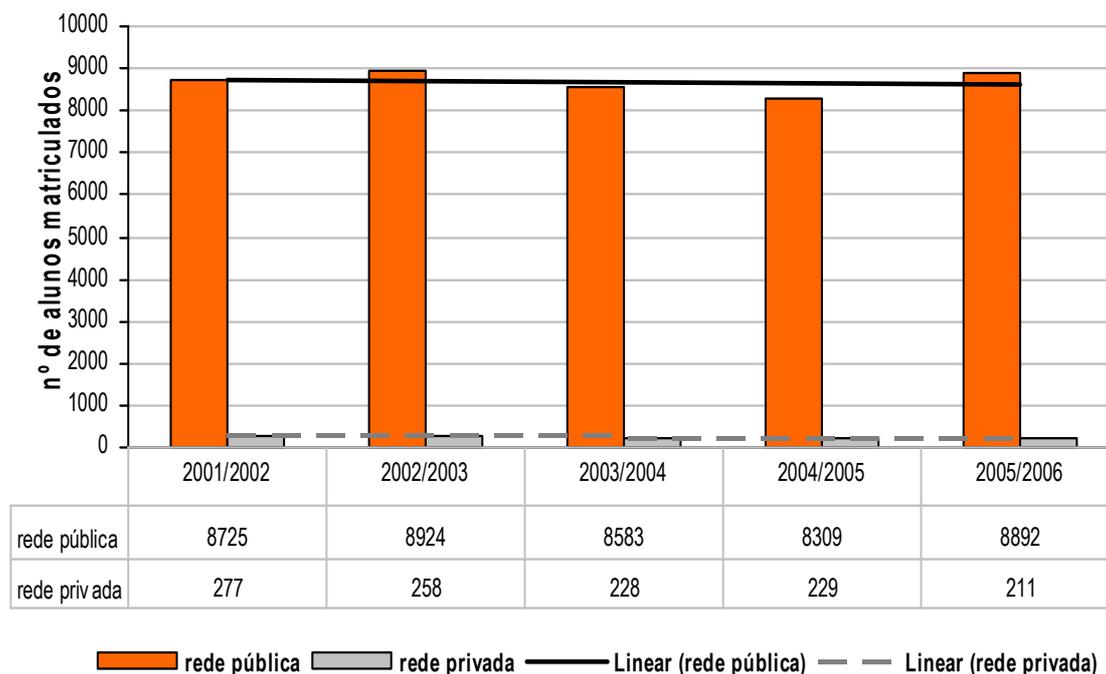
	1991/1992		2001/2002	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	1366	71	1528	171
TERRITÓRIO EDUCATIVO DA AMORA	1860	70	2794	30
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	1176	-	2029	-
CONCELHO	4402	141	6351	201

Fonte: CMS: Carta Escolar do Seixal (1994); Divisão do PDM e Divisão de Educação.

Como indica a Figura 16, o número de matrículas feitas nestes dois níveis de ensino tem vindo a aumentar nos últimos três anos lectivos e tendo em conta esta tendência bem como o aumento do número de alunos do 1º ciclo, não se espera uma diminuição durante os próximos anos.

A proporção entre o número de alunos matriculados na rede pública e os da rede privada, neste nível de ensino, é completamente diferente quer da do pré-escolar quer da do 1º ciclo do ensino básico. No caso dos 2º e 3º ciclos tem sido, ao longo dos anos lectivos em análise, insignificante a presença da rede privada que nunca chegou aos 3%, em favor dos quase 98% de procura da rede pública.

Figura 16 – Total de alunos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico matriculados no ensino público e privado, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/06



Fonte: ME-GIASE.

5.2.4. O ENSINO SECUNDÁRIO

Apesar do ensino secundário não fazer parte do ensino obrigatório, pretende-se que o percurso escolar seja continuado, tendencialmente até ao 12º ano. Em 2001 existiam 5587 jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos enquanto que em 1991 se contabilizaram 6463, o que significa uma redução de 13,5%. No ano lectivo de 2001/2002 encontravam-se 5520 alunos, a frequentar o ensino secundário público no Seixal, um número superior ao dos residentes neste grupo etário. Este facto pode indicar que frequentavam este nível de ensino alunos cuja idade já ultrapassou o limite desta faixa etária e poderá também indicar a presença de muitos alunos residentes noutros concelhos que vêm frequentar os estabelecimentos situados no Seixal (o que é perfeitamente lógico neste nível de ensino dadas as especificidades relacionadas com a oferta dos cursos e das áreas). Sabendo-se que as taxas de saída precoce e antecipada ocorrem sobretudo na passagem para este nível de ensino, o número de alunos que o frequentavam é ainda mais expressivo.

No que se refere à frequência efectiva na rede pública, do ano lectivo de 1991/1992 para o de 2001/2002, registou-se um aumento substancial de alunos, na ordem dos 12% – Quadro 12.

Quadro 12 – Frequência no ensino secundário público, no Seixal, nos anos lectivos de 1991/1992 e de 2001/2002

	1991/1992	2001/2002
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	219	1 386
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	3 356	2 301
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE SEIXAL	1 099	1 833
CONCELHO	4 674	5 520

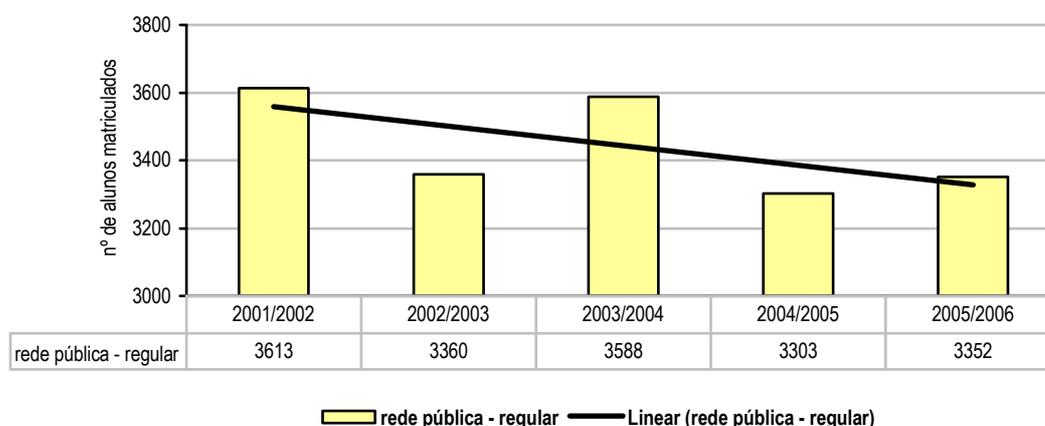
Fonte: CMS: Carta Escolar do Seixal (1994)

CMS: Divisão do PDM e Divisão de Educação.

Actualmente no Seixal não existe oferta privada neste nível de ensino, se bem que de acordo com a informação do levantamento feito aos estabelecimentos particulares, se perspective para o próximo ano lectivo a criação deste tipo de resposta. No entanto no caso do ensino secundário profissional (nível 3) existe esta oferta através da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça.

De acordo com os dados disponibilizados pelo ME-GIASE, o ensino secundário regular da rede pública tem vindo a revelar um decréscimo no número de matrículas na ordem dos 7%, conforme se indica na Figura 17.

Figura 17 – Total de alunos do ensino secundário regular matriculados na rede pública do Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/2006



Fonte: ME-GIASE

De acordo com a mesma fonte no ensino regular leccionado na rede pública a maioria das matrículas efectua-se nos cursos gerais, representando em todos os anos lectivos mais de 80% do total.

5.2.5. REGIME NOCTURNO, ENSINO RECORRENTE E QUALIFICANTE

De acordo com os dados recolhidos pela Divisão de Educação, no ano lectivo de 2005/2006 existiam três escolas secundárias com ensino em **regime nocturno**: ES de Amora, ES Moinho de Maré e ES José

Afonso, totalizando 79 turmas. No Centro de Formação Profissional do Seixal também existem turmas em regime nocturno, totalizando 75 no ano lectivo 2005/2006.

Na perspectiva da *aquisição de competências para a vida*, quer o **ensino recorrente** quer o **ensino qualificante** permitem à população que já não se encontra dentro dos grupos etários com idade para frequentar o ensino regular melhorar as suas qualificações académicas, principalmente com o intuito de facilitar a integração no mercado de trabalho.

No concelho do Seixal registaram-se, nos últimos seis anos lectivos, matrículas neste tipo de ensino, de acordo com o Quadro 13. Da análise dos dados disponibilizados conclui-se que, relativamente ao ensino recorrente, é no nível secundário que se encontram a maioria das matrículas representando sempre mais de 60% do total. O ensino qualificante tem o maior número de matrículas no 3º ciclo do EB.

Quadro 13 – Frequência do ensino recorrente e qualificante, no Seixal, entre os anos lectivos de 2001/2002 e de 2005/2006

Ano lectivo	Ensino recorrente					Ensino qualificante			
	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secund.	Total	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secund.	Total
2001/2002	302	78	430	1373	2183		62		62
2002/2003	348	32	461	1786	2627	43	96	79	218
2003/2004	392	37	332	1498	2259	19	176	76	271
2004/2005		28	165	1375	1568		86	51	137
2005/2006		27	239	1627	1893		159	64	223

Fonte: ME-GIASE

5.2.6. OUTRAS VALÊNCIAS DA REDE PRIVADA

Trata-se de uma realidade que merece algum aprofundamento tendo em conta que há valências que apenas encontram resposta nesta rede de estabelecimentos.

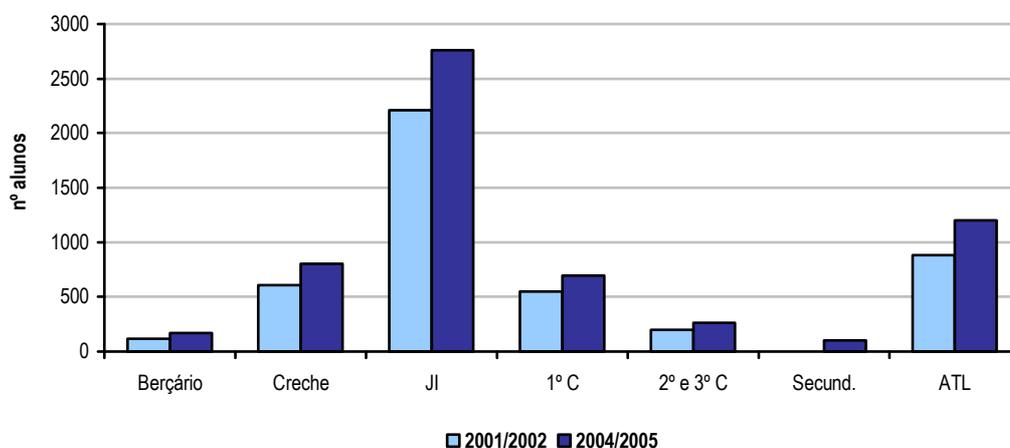
As respostas existentes relativamente a **berçário** e **creche**, que têm grande importância no apoio às famílias, advêm exclusivamente do sector privado (com ou sem fins lucrativos). A oferta de Jardim-de-infância (JI) e de Actividades de Tempos Livres (ATL) é feita, na sua esmagadora maioria, pela rede privada. Deste modo, de acordo com os dados recolhidos através do levantamento directo aos estabelecimentos da rede privada⁴², entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2004/2005, conforme se indica na Figura 18, apurou-se em termos de frequências o seguinte:

⁴² Dos 89 estabelecimentos privados identificados e que foram inquiridos, obtiveram-se 76 respostas o que corresponde a uma taxa de participação de 85%.

- Aumentaram as frequências em todos os níveis de ensino e valências oferecidas pelo sector privado, com taxas de variação que variam entre os 25% e os 40%;
- Em termos absolutos, onde se registou maior aumento de frequências foi no nível JI, com mais 552 crianças e na valência ATL com mais 321 frequentadores;
- Continuam a ser as valências de JI e ATL que registam o maior número de frequências correspondendo, respectivamente, a 46% e 20% do total de frequências do privado;
- Entre aqueles anos lectivos surgiu a resposta ao nível do secundário profissional (Escola Profissional Bento Jesus Caraça) que no ano lectivo de 2004/2005 registou a frequência de 100 jovens.

De modo geral, o aumento de frequências na rede privada prende-se, não só ao factor de crescimento demográfico mas principalmente, e como resposta à grande procura, ao grande aumento da oferta tal como viremos mais adiante.

Figura 18 – Total de alunos na rede privada do Seixal, nos anos lectivos de 2001/2002 e de 2004/05



Fonte: CMS: Divisão do PDM, 2006.

5.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PARQUE ESCOLAR

5.3.1. PARQUE ESCOLAR PÚBLICO E PRIVADO

No Concelho do Seixal a coesão territorial do parque escolar apoia-se em **territórios educativos** (TE) que resultam da organização do território municipal em três eixos de expansão urbana, polarizados pelas Cidades do Seixal e Amora e pela Vila de Corroios:

- Território educativo de Corroios (corresponde à totalidade da freguesia de Corroios).
- Território educativo de Amora (corresponde à totalidade da freguesia de Amora);
- Território educativo do Seixal (constituído pelas freguesias de Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Fernão Ferro);

O **parque escolar público** do sistema educativo do concelho do Seixal é actualmente constituído por 50 estabelecimentos distribuídos, quanto à sua tipologia, do seguinte modo:

Câmara Municipal do Seixal ⁴³	1	Jardim-de-infância (JI)
	15	Escolas Básicas do 1º ciclo (EB1)
	19	Escolas Básicas do 1º ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
Ministério da Educação	1	Escola Básica do 2º ciclo (EB2)
	7	Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos (EB2,3)
	6	Escolas Secundárias com 3º ciclo do ensino básico (ES)
Instituto do Emprego e Formação Profissional	1	Centro de Formação Profissional

Destes estabelecimentos, os do pré-escolar e os do ensino básico⁴⁴ encontram-se integrados nos seguintes **agrupamentos verticais de escolas**, distribuídos pelos territórios educativos:

TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	Escola Nuclear	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços	EB2,3 Vale de Milhaços	EB1 de Vale de Milhaços
		EB1/JI da Qt.ª da Cabouca
		EB1/JI do Alto do Moinho
		EB1 de Corroios
		EB1/JI da Qt.ª do Campo
		EB1 da Qt.ª de São Nicolau
		EB1 de St.ª Marta de Corroios
Agrupamento Escolas do Rouxinol	EB2,3 de Corroios	EB1/JI de Miratejo
		EB1 José Afonso
		EB1 D. Nuno Álvares Pereira

⁴³ No parque escolar municipal, existem quatro edifícios para jardim-de-infância construídos de raiz.

⁴⁴ Excepto a EB1 da Qt.ª de St.º João, na Arrentela, que constitui uma Unidade Organizacional Autónoma.

TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	Escola Nuclear	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas Paulo da Gama	EB2,3 Paulo da Gama	EB1/JI do Fogueteiro EB1/JI da Qt.ª do Conde de Portalegre EB1 da Amora
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato	EB2,3 Pedro Eanes Lobato	EB1/JI da Qt.ª das Inglesinhas EB1/JI Infante D. Augusto EB1/JI da Qt.ª da Medideira EB1 da Qt.ª da Princesa EB1 das Paivas JI da Qt.ª da Princesa
Agrupamento Escolas Terras de Larus	EB2,3 da Cruz de Pau	EB1/JI da Qt.ª de St.º António EB1 da Cruz de Pau EB1/JI dos Foros de Amora EB1/JI da Qt.ª das Sementes
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	Escola Nuclear	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas Dr. António Augusto Louro	EB2,3 Dr. António Augusto Louro	EB1/JI de Aldeia de Paio Pires EB1/JI da Qt.ª da Courela EB1/JI do Casal do Marco EB1 Conde Ferreira EB1/JI do Bairro Novo do Seixal
Agrupamento Escolas Nun'Álvares	EB2 Nun'Álvares	EB1 da Arrentela EB1 da Torre da Marinha EB1 da Qt.ª de Nª Sª do Monte Sião
Agrupamento Escolas de Pinhal de Frades	EB2,3 Pinhal de Frades	EB1/JI de Pinhal de Frades EB1/JI de Fernão Ferro EB1/JI da Qt.ª dos Morgados
Unidade Organizacional Autónoma		EB1 da Qt.ª de São João

As escolas secundárias estão localizadas duas em cada território educativo. O Centro de Formação Profissional encontra-se no território educativo de Amora.

O **parque escolar privado** do sistema educativo do concelho do Seixal, de acordo com o levantamento directo, é actualmente constituído por 90 estabelecimentos. A sua classificação tipológica não é linear uma vez que cada um destes estabelecimentos possui mais valências para além da tipologia de origem⁴⁵.

⁴⁵ Por exemplo, um estabelecimento classificado como JI tem na maioria dos casos, as valências de ATL, creche e berçário

Assim, de acordo com a predominância de valências, podemos concluir que na rede privada existem:

	Berçário /Creche	JI	EB1	EB1/JI	EB1/2	EB1/2-JI	EBI-JI	ATL	JI-ATL	EP
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	1	18	1	3	0	2	1	3	1	0
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	1	17	0	2	1	1	0	2	0	0
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	2	24	0	4	0	0	0	5	0	1
CONCELHO	4	59	1	9	1	3	1	10	1	1

5.3.2. QUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA

- **Estado de Conservação**

Dado que a maioria dos edifícios escolares do 1º ciclo do ensino básico não é recente (o parque escolar do Seixal data, na grande maioria, dos anos 70 e 80 do século XX) e apesar de o Município ter vindo a realizar intervenções sistematicamente, são necessárias obras de conservação e beneficiação tanto no interior dos edifícios como nos espaços exteriores.

Relativamente às escolas de 2º e 3º ciclos do ensino básico e escolas secundárias, existe uma grande diversidade de intervenções necessárias que vão desde obras de conservação e beneficiação até, nos casos mais graves, à substituição dos edifícios.

Estas **necessidades de intervenção** encontram-se todas identificadas nas fichas de caracterização que constam dos volumes anexos a este documento e que se reportam ao ano lectivo de 2005/2006.

- **Refeitórios Escolares**

Actualmente encontram-se em funcionamento 28 refeitórios escolares, 6 destes localizados no território educativo de Corroios, 13 no de Amora e 9 no do Seixal. No território educativo de Corroios o agrupamento Escolas do Rouxinol não dispõe de refeitório escolar.

TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	Refeitórios Escolares	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços	6	EB1/JI da Qt. ^a da Cabouca EB1/JI do Alto do Moinho EB1/JI da Qt. ^a do Campo EB1 de Corroios EB1 de St. ^a Marta de Corroios EB1 de Vale de Milhaços
Agrupamento Escolas do Rouxinol	0	(na EB1 José Afonso abre em 2006/2007)

TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	Refeitórios Escolares	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas Paulo da Gama	3	EB1/JI do Fogueteiro EB1/JI da Qt.ª do Conde de Portalegre JI da Qt.ª do Conde de Portalegre
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato	6	EB1/JI da Qt.ª das Inglesinhas EB1/JI Infante D. Augusto EB1/JI da Qt.ª da Medideira EB1 da Qt.ª da Princesa EB1 das Paivas JI da Qt.ª da Princesa
Agrupamento Escolas Terras de Larus	4	EB1/JI da Qt.ª de St.º António EB1/JI dos Foros de Amora JI dos Foros de Amora EB1/JI da Qt.ª das Sementes

TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	Refeitórios Escolares	Estabelecimentos EB1 e/ou JI
Agrupamento Escolas Dr. Antº Augusto Louro	3	EB1/JI da Qt.ª da Courela EB1/JI do Casal do Marco JI do Casal do Marco
Agrupamento Escolas Nun'Álvares	3	EB1 da Arrentela EB1 da Torre da Marinha EB1 da Qt.ª de Nª Sª do Monte Sião
Agrupamento Escolas de Pinhal de Frades	2	EB1/JI de Fernão Ferro EB1/JI da Qt.ª dos Morgados
Unidade Organizacional Autónoma	1	EB1 da Qt.ª de São João

Fonte: CMS: Divisão de Educação, 2006.

5.3.3. DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

1. Quer se trate da rede pública quer da privada, existe uma concentração de equipamentos escolares na zona norte do concelho seguindo a natural tendência de localização junto dos maiores aglomerados populacionais.
2. Em todos os níveis de ensino existe um acentuado desequilíbrio entre as duas áreas do Concelho separadas pela auto-estrada (IP7-A2). Quantitativamente considera-se a área a norte melhor dotada, mas tendo em conta a população residente, é também aqui que se detectam as maiores carências. De acordo com a caracterização demográfica onde se analisou a distribuição da população pelo território

municipal, a maioria dos habitantes do Concelho concentra-se nas freguesias de Amora e Corroios. Assim, são naturalmente estas as freguesias que apresentam maior oferta, tal como se pode observar nos mapas que seguidamente se apresentam.

3. Como veremos a maioria dos agrupamentos de escolas tem uma área de drenagem relativamente pequena e concentrada (devido à proximidade entre os estabelecimentos que os constituem) excepto no caso do agrupamento de Pinhal de Frades cuja área de drenagem é bastante extensa e dispersa.
4. A análise dos mapas permite ainda destacar que a maior parte da oferta a sul da auto-estrada é da responsabilidade da rede privada e que não existe qualquer resposta de ensino secundário nesta zona.

5.4 A OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

5.4.1 A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na **rede pública de estabelecimentos de educação pré-escolar** do Seixal existem actualmente 38 salas de JI, das quais **36 em pleno funcionamento**⁴⁶, distribuídas por **20 estabelecimentos**. Destes estabelecimentos, apenas 4 são edifícios construídos de raiz para este fim (um isolado e 3 dentro de lotes escolares de EB1⁴⁷) enquanto que os restantes 16 resultam da adaptação de salas de aula de EB1. Às 38 salas, que se distribuem pelos territórios educativos e agrupamentos conforme se indica no Quadro 14, corresponde uma capacidade⁴⁸ para **760 crianças, dos 3 aos 5 anos** de idade.

Apesar do grande aumento de oferta ocorrido nos últimos dez anos (em 1991/1992 existiam em funcionamento apenas 6 salas de JI, em escolas básicas de 1º ciclo e actualmente existem 36), a **taxa de cobertura**⁴⁹ da rede pública neste nível de ensino é ainda muito baixa não ultrapassando os **16%**, tendo em conta a oferta actual e os residentes a escolarizar, daquela faixa etária, em 2001. Não se estranha portanto o facto de, em quase todos os estabelecimentos e em todos os anos lectivos, apenas sejam admitidas crianças com 5 anos (consideradas prioritárias) e muito poucas com 4 e 3 anos.

Quadro 14 – Capacidade em número de salas de JI dos estabelecimentos da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo

	Nº de salas de JI		Capacidade (nº educandos)		Frequência (nº de educandos)	Índice de Ocupação *
	Em funcionamento	Total	Em utilização	Total		
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	8	8	160	160	165	1,03
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços	5	5	100	100	105	1,05
Agrupamento Escolas do Rouxinol	3	3	60	60	60	1,0
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	17	20	340	400	344	1,01
Agrupamento Escolas Paulo da Gama	4	7	80	140	80	1,00
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato	9	9	180	180	184	1,02
Agrupamento Escolas Terras de Larus	4	4	80	80	80	1,00
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	9	10	180	200	220	1,22
Agrupamento Escolas Dr. Ant.º Augusto Louro	6	6	120	120	150	1,25
Agrupamento Escolas Nun'Álvares	0	0	-	-	-	-
Agrupamento Escolas de Pinhal de Frades	3	4	60	80	70	1,16
UOA – EB1 da Qt.ª de São João	0	0	-	-	-	-
CONCELHO	34	38	720	760	729	1,01

Fonte: CMS: Divisão de Educação e Divisão do PDM.

Nota: * O índice de ocupação estabelece a relação entre a capacidade das salas em utilização em número de alunos e a frequência efectiva.

⁴⁶ No ano lectivo de 2004/2005, conforme se observa no Quadro 14, só estavam em funcionamento 34 salas.

⁴⁷ JI da Quinta da Princesa, JI Qt.ª Conde de Portalegre, JI do Casal do Marco e JI de Foros de Amora, respectivamente.

⁴⁸ A capacidade recomendada no nível pré-escolar é de 20 crianças por sala, de acordo com os critérios de Reordenamento da Rede Educativa, DAPP-ME, Fevereiro de 2000.

⁴⁹ Estabelece a relação entre a capacidade total, em número de frequentadores, e o número de indivíduos do grupo etário a escolarizar.

Apesar da oferta ser reduzida, não existe sobrelotação na educação pré-escolar. Os índices de ocupação estão ligeiramente acima do valor recomendado pois grande parte das salas é frequentada por 25 crianças em vez das 20 crianças por sala, considerada a capacidade ideal.

A distribuição territorial, conforme se pode observar na Figura 19, revela um certo desequilíbrio da oferta uma vez que os estabelecimentos se localizam essencialmente nos aglomerados urbanos situados na zona norte do Concelho. No entanto é preciso salientar que também é nestes locais que se detectam as maiores carências quantitativas devido à concentração populacional e, conseqüentemente, ao grande número de crianças aí residentes.

Figura 19 – Área de influência⁵⁰ dos estabelecimentos públicos com Jardim-de-infância existentes no Seixal, no ano lectivo de 2005/2006



Como já vimos o peso do **sector privado**, neste nível de aprendizagem, é muito significativo. De acordo com os dados recolhidos pela Divisão do PDM e pela Divisão de Educação, no ano lectivo de 2004/2005 para além das 34 salas de JI da rede pública em funcionamento existiam mais **150 salas** na rede privada de

⁵⁰ As áreas de influência consideradas correspondem à aplicação dos critérios de irradiação definidos pelo Ministério de Educação (ME-DAAP, 2000).

estabelecimentos de educação e ensino, o que representa quase 82% do total de salas de JI (184) neste nível de ensino.

	Número de salas de JI da rede privada
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	50 (em 22 estabelecimentos)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	44 (em 19 estabelecimentos)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	56 (em 23 estabelecimentos)
CONCELHO	150 (em 64 estabelecimentos)

Seguindo a lógica da procura e da oferta, natural e preferencialmente, estes estabelecimentos localizam-se juntos dos maiores aglomerados urbanos, seguindo a tendência verificada no caso da rede pública.

5.4.2 O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Na **rede pública de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico** do Seixal existem actualmente 174 salas de aula, distribuídas por **34 estabelecimentos**. As salas de aula existentes, que se distribuem pelos territórios educativos e agrupamentos conforme se indica no Quadro 15, permitem, em regime normal de funcionamento⁵¹, a frequência de **3480 crianças, dos 6 aos 9 anos** de idade.

A **taxa de cobertura** da rede pública neste nível de ensino, em regime normal de funcionamento, é relativamente baixa, não ultrapassando os **55%**, tendo em conta a oferta e os residentes a escolarizar neste ciclo, daquela faixa etária, em 2001. No entanto, num esforço para permitir o acesso livre e generalizado à rede pública, quase **todas as salas estão actualmente a ser utilizadas em regime duplo**. Tendo em conta este aspecto, e porque em 2004/2005 frequentavam efectivamente o 1º ciclo do ensino básico 6 742 alunos, podemos considerar que o Concelho está coberto em 100%, apesar de numa situação de sobrelotação.

A situação de sobrelotação do 1º ciclo do ensino básico no concelho do Seixal pode-se verificar no Quadro 15, pois os **índices de ocupação** estão em todos os territórios educativos e em todos os agrupamentos, muito perto do valor 2, chegando mesmo a ultrapassar este patamar. Isto significa que praticamente todas as salas estão em **regime duplo de ocupação**.

⁵¹ Para o 1º ciclo do ensino básico, o regime normal de funcionamento corresponde à relação: 1 sala = 1 turma = 20 alunos.

Quadro 15 – Capacidade em número de salas de aula dos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo

	Capacidade		Frequência (nº de alunos)	Índice de Ocupação*
	Nº de Salas	Nº de Alunos		
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	47	940	1774	1,88
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços	32	640	1240	1,94
Agrupamento Escolas do Rouxinol	15	300	534	1,78
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	64	1280	2456	1,92
Agrupamento Escolas Paulo da Gama	15	300	549	1,83
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato	35	700	1295	1,85
Agrupamento Escolas Terras de Larus	14	280	612	2,18
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	63	1260	2512	2,00
Agrupamento Escolas Dr. Antº Augusto Louro	29	580	1015	1,75
Agrupamento Escolas Nun'Álvares	13	260	542	2,08
Agrupamento Escolas de Pinhal de Frades	13	260	652	2,51
UOA – EB1 da Qt.ª de São João	8	160	303	1,89
CONCELHO	174	3480	6742	1,93

Fonte: CMS: Divisão de Educação e Divisão do PDM.

Nota: * O índice de ocupação estabelece a relação entre a capacidade das salas de aula em número de alunos e a frequência efectiva.

A distribuição territorial, conforme se pode observar na Figura 20, revela mais uma vez que é nos aglomerados urbanos situados na zona norte do Concelho que se concentra o maior número de estabelecimentos.

Neste nível de ensino o peso do **sector privado** ainda tem alguma expressão. De acordo com os dados recolhidos pela Divisão do PDM e pela Divisão de Educação, no ano lectivo de 2004/2005, para além das 174 salas da rede pública existiam mais **43 salas** na rede privada de estabelecimentos de educação e ensino, o que representa quase 25% do total de salas (217) deste nível de ensino.

Figura 20 – Área de Influência⁵² dos estabelecimentos públicos com 1º ciclo do ensino básico existentes no Seixal, no ano lectivo de 2005/2006



Relativamente à sua distribuição pelo território do município, a rede privada segue a tendência, comum à rede pública, de localização nos aglomerados mais populosos.

	Número de salas de 1º ciclo na rede privada
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	20 (em 6 estabelecimentos)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	4 (em 2 estabelecimentos)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE SEIXAL	19 (em 4 estabelecimentos)
CONCELHO	43 (em 12 estabelecimentos)

⁵² As áreas de influência consideradas correspondem à aplicação dos critérios de irradiação conforme definido pelo Ministério de Educação (ME-DAAP, 2000).

5.4.3. Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Na rede pública de estabelecimentos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico do Seixal existem actualmente **212 turmas**, distribuídas por **8 estabelecimentos**. Destes estabelecimentos, 7 têm a tipologia EB2,3 e 1 é uma EB2. Ao total de turmas dos estabelecimentos existentes, que se distribuem pelos territórios educativos e agrupamentos conforme se indica no Quadro 16, corresponde, em regime ideal de funcionamento⁵³, uma **capacidade** de frequência de **5088 jovens, dos 10 aos 14 anos** de idade.

A **taxa de cobertura** neste nível de ensino, em regime ideal de funcionamento, é relativamente baixa, não ultrapassando os **62%**, tendo em conta a oferta e os residentes a escolarizar nestes ciclos e daquela faixa etária, em 2001. Os 2º e 3º ciclos do ensino básico estão completamente **sobrelotados**. Os **índices de ocupação** estão em todos os territórios educativos e em todos os agrupamentos sempre acima de 1, o que significa que existem **turmas a mais** em praticamente todos os estabelecimentos. A acrescer a esta sobrelotação sublinha-se que quase um terço das turmas de 3º ciclo (cerca de 80) está actualmente integrado nas **escolas secundárias do Concelho**.

Quadro 16 – Capacidade em número de turmas dos estabelecimentos de 2º e 3º ciclos do ensino básico da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo

	Capacidade		Frequência (nº de alunos)	Índice de Ocupação**
	Nº de turmas	Nº de alunos		
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	48	1152	1578	1,36
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços	24	576	909	1,58
Agrupamento Escolas do Rouxinol	24	576	669	1,16
Escolas Secundárias – 3º ciclo EB	-	-	633*	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	92	2208	2438	1,1
Agrupamento Escolas Paulo da Gama	32	768	931	1,21
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato	30	720	725	1,0
Agrupamento Escolas Terras de Larus	30	720	782	1,08
Escolas Secundárias – 3º ciclo EB	-	-	447*	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	72	1728	2056	1,18
Agrupamento Escolas Dr. António Augusto	24	576	718	1,24
Agrupamento Escolas Nun'Álvares	18	432	397	0,92
Agrupamento Escolas de Pinhal de Frades	30	720	941	1,3
Escolas Secundárias – 3º ciclo EB	-	-	882*	-
CONCELHO	212	5088	6072	1,19

Fonte: CMS: Divisão de Educação e Divisão do PDM.

Nota: * O número de turmas é indicativo e refere-se ao ano lectivo de 2005/2006.

** O índice de ocupação estabelece a relação entre a capacidade da escola em número de turmas e de alunos, e a frequência efectiva.

⁵³ Para os 2º e 3º ciclos do ensino básico, o regime ideal de funcionamento corresponde à relação: 1 turma = 24 alunos.

Mais uma vez, como se pode observar na Figura 21, a localização dos estabelecimentos é desigual situando-se preferencialmente na zona norte do Concelho.

Figura 21 – Área de influência⁵⁴ dos estabelecimentos públicos com 2º e 3º ciclos do ensino básico existentes no Seixal no ano lectivo de 2005/2006



Neste nível de ensino o peso do **sector privado** não tem expressão significativa uma vez que apenas três estabelecimentos possuem este tipo de oferta. De acordo com os dados recolhidos pela Divisão do PDM e pela Divisão de Educação, no ano lectivo de 2004/2005 para além das 212 turmas da rede pública, existiam mais **20 turmas** na rede privada de estabelecimentos de educação e ensino o que representa apenas 9% do total de turmas (232) destes dois níveis de ensino.

⁵⁴ As áreas de influência consideradas correspondem à aplicação dos critérios de irradiação conforme definido pelo Ministério de Educação (ME-DAAP, 2000).

Relativamente à sua distribuição pelo território do município, a rede privada segue a tendência de localização verificada para a rede pública, salientando, neste caso, o facto de não existir qualquer resposta deste nível de ensino no território educativo do Seixal.

	Número de turmas de 2º e 3º ciclos na rede privada
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	18 (em 2 estabelecimentos)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	2 (em 1 estabelecimento)
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	0
CONCELHO	20 (em 3 estabelecimentos)

5.4.4 O ENSINO SECUNDÁRIO

Na **rede pública de estabelecimentos do ensino secundário** do Seixal existem actualmente **200 turmas** integradas em **6 estabelecimentos**, que se distribuem pelos territórios educativos e agrupamentos conforme se indica no Quadro 17 e que correspondem, em regime ideal de funcionamento⁵⁵, a uma capacidade de frequência de **6000 jovens, dos 15 aos 17 anos** de idade.

A **taxa de cobertura** neste nível de ensino, caso toda a capacidade fosse utilizada para o ensino secundário e em regime ideal de funcionamento, seria de **100%**, tendo em conta a oferta em e o número de residentes, daquela faixa etária, em 2001. Como existem de facto muitas turmas do 3º ciclo do ensino básico⁵⁶ no espaço destinado às turmas do secundário, a cobertura disponibilizada não ultrapassa os 55%.

Quadro 17 – Capacidade em número de turmas dos estabelecimentos de ensino secundário da rede pública existentes no ano lectivo de 2004/2005, por território educativo

	Capacidade		Frequência (nº de alunos)	Índice de Ocupação*
	Nº de turmas	Nº de alunos		
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	50	1500	Sec. = 877 Total = 1510	0,58 1,01
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	84	2520	Sec. = 1800 Total = 2247	0,71 0,89
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	66	1980	Sec. = 1029 Total = 1911	0,52 0,96
CONCELHO	200	6000	Sec. = 3706 Total = 5668	0,62 0,94

Fonte: CMS: Divisão de Educação e Divisão do PDM.

Nota: * O índice de ocupação estabelece a relação entre a capacidade da escola em número de turmas e de alunos, e a frequência efectiva.

⁵⁵ Para o ensino secundário, o regime ideal de funcionamento corresponde à relação: 1 turma = 30 alunos.

⁵⁶ No ano lectivo 2004/2005, em quase todas as escolas secundárias, entre 40 e 50% dos alunos eram do 3º ciclo do ensino básico.

Tendo em conta os valores globais (alunos do secundário e alunos do 3º ciclo), os **índices de ocupação** estão, em todos os territórios educativos, próximo de 1. Se das frequências efectivas retirarmos os alunos que frequentam o 3º ciclo do básico nestas escolas, verificamos que os índices de ocupação seriam sempre muito abaixo de 1, isto é, haveria capacidade no parque existente do secundário para uma ocupação em regime ideal.

Ainda no que se refere à oferta, salienta-se que, no ano lectivo de 2005/2006, em três das escolas secundárias (uma em cada território educativo), se disponibilizou o ensino nocturno, num total de 79 turmas.

Uma vez mais, como se pode observar na Figura 22, se verifica que a zona sul se encontra totalmente descoberta, dado que a localização dos estabelecimentos se efectiva na zona norte do Concelho.

Figura 22 – Área de influência⁵⁷ dos estabelecimentos públicos com ensino secundário existentes no Seixal no ano lectivo de 2005/2006



⁵⁷ As áreas de influência consideradas correspondem à aplicação dos critérios de irradiação conforme definido pelo Ministério de Educação (ME-DAAP, 2000).

No ano lectivo em análise, tendo em conta os dados recolhidos pela Divisão do PDM e pela Divisão de Educação, não existiu qualquer oferta de ensino secundário, regular, na **rede privada** de estabelecimentos de educação e ensino.

5.4.5 OUTRAS OFERTAS NA REDE PÚBLICA

- **Bibliotecas Escolares**

Existem actualmente no concelho do Seixal 42 **bibliotecas escolares**. Destas, 15 fazem parte da rede escolar do Ministério da Educação e 27 da rede escolar municipal. Relativamente às bibliotecas escolares da gestão municipal 16 pertencem à **Rede Pública Nacional de Bibliotecas Escolares com Centro de Recursos Educativos (BE/CRE-RPN)**; 9 bibliotecas funcionam em espaços adaptados.

	Total de estabelecimentos com biblioteca escolar	Com espaço próprio	BE/CRE-RPN
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	1º ciclo	8	8
	2º e 3º ciclo e ES	2 + 2	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	1º ciclo	10	5
	2º e 3º ciclo e ES	3 + 2	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	1º ciclo	9	5
	2º e 3º ciclo e ES	3 + 2	-
CONCELHO	1º ciclo	27	18
	2º e 3º ciclo e ES	8 + 6	-

Fonte: CMS – Divisão de Educação.

A EB1/JI Infante D. Augusto tem uma candidatura aprovada para a abertura de uma BE/CRE-RPN durante o ano lectivo de 2006/2007.

- **Recintos Desportivos**

No que se refere aos recintos desportivos escolares, o parque escolar do concelho do Seixal apresenta algumas carências principalmente no que diz respeito ao 1º ciclo do ensino básico. Dos 34 estabelecimentos deste nível de ensino, apenas 19 possuem recintos cobertos para a prática desportiva e 11 possuem recintos descobertos para este fim. No território educativo de Corroios nenhuma escola básica do 1º ciclo dispõe de recinto desportivo descoberto.

		Recintos Cobertos *	Recintos Descobertos **
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	1º ciclo	5	
	2º e 3º ciclos e ES		2 + 2
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	1º ciclo	9	6
	2º e 3º ciclos e ES	2 + 2	3 + 2
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	1º ciclo	5	5
	2º e 3º ciclos e ES	1 + 2	3 + 2
CONCELHO	1º ciclo	19	11
	2º e 3º ciclos e ES	3 + 4	8 + 6

Fonte: CMS: Divisão de Educação.

Nota: * Ginásio no caso do 1º ciclo do ensino básico e Pavilhão Desportivo no caso dos 2º e 3º ciclos do básico e ensino secundário.

** Campos de jogos (independentemente da sua dimensão).

Quanto aos pavilhões desportivos é necessário dotar as escolas básicas de 2º e 3º ciclos, assim como as escolas secundárias que ainda não possuem este recurso educativo. A obra de construção de um destes recintos, já iniciada e entretanto suspensa, na EB2,3 Dr. António Augusto Louro, irá brevemente ser concluída e edificados os pavilhões da EB2,3 de Corroios e da ES João de Barros para a construção dos quais já existe protocolo de colaboração com o ME.

- **Unidades Educativas Especiais**

Nas escolas da rede pública do município do Seixal encontram-se em funcionamento diversas Unidades Educativas Especiais, nomeadamente:

Unidade de Apoio a Alunos Surdos (UAAS): Encontra-se em funcionamento na EB1/JI Qt.ª de St.º António desde 1999. É frequentada anualmente por cerca de 8 crianças do jardim-de-infância e 14 alunos do 1º ciclo do ensino básico.

Salas Teacch: Actualmente existem 2 salas Teacch a funcionar na escola EB1/JI da Quinta da Medideira (desde o ano lectivo de 2002/2003), frequentada por cerca de 7 crianças e na escola EB1/JI Infante Dom Augusto (desde 2005), frequentada por cerca de 6 crianças. O método Teacch apoia crianças com problemas de autismo ou traços autistas e suas famílias, nomeadamente no que concerne à despistagem, avaliação e diagnóstico.

Unidade Multifuncional: Esta unidade, criada em 2004, funciona na EB1 da Qt.ª de S. João, na freguesia de Arrentela e assegura o atendimento educativo a crianças portadoras de vários tipos de deficiência, oriundas de todo o município.

- **Actividades de Tempos Livres**

As unidades de Actividades de Tempos Livres (ATL) são respostas complementares à educação e ao ensino cuja génese é, não só pedagógica mas também, e essencialmente, do foro social e de apoio às famílias. No ano lectivo de 2004/2005 encontravam-se em funcionamento no concelho do Seixal 17 unidades de ATL, 16 das quais criadas em escolas com 1º ciclo do ensino básico e uma num jardim-de-infância, conforme se indica no quadro que se segue.

Quadro 18 – Salas de ATL em estabelecimentos públicos de educação e ensino do Seixal, no ano lectivo de 2004/2005

Designação	Coordenação/Gestão
ATL da EB1/JI da Qt.ª. das Inglesinhas	Pais e professores da escola; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI da Qt.ª. da Medideira	St.ª. Casa da Misericórdia do Seixal; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI dos Foros de Amora	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1 das Paivas	St.ª. Casa da Misericórdia do Seixal; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI Conde de Portalegre	St.ª. Casa da Misericórdia do Seixal; apoio da CM Seixal
ATL da EB1 de Corroios	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI da Qt.ª. do Campo	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1 D. Nuno Álvares Pereira	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI do Miratejo	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1 Qt.ª de S. João	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI do Alto do Moinho	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI da Qt.ª. da Cabouca	Associação de Pais; apoio CM Seixal
ATL da EB1 de Vale de Milhaços	Associação de Pais; apoio da CM Seixal
ATL da EB1/JI da Qt.ª. de St.º. António	St.ª. Casa da Misericórdia do Seixal; apoio da CM Seixal
ATL da EB1 Conde Ferreira	Centro Paroquial de Arrentela
ATL da EB1 St.ª Marta de Corroios	Direcção da Escola
Prolongamento do JI da Qt.ª. da Princesa *	St.ª. Casa da Misericórdia do Seixal; apoio da CM Seixal

Fonte: CMS: Divisão de Educação.

Nota: * Este ATL deixou de funcionar no ano lectivo 2005/2006.

6. REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA PÚBLICA

6.1. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E ESTIMATIVAS DEMOGRÁFICAS

O diagnóstico prospectivo indicando os principais constrangimentos e potencialidades identificados no concelho do Seixal, contribui para a definição de uma **estratégia municipal de desenvolvimento** que se reflectirá na **política educativa municipal**.

Conhecer as principais **características demográficas** do Município é um factor essencial para definir uma correcta e eficaz **estratégia de planeamento e programação de equipamentos** colectivos, neste caso concreto, educativos e escolares. Por outro lado, é também importante conhecer a **dimensão urbana** do território e como se articula com o desenvolvimento do sistema educativo, no momento actual e no futuro próximo.

Como vimos, o Seixal caracteriza-se por uma **dinâmica populacional** que está relacionada com a sua localização na Área Metropolitana de Lisboa. O número de residentes tem vindo progressivamente a aumentar, registando-se entre 1960 e 2001 uma taxa de variação populacional que atinge os 634%. No contexto da Península de Setúbal (e mesmo do País), a população do concelho do Seixal é das que mais tem crescido nas últimas décadas ao que não será alheia a melhoria contínua da acessibilidade, rodoviária, ferroviária e fluvial, a Lisboa.

A **dinâmica natural** da população resulta num acréscimo moderado de população jovem e simultaneamente, de população idosa, resultado lógico de uma estabilização da natalidade e do aumento da esperança média de vida, respectivamente. O crescimento populacional efectivo teve também implicações no aumento significativo da população activa e na manutenção da natalidade⁵⁸. Para este crescimento demográfico do Concelho, também muito tem contribuído o seu poder atractivo enquanto centro **receptor de imigrantes** que se estabelecem no País e, preferencialmente, nas imediações da capital.

A tendência para o grande aumento populacional levou ao **congestionamento e saturação** de algumas áreas do Município. A **assimetria na ocupação do espaço** é bastante evidente no território, dado o “efeito barreira” que representa a Auto-estrada (IP7-A2). Assim, a um povoamento contínuo de alta densidade e quase exclusivamente de primeira residência, a norte da A2, contrapõe-se um povoamento extenso e disperso, de densidade reduzida e predominantemente de segunda residência, a sul daquela via.

Trata-se também de um concelho com uma forte **dinâmica urbana** constatando-se que a capacidade construtiva se tem mantido na ordem dos 18 000 fogos por década, tal como indica o PDM em vigor. Com a **estratégia municipal de ordenamento do território**, definida nos estudos, em curso, de revisão do PDM,

⁵⁸ O concelho do Seixal, pelas características da sua estrutura etária, ainda possui capacidade endógena de substituir gerações.

pretende-se solucionar a falta de uma **hierarquia urbana** bem estruturada e equilibrada que considere, entre outras directrizes, o seguinte:

1. “Combate à fragmentação do tecido urbano pela polarização de novas áreas de expansão em torno dos núcleos urbanos mais consistentes;
2. Reequilíbrio da actual estrutura urbana policêntrica, com maior número de áreas centrais de vocação diferenciada”⁵⁹.

De acordo com o **planeamento estratégico** perspectivado a dimensão demográfica existente é suficiente para reter e atrair **actividades**, de vários ramos, e para justificar a existência de **equipamentos e serviços** mais especializados ou direccionados, até mesmo numa lógica supra-municipal.

No que respeita ao **sistema educativo**, importa apostar não só no redimensionamento e requalificação da rede de equipamentos de educação, ensino e formação, tendo em conta as necessidades programáticas, mas também na qualificação da mão-de-obra existente (apesar da melhoria verificada na última década, ainda existe alguma carência de qualificação dos residentes activos). A oferta disponível em termos de **formação profissional** é bastante deficitária principalmente de cursos orientados para as tecnologias de ponta e tecnologias de informação e comunicação, um sector emergente.

A Câmara Municipal do Seixal tem vindo a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições da educação e do ensino da rede pública, muito para além da sua área de competências, e que decorrem fundamentalmente do Plano Educativo Municipal. Tem havido também a preocupação de atenuar as assimetrias da distribuição territorial da oferta, nomeadamente no que se refere ao nível pré-escolar, pela maior dependência que gera em termos de deslocações e mobilidade próprias do estrato etário em causa.

Relativamente ao **parque escolar**, existem três aspectos principais a reter:

- a) A necessidade de **umentar a oferta de educação pré-escolar** na rede pública;
- b) A **sobreocupação** generalizada das escolas em todos os níveis de ensino;
- c) O **desequilíbrio na distribuição territorial** dos estabelecimentos (sobretudo a carência naqueles locais onde o contingente populacional justifica a criação de novos estabelecimentos).

No entanto, dado não se perspectivar uma redução substancial nos quantitativos populacionais não se espera que estas questões tenham uma resolução fácil e imediata.

Um outro aspecto relevante relaciona-se com a necessidade de **requalificar** os estabelecimentos públicos que apresentam problemas de conservação e lacunas na adequação de espaços a novas ofertas educativas, algumas necessitando de resolução urgente.

⁵⁹ Revisão do PDM do Seixal, Relatório da Fase 1, Julho de 2003.

A disponibilização de **currículos alternativos** é outro aspecto que poderá contribuir para a permanência dos jovens no sistema educativo, reduzindo o abandono escolar e as saídas precoce e antecipada, principalmente no que concerne aos 2º e 3º ciclos do ensino básico.

ESTIMATIVAS DEMOGRÁFICAS

A **projectão demográfica** aqui apresentada decorre dos estudos já realizados no âmbito da revisão do PDM. “Nesta projecção [...] considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 1991 – 2001, para se perspectivar a sua evolução para dois horizontes temporais – 2011 e 2021”.⁶⁰

Construiu-se um modelo de projecção, com o objectivo de prospectar a população residente no concelho do Seixal, nos anos 2011 e 2021, a partir da evolução demográfica registada durante a década de 90, tendo em conta a estrutura etária, as taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade e o saldo migratório⁶¹. O modelo utilizado foi *cohort–survival* aberto que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Está subjacente uma equação de concordância que se concretiza num “cenário tendencial”, traduzindo o efeito do crescimento natural e da variação migratória na evolução da população, durante um determinado período de tempo⁶².

Para o Concelho do Seixal considerou-se necessário aplicar alguns pressupostos de base exteriores ao modelo de modo a obter valores mais realistas do que os calculados seguindo a tendência. Assim, para os horizontes referidos, considerando que alguns dos fenómenos demográficos poderão vir a sofrer comportamentos diferenciados nos próximos anos, assumiu-se o seguinte:

- a) As **taxas de mortalidade**, por grupo etário, irão estacionar, mantendo-se praticamente inalteradas durante a década;
- b) Não é expectável que nos próximos anos, face ao nível que atingimos em termos de cuidados de saúde e assistência médica, bem como nos índices globais de qualidade de vida, que a **esperança média de vida** se venha a alterar significativamente;
- c) A **taxa de natalidade** do Concelho irá diminuir, seguindo a tendência da AML e do País;
- d) Ocorrerá uma quebra na **taxa migratória** específica.

Mediante o método utilizado, estima-se que a população residente no concelho do Seixal rondará **em 2011 os 176 mil habitantes** e em **2021 um pouco mais de 200 mil residentes**, distribuídos conforme se indica no quadro seguinte:

⁶⁰ Revisão do PDM do Seixal, Relatório da Fase 2, Novembro de 2004.

⁶¹ Foram recolhidas diversas variáveis estatísticas (disponibilizadas pelo INE) à excepção do saldo migratório que foi calculado.

⁶² A população final é igual à população inicial mais os nascimentos e as imigrações, subtraindo os óbitos e as emigrações.

Quadro 19 – População residente prevista, no Seixal em 2011 e 2021, por grupo etário

Grupo Etário	2011	2021
0 – 9 anos	16 613	20 853
10 – 19 anos	16 779	16 619
20 – 29 anos	20 833	19 202
30 – 39 anos	30 917	24 194
40 – 49 anos	27 891	36 689
50 – 59 anos	24 447	29 610
60 – 69 anos	20 122	24 813
70 anos e mais	18 111	30 310
TOTAL	175 712	202 290

Fonte: Revisão do PDM do Seixal, Relatório da Fase 2, 2004.

As mais recentes estimativas de população residente elaboradas pelo INE⁶³, indicam que no Seixal, em 2004, já residiriam 164 715 indivíduos, o que corresponde uma taxa de variação populacional, relativamente a 2001, de cerca de 9% (em apenas 3 anos). Daqui se conclui que a **população estimada para 2011 e 2021** tem boa probabilidade de se aproximar dos valores dos próximos recenseamentos populacionais.

Estes valores são também corroborados pela análise dos diversos planos de pormenor e loteamentos já aprovados, bem como dos acréscimos populacionais que resultarão dos estudos urbanísticos em curso. O ritmo de construção de fogos, que durante três décadas se situou nos 1.800 por ano, está um pouco mais reduzido desde 2001. Tendo em conta a taxa média de ocupação por fogo, registada em 2001 (2,1 pessoas/fogo⁶⁴) encontrámos para 2011 um valor próximo dos 180.000 habitantes.

Em suma, parece inegável que nos próximos 5/10 anos, irá manter-se um **ritmo de aumento demográfico moderado**, não necessariamente tão elevado como o que se registou nas últimas décadas, mas ainda assim com taxas de variação bastante acima das que se registam na GAML e no País. Deste modo os valores estimados estarão provavelmente muito próximo dos valores reais. Em termos de taxas de variação, considerando os períodos em análise, prevê-se que a população aumente cerca de 17% até 2011 e aproximadamente 15% entre 2011 e 2021.

Após esta primeira abordagem, tentou-se proceder à redistribuição da população prospectivada pelas freguesias do Concelho e pelos Territórios Educativos. Contudo, o grau de incerteza que caracteriza os fenómenos demográficos é bastante elevado, pelo que à medida que se reduz o nível de análise a probabilidade de erro aumenta. Assim, tendo presente esta limitação metodológica, apenas se identificam os eixos/canais preferenciais de acolhimento demográfico, isto é, os espaços com loteamentos e/ou Planos

⁶³ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2004.

⁶⁴ Tendo em conta a população residente e o número total de fogos (incluindo vagos e de residência sazonal).

de Pormenor em implementação ou os que previsivelmente, face aos compromissos conhecidos e às áreas de expansão previstas, irão concentrar a nova população a atrair e fixar no Concelho. Com a informação recolhida do PDM supõe-se que os principais pólos de desenvolvimento e de crescimento se irão localizar na cidade do Seixal, nas zonas mais a sul das freguesias de Corroios e de Amora e ainda nas grandes áreas de habitação de génese ilegal, em reconversão, nomeadamente na freguesia de Fernão Ferro.

Os valores de população estimada foram também calculados por grupo etário decenal, sendo depois necessário a sua extrapolação para corresponderem aos grupos etários a escolarizar segundo os níveis de instrução. Assim, tendo em conta que:

- a) de acordo com a análise da informação referente à **procura** em cada um dos níveis de educação e de instrução, não se verificaram, nos últimos anos, alterações marcantes nos quantitativos, por faixa etária;
- b) se prevê para os próximos 15 anos, de acordo com as **estimativas** populacionais, que a população a escolarizar se mantenha dentro dos intervalos que se têm registado nas duas últimas décadas,

optou-se por, aplicar a mesma proporção que cada grupo etário a escolarizar detinha relativamente ao total de população residente, em 2001⁶⁵, ao total de população estimada para 2011 e 2021. Assim, estima-se para o concelho do Seixal que a **população residente a escolarizar em 2011 e em 2021**, de acordo com as faixas etárias e com os graus de escolaridade, se situe nos seguintes valores:

Grupo etário e nível de ensino correspondente	População residente estimada	
	2011	2021
Dos 3 aos 5 anos – educação pré-escolar	5600	6500
Dos 6 aos 9 anos – 1º ciclo do ensino básico	7400	8500
Dos 10 aos 14 anos – 2º e 3º ciclos do ensino básico	9600	11100
Dos 15 aos 17 anos – ensino secundário	6500	7500

6.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O ordenamento da rede educativa pública é um dos principais objectivos da Carta Educativa (CE). O conjunto de intervenções que constituem o reordenamento da rede educativa pública no concelho do Seixal tem, fundamentalmente, em consideração os **princípios orientadores gerais** decorrentes da política educativa municipal (suas premissas e opções) e ainda os **objectivos gerais** definidos para a Carta Educativa e os **objectivos específicos** para o ordenamento da rede educativa, tal como previsto no D.L. nº

⁶⁵ Em 2001, a percentagem de população de cada grupo etário no total de população residente, distribuía-se do seguinte modo: dos 3 aos 5 anos – cerca de 3%; dos 6 aos 9 anos – cerca de 4%; dos 10 aos 14 anos – cerca de 5% e dos 15 aos 17 anos – cerca de 4% do total a escolarizar.

7/2003, de 15 de Janeiro. O reordenamento baseou-se também nos aspectos que melhor definem o concelho do Seixal e o sistema educativo local, analisados ao longo do presente relatório, nomeadamente:

- a) A dinâmica populacional observada nas duas últimas décadas;
- b) As perspectivas de evolução demográfica;
- c) As características da procura e da oferta educativas;
- d) A organização do território municipal;
- e) As orientações educativas e pedagógicas do Ministério da Educação.

Tendo em conta o princípio da integração de todos os estabelecimentos públicos em rede, o reordenamento da rede pública de equipamentos educativos é abordado por **território educativo**, tendo em conta os diferentes níveis educativos (do pré-escolar ao secundário e profissional), os agrupamentos de escolas e o peso da oferta da rede privada. Além disso sustenta-se no modelo de organização e gestão escolar que está associado ao Plano Educativo Municipal, na continuação de um trabalho já longo, mesmo anterior à Carta Escolar, introduzindo algumas inovações decorrentes do desenvolvimento e alterações de ordem social, económica, cultural e, sobretudo, pedagógica.

Para o reordenamento da rede pública foi também tido em consideração o seguinte:

- **Optimização do funcionamento da rede** através da construção de novos estabelecimentos, encerramento dos que não possuem condições para o ensino e reconversão e adaptação de estabelecimentos que não se encontrem em conformidade com as normas e legislação em vigor;
- Previsão da construção de **equipamentos** de maior dimensão que possuam as características físicas indispensáveis ao cumprimento dos actuais objectivos curriculares e ao desenvolvimento educativo e social das crianças de forma qualificada e qualificante.
- **Erradicar a sobrelotação** das escolas de modo a criar condições de **funcionamento regular**, o que implica:
 - a) Redimensionar a oferta de educação pré-escolar e de 1º ciclo do ensino básico de modo a aumentar a cobertura e permitir que as taxas de ocupação atinjam o valor ideal;
 - b) Criar condições para rentabilizar, pedagogicamente, os horários com o objectivo de permitir o funcionamento a tempo inteiro, no caso do pré-escolar (das 9h às 17:30h), e em regime normal, no caso do 1º ciclo (actividades lectivas no período da manhã e extra-curriculares e complementares, no período da tarde);
 - c) Propor o aumento da oferta dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do secundário de modo a permitir o desdobramento das situações críticas de sobrelotação;

- Tendo em conta que a qualidade dos estabelecimentos e dos projectos educativos é um motivo e motor de fixação de população jovem e factor de desenvolvimento do Concelho, **qualificar a rede pública** através de:
 - a) Manter e completar o programa de conservação dos edifícios escolares e dos espaços exteriores dos respectivos logradouros,
 - b) Dotar de recursos educativos, de qualidade, os estabelecimentos com carências desta natureza (bibliotecas, salas de actividades de tempos livres, recintos desportivos, entre outros).
- Considerar e potenciar a **oferta de formação**, equivalente em termos académicos ao 3º ciclo do ensino básico, criadas com o objectivo de minimizar o abandono escolar precoce ou as dificuldades de integração no currículo de ensino regular, oferecendo vias alternativas⁶⁶ ao cumprimento da escolaridade obrigatória;
- Aumentar a **diversidade da oferta de cursos no ensino secundário** tendo em conta a possibilidade de alargamento da educação obrigatória até ao fim do ensino secundário (12º ano de escolaridade);
- Fomentar e potenciar a correcta **gestão em rede** e monitorização dos territórios educativos com recurso a objectivos mensuráveis decorrentes da Carta Educativa, nomeadamente utilizando as tecnologias de informação.

6.3. CRITÉRIOS DE PROGRAMAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO DA REDE EDUCATIVA PÚBLICA

Para levar a cabo o ordenamento da rede educativa, foram seguidos os parâmetros técnicos, conforme se indica no artigo 17º do D.L. 7/2003, de 15 de Janeiro, definidos pelo Ministério da Educação. Os critérios de programação, de dimensionamento e de localização utilizados são os dispostos no documento “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (DAPP) do ME, publicado em Fevereiro de 2000 e que indicam o seguinte:

NORMAS DE PROGRAMAÇÃO, DIMENSIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO

a) Regime de funcionamento das escolas

Princípio geral de programação para jardins de infância (JI) - 1 sala de actividades, por grupo.

Princípio geral de programação para escolas básicas do 1º ciclo (EB1) - 1 sala de aula, por turma.

Princípio geral de programação para escolas básicas de 2º e 3º ciclos (EB2/3) e escolas secundárias (ES) – a tipologia é estabelecida a partir do número máximo de turmas.

⁶⁶ Orientadas para a formação profissional (curso de nível 1 e 2) podem, no caso do ensino regular, ser organizadas como Cursos de Educação e Formação (CEF), para a frequência de 6, 9 ou 12 anos oferecendo, simultaneamente, a qualificação escolar e a profissional necessárias à entrada no mundo profissional.

b) Critérios de programação⁶⁷:

Salas de Jardim-de-infância	20 crianças/sala
Salas de 1º ciclo	20 alunos/sala
Turmas de 2º e 3º ciclos	24 alunos/turma
Turmas do Ensino Secundário	28 alunos/turma
Turmas do Ensino Profissional	26 alunos/turma

c) Critérios de localização

De acordo com os critérios preconizados pelo ME, a CE do Seixal propõe a criação de novos estabelecimento em terrenos que cumpram ou que possam vir a cumprir os principais requisitos relativamente a:

- **Escola e sua envolvente:** deve privilegiar-se uma correcta inserção urbana, a proximidade e a articulação funcional com zonas residenciais, de serviços e com outros equipamentos, as boas condições de transporte e acessibilidade, as boas condições de abastecimento, de segurança e ambientais;
- **Terrenos:** os declives devem ser suaves, devem existir condições de salubridade, geológicas e geotectónicas;
- **Incompatibilidades:** deve atender-se à proximidade de vizinhanças potencialmente insalubres ou perigosas.

d) Critérios de dimensionamento dos novos estabelecimentos (valores de referência)

Tipo de estabelecimento	Área terreno	Área bruta de construção
Jardim-de-infância	16 m ² /criança	6 m ² /criança
1º Ciclo do Ensino Básico	18 m ² /aluno	6,2 m ² /aluno
1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim-de-infância	18 m ² /criança	5,5 m ² /criança
2º e 3º ciclos do Ensino Básico	26 m ² /aluno	8,2 m ² /aluno
Escola Básica Integrada	24 m ² /aluno	8,2 m ² /aluno
Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância	23 m ² /aluno	8 m ² /aluno
Ensino Secundário	24 m ² /aluno	8,5 m ² /aluno
Ensino Profissional	Não existem valores de referência	

Para além destes critérios, considera-se fundamental que os projectos de arquitectura, numa perspectiva da *flexibilização tipológica*, tenham em conta a diversidade etária dos futuros utentes na organização do espaço interno e dos espaços exteriores de cada *centro escolar*.

⁶⁷ Valores mínimos da relação número de alunos/turma (capacidade) considerados pedagogicamente ideais na Carta Educativa do Seixal.

6.4. PLANO DE INTERVENÇÃO

6.4.1. ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES

A abordagem do **reordenamento da rede educativa pública** do Seixal foi conduzida segundo duas perspectivas, uma qualitativa e outra quantitativa, distintas mas complementares. A perspectiva quantitativa, que se refere ao **redimensionamento da rede pública**, indica o conjunto de intervenções com repercussão directa na oferta do parque escolar, quer se trate de construções novas, ampliações e extinções ou apenas de terrenos reservados para futura gestão, de acordo com as necessidades.

Para o redimensionamento da rede pública contabilizou-se a capacidade, em número de alunos, de cada estabelecimento, tendo em conta os parâmetros técnicos atrás referidos. Para cada estabelecimento foi aferido o número de alunos e de turmas que estão *a mais* em cada um, i.e., contabilizaram-se os alunos que estão em regime duplo, no caso do 1º ciclo do ensino básico e o número de alunos em estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do básico e de ensino secundário, em sobrelotação. De acordo com a evolução recente das matrículas (anos lectivos de 2001/2002 a 2005/2006) e com as perspectivas de evolução demográfica, avaliou-se se os casos de sobrelotação poderão ter tendência para se manter, pelo menos durante os próximos anos.

Para esta avaliação foram considerados os seguintes factores:

- As dinâmicas populacionais e perspectivas de desenvolvimento do Concelho;
- As características do parque escolar da rede pública;
- As taxas de cobertura e rupturas de lotação das escolas;
- A distribuição territorial dos estabelecimentos e respectivas áreas de drenagem;
- A rentabilização de recursos (educativos, materiais e humanos) através de centros escolares;
- A necessidade de reservar terrenos como meio para gerir a rede;
- A perspectiva de novos desenvolvimentos urbanos, alguns de grande dimensão, para os quais deverão ser acauteladas as áreas para equipamentos.

A perspectiva qualitativa que se refere à **requalificação da rede pública**, diz respeito essencialmente às intervenções de beneficiação do parque escolar de gestão municipal, que incluem para além das pequenas obras de adaptação e de arranjo de espaços exteriores, as obras de maior dimensão para a dotação das valências necessárias ao bom funcionamento das escolas e a adaptação dos espaços aos normativos legais. Assim, consideraram-se os seguintes factores de qualificação, de acordo com o levantamento das necessidades identificadas:

- Adequação do parque às necessidades educativas e funcionais dos estabelecimentos;
- Adaptação dos edifícios a alunos com deficiências motoras;

- Aposta na utilização das salas polivalentes como tal, isto é, para a prática de educação físico-motora e dramática, actividades lúdicas e de expressão e ainda como recreio coberto;
- Criação de centros de recursos (bibliotecas com zonas de leitura e de TIC);
- Criação de condições de trabalho para o pessoal docente (gabinetes específicos e salas de professores);
- Requalificação dos espaços de cozinha e refeitório;
- Criação de condições para as actividades de ATL;
- Requalificação dos espaços exteriores proporcionando áreas cobertas e descobertas com piso adequado permitindo as práticas desportivas e lúdicas, observando as condições de segurança;
- Redimensionamento e resolução dos problemas relacionados com o estacionamento.

6.4.2. DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES

O plano de intervenção para o reordenamento da rede pública, teve em conta os pressupostos inerentes ao redimensionamento e à requalificação do parque escolar numa perspectiva de observância dos critérios de planeamento da rede educativa, da sua exequibilidade técnica e da viabilidade financeira, social e institucional da proposta.

No que diz respeito à exequibilidade técnica, as intervenções propostas são, na sua maioria, de simples resolução não só porque são problemas já identificados no âmbito da actuação da Divisão de Educação, mas também porque existem condições efectivas para os resolver (por exemplo, todos os terrenos para os quais se propõe realocações e construções novas são propriedade municipal). No entanto, existem algumas situações cuja resolução depende de outras intervenções e/ou de outras entidades para além da CMS. Assim, do ponto de vista da viabilidade institucional, todas as intervenções foram equacionadas, tendo em conta a interacção dos intervenientes. A viabilidade financeira da proposta, no que respeita ao parque escolar municipal, está descrita mais adiante quando se indicam as prioridades de concretização de todas as intervenções.

As intervenções que a seguir se indicam destinam-se a novos equipamentos, equipamentos existentes e à reserva de terrenos e referem-se a:

- **Construção** de novos estabelecimentos e **relocalização** de estabelecimentos em locais que disponham de melhores condições de instalação, de acordo com os critérios adoptados;
- **Ampliação** da oferta em termos de número de salas, quer com a construção de novos espaços quer pela melhoria e aproveitamento de espaços existentes;
- **Beneficiação e arranjo de espaços exteriores**, que implicam obras de remodelação, beneficiação e adaptação de modo a melhorar as condições de educação e de ensino nos estabelecimentos de gestão municipal;

- **Extinção** dos estabelecimentos considerados sem condições para a educação e ensino;
- **Reserva** de terrenos para futura gestão, de acordo com as necessidades.

REDIMENSIONAMENTO DA REDE EDUCATIVA

No Seixal o parque escolar público encontra-se sub-dimensionado relativamente à população a escolarizar. Nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico existem cerca de 3800 alunos em *sobrelotação* e nos estabelecimentos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico esse valor é de cerca de 1150, ao qual deve ser acrescentado cerca de 1900 alunos, do 3º ciclo, que frequentam este nível de ensino nas escolas secundárias.

Até 2020 as intervenções propostas que permitem o redimensionamento da rede pública representam, depois da sua concretização, o seguinte aumento da **capacidade total da rede pública**:

- No pré-escolar, a criação de mais 95 salas, representa um aumento de 250%;
- No 1º ciclo do ensino básico, a criação de mais 195 salas, representa um aumento de 112%;
- Nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, a criação de mais 162 turmas, representa um aumento de 76%;
- No ensino secundário, a criação de mais 16 turmas, representa um aumento de 8%, desde que toda a capacidade se destine exclusivamente a este nível de ensino.

Quadro 20 - Capacidade da rede educativa pública após o redimensionamento, em número de salas ou turmas, por nível de ensino e território educativo

	CAPACIDADE EM NÚMERO DE SALAS OU TURMAS							
	Salas de JI		Salas de 1º ciclo do ensino básico		Turmas do 2º e 3º ciclos do ensino básico		Turmas do ensino secundário *	
	Existente	Programado	Existente	Programado	Existente	Programado	Existente	Programado
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	8	34	47	40	48	33	-	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	20	23	64	72	92	50	-	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	10	38	63	83	72	79	-	-
CONCELHO	38	95	174	195	212	162	200 **	16

Nota: * O ensino secundário não foi programado por território educativo.

** Destas turmas cerca de 80 estão ocupadas com alunos do 3º ciclo do ensino básico

No que se refere à **população a escolarizar**, prevê-se que estas intervenções representem o seguinte acréscimo nas taxas de cobertura⁶⁸, relativamente à população estimada para 2021:

- No pré-escolar admite-se que a oferta total de salas cubra cerca de 41% da população a escolarizar;
- No 1º ciclo do ensino básico admite-se que a oferta total de salas cubra 87% da população a escolarizar;
- Nos 2º e 3º ciclos do ensino básico admite-se que a oferta total de turmas cubra cerca de 81% da população a escolarizar;
- No ensino secundário admite-se que a oferta total de turmas cubra 86% da população a escolarizar;

Quadro 21 - Capacidade da rede educativa pública após o redimensionamento, em número de alunos, por nível de ensino e território educativo

	CAPACIDADE EM NÚMERO DE ALUNOS							
	Salas de JI		Salas de 1º ciclo do ensino básico		Turmas do 2º e 3º ciclos do ensino básico		Turmas do ensino secundário	
	Existente	Programado	Existente	Programado	Existente	Programado	Existente	Programado
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	160	680	940	800	1152	792	-	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	400	460	1280	1440	2208	1200	-	-
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	200	760	1260	1660	1728	1896	-	-
CONCELHO	760	1900	3480	3900	5088	3888	6000	480

Nos quadros seguintes indicam-se discriminadamente, por território educativo, todas as intervenções propostas para o redimensionamento da rede pública. A cada tipo de intervenção corresponde um código alfanumérico composto por uma letra e um número de ordem. As letras do referido código indicam o seguinte: C – construção nova; A – ampliação; E – extinção; R – reserva de terrenos.

Para cada território educativo foi elaborado um volume, anexo a este documento, contendo, para além das fichas de caracterização e localização dos estabelecimentos existentes, públicos e privados, um conjunto de fichas descrevendo o tipo de intervenção proposta para os estabelecimentos públicos.

Para **quatro** escolas propõe-se a sua **extinção**, dado que por diversas razões não possuem as condições necessárias para o funcionamento regular nem os recursos educativos necessário para garantir a qualidade educativa, conforme se pode verificar nas respectivas fichas de intervenção.

⁶⁸ Considerando os estabelecimentos existentes e programados em regime ideal de funcionamento.

Quadro 22 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a construir

	Localização	Tipologia	Código da Intervenção	Observações
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	Quinta do Conde	EB1/JI	C08	12+3 salas
	Vale Milhaços	EB1/JI	C09	8+3 salas
	Verdzela	EB1/JI	C10	4+2 salas
	Santa Marta do Pinhal	EB2/3	C11	25 turmas
	Quinta de S. Nicolau	JI	C12	5 salas
	Quinta de S. Nicolau	JI	C13	5 salas
	Vale Milhaços	JI	C14	5 salas
	Vale Milhaços	JI	C15	5 salas
	Miratejo	EB1/JI D. Nuno Alvares Pereira *	C16	12+3 salas
	Santa Marta do Pinhal	ES	C27	36 turmas
Santa Marta do Pinhal	EB1/JI	C28	8+3 salas	
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	Quinta da Charnequinha	EB1/JI	C01	12+3 salas
	Pinhal Conde da Cunha	EB1/JI	C02	12+3 salas
	Belverde	EB1/JI	C03	12+3 salas
	Pinhal Conde da Cunha	EB2/3	C04	25 turmas
	Fogueteiro	JI	C05	4 salas
	Quinta do Soutelo	JI	C06	4 salas
	Quinta do Batateiro	EB1/JI	C07	12+3 salas
	Quinta dos Franceses	EB1/JI	C17	12+3 salas
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	Quinta da Trindade	EB1/JI	C18	12+3 salas
	Bacelos de Gaio	EB2/3	C19	25 turmas
	Quinta da Trindade	EB2/3	C20	25 turmas
	Torre da Marinha	EB1/JI Qt.ª N.ª Sr.ª de Monte Sião**	C21	8+3 salas
	Farinheiras	EB1/JI	C22	12+3 salas
	Quinta de Cima	JI	C23	6 salas
	Redondos	EB1/JI	C24	12+3 salas
	Fernão Ferro	EBI	C25	EB123/JI de 15+8+3
	Pinhal General (Vila Alegre)	EB1/JI	C26	8+3 salas

Nota: * A realocação da actual EB1 D. Nuno Alvares Pereira e a sua alteração tipológica para EB1/JI, dependem da realocação da ES Moinho de Maré em St.ª Marta do Pinhal.

** Relocação e ampliação da actual EB/JI da Qt.ª N.ª Sr.ª de Monte Sião.

Quadro 23 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a ampliar

	Estabelecimentos	Código da Intervenção	Observações
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	EB2,3 Corroios *	A05	32 turmas
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	EB1/JI Quinta Conde Portalegre	A01	12+ 4 salas
	EB1/JI Quinta de Santo António	A02	11+2 salas
	EB1/JI Quinta da Medideira	A03	11+3 salas
	JI da Quinta da Princesa **	A04	4 salas
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	EB1/JI Paio Pires	A06	8+3 salas
	EB1/JI Bairro Novo	A07	8+2 salas
	EB2 Nun' Alvares ***	A08	EB2/3 25 turmas
	EB1 Arrentela	A09	8+3 salas
	EB1/JI da Quinta de São João	A10	8+2 salas

Nota: * A ampliação da EB2/3 de Corroios depende da realocação da ES Moinho de Maré para St.ª Marta do Pinhal e da realocação da EB1 D. Nuno Álvares Pereira.

** Abertura de uma sala que não está actualmente em funcionamento.

*** A ampliação da EB2 Nun'Álvares corresponde a uma alteração tipológica para uma EB2/3, com capacidade para a frequência de 25 turmas.

Quadro 24 – Redimensionamento da rede pública – estabelecimentos a extinguir

	Estabelecimentos	Código da Intervenção
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	EB1 Vale Milhaços	E02
	EB1 Quinta de São Nicolau	E03
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	EB1 Cruz de Pau	E01
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	EB1 Conde Ferreira	E04

Quadro 25 – Redimensionamento da rede pública – terrenos reservados, com programa definido

	Localização	Tipologia	Código da Intervenção	Observações
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	Santa Marta do Pinhal	EB1/JI	R10	Ampliação para 12+3 salas
	Vale Milhaços	EB1/JI	R11	12+3 salas
	Verdzela	EB1/JI	R12	
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	Quinta Maria Pires	EB1/JI	R01	12+3 salas
	Quinta da Charnequinha	EB1/JI	R02	
	Belverde	EB1/JI	R03	
	Quinta da Princesa	EB2/3	R04	25 turmas
	Foros de Amora – Qt.ª. do Belo	ES	R35	
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	Paio Pires	EB1/JI	R16	Ampliação da EB1/JI de Paio Pires
	Paio Pires	EB1/JI	R17	12+3 salas; na ex-siderurgia nacional
	Torre da Marinha	EB1	R19	Ampliação da EB1 da Torre da Marinha
	Pinhal de Frades	EB2/3	R25	Ampliação da EB2/3 de Pinhal de Frades
	Laranjeiras	EB1/JI	R20	
	Laranjeiras	EB2/3	R21	
	Paio Pires	EP	R18	Em terreno da ex-siderurgia nacional
	Laranjeiras	ES	R34	

Quadro 26 – Redimensionamento da rede pública – terrenos reservados, sem programa definido

	Localização	Código da Intervenção	Observações
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	Vale de Milhaços	R13	Terreno municipal
	Vale de Milhaços	R14	Terreno municipal
	Quinta da Niza	R15	
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	Quinta da Princesa	R05	
	Quinta do Paço	R06	Terreno municipal
	Soutelo	R07	Terreno municipal
	Foros de Amora	R08	Terreno municipal
	Pinhal das Freiras	R36	
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	Vale da Romeira	R22	Terreno municipal
	Pinhal do General	R23	
	Pinhal de Frades	R24	Terreno municipal
	Flor da Mata	R26	
	Laranjeiras	R27	Reservado em PP aprovado
	Laranjeiras	R28	Reservado em PP aprovado
	Redondos	R29	Reservado em PP aprovado
	Redondos	R30	Reservado em PP aprovado
	Redondos	R31	Reservado em PP aprovado
	Redondos	R32	Reservado em PP aprovado
Redondos	R33	Reservado em PP aprovado	

Nota: A tipologia dos estabelecimentos a construir nos terrenos reservados sem programa, será definida a partir da avaliação das necessidades.

Resumindo, o número e natureza das intervenções identificadas para o redimensionamento da rede pública, no Seixal, são os seguintes:

	Construção Nova	Ampliação	Extinção
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	11	1	2
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	7	4	1
TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	10	5	1
CONCELHO	28	10	4

Os **28 novos estabelecimentos** a construir, distribuem-se tipologicamente do seguinte modo:

- 7 – Jardins-de-infância
 - 4 JI, com 5 salas;
 - 2 JI, com 4 salas;
 - 1 JI, com 6 salas.
- 15 – Escolas Básicas do 1º ciclo com Jardim-de-infância
 - 10 EB1/JI, com tipologia 12+3;
 - 4 EB1/JI, com tipologia 8+3;
 - 1 EB1/JI, com tipologia 4+2.
- 4 – Escolas Básicas dos 2º e 3º ciclos, com capacidade para 25 turmas cada.
- 1 – Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância, com tipologia 15+8+3.
- 1 – Escola Secundária, com capacidade para 36 turmas.

Das novas escolas com 2º e 3º ciclos resultarão mais 5 agrupamentos de escolas, o que naturalmente implicará uma redefinição dos existentes

REQUALIFICAÇÃO DA REDE EDUCATIVA

Como vimos, para além das intervenções que permitem o redimensionamento da rede educativa foi também identificado um conjunto de intervenções necessárias para a requalificação do parque escolar municipal. Dos 35 estabelecimentos existentes detectou-se que 25 necessitavam de obras de beneficiação e/ou de arranjo de espaços exteriores, conforme se indica no quadro seguinte. A este tipo de intervenção corresponde um código alfanumérico composto pela letra B e um número de ordem. Nos volumes anexos a este documento pode ser consultada a descrição detalhada de cada uma destas intervenções.

Apenas uma escola de 1º ciclo, a EB1/JI José Afonso, do território educativo de Corroios (agrupamento de escolas do Rouxinol) não necessita de qualquer tipo de obra porque foi intervencionada recentemente, dado que 10 estabelecimentos estão abrangidos por intervenções de redimensionamento, atrás descritas.

Quadro 27 – Intervenções de requalificação nos estabelecimentos educativos de gestão municipal

	Estabelecimentos	Código da Intervenção	Obras de beneficiação	Arranjo de espaço exterior
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE CORROIOS	EB1/JI Quinta da Cabouca	B13	X	X
	EB1/JI Alto do Moinho	B14	X	X
	EB1/JI Miratejo	B18	X	X
	EB1Corroios	B15		X
	EB1 Quinta do Campo	B16		X
	EB1 Santa Marta de Corroios	B17		X
TERRITÓRIO EDUCATIVO DE AMORA	EB1/JI Quinta de Santo António	B03	X	X
	EB1/JI Foros de Amora	B04		X
	EB1 Amora	B06	X	X
	EB1/JI Quinta das Inglesinhas	B08	X	X
	EB1/JI Fogueteiro	B01		X
	EB1/JI Quinta Conde Portalegre	B02		X
	EB1/JI Quinta das Sementes	B05		X
	EB1/JI Quinta da Medideira	B07		X
	EB1/JI Infante D. Augusto	B09		X
	EB1 Quinta da Princesa	B10		X
	JI Quinta da Princesa	B11		X
	EB1 das Paivas	B12		X
	TERRITÓRIO EDUCATIVO DO SEIXAL	EB1 Torre da Marinha	B22	X
EB1/JI Pinhal dos Frades		B23	X	X
EB1/JI Courela		B19		X
EB1/JI Casal do Marco		B20		X
EB1/JI Bairro Novo		B21		X
EB1/JI Quinta dos Morgados		B24		X
EB1 da Quinta de São João		B25		X

6.4.3. PRIORIDADES E HORIZONTES TEMPORAIS DE CONCRETIZAÇÃO

Para o conjunto de intervenções propostas, foram definidas, com base em factores de programação de equipamentos e análise das necessidades educativas, as **prioridades** de concretização.

Assim, tendo em conta o diagnóstico prospectivo que indica as carências diagnosticadas e os princípios orientadores, as acções consideradas prioritárias no âmbito do redimensionamento da rede, destinam-se a:

- Aumentar a oferta de salas de pré-escolar.
- Permitir que os estabelecimentos com 1º ciclo tenham as suas turmas em regime normal;
- Permitir que os estabelecimentos com 2º e 3º ciclos tenham a lotação adequada;
- Permitir que os estabelecimentos de ensino secundário disponibilizem a totalidade da sua capacidade para este nível de ensino.

Como não se perspectiva, a curto/médio prazo uma diminuição na procura optou-se pela resolução dos **défices existentes actualmente** em três horizontes temporais. Definiu-se então que:

- **1º horizonte temporal.** Compreende a intervenção prioritária, no sentido de colmatar as principais necessidades; pretende-se que as intervenções a realizar constituam um **ajustamento do parque escolar** às directrizes traçadas de modo a colmatar os principais défices da oferta e a atenuar as carências de qualificação mais prementes.
- **2º horizonte temporal.** Refere-se sobretudo à consolidação do parque escolar; o objectivo central consiste na continuação das acções desenvolvidas no período anterior mas, tendo fundamentalmente em conta a **estabilização e reavaliação das prioridades** ao nível qualitativo, quantitativo (pontos de ruptura ainda remanescentes) e de distribuição territorial (áreas não cobertas).

Nestes dois horizontes temporais cada intervenção é decisiva para a correcção da relação procura/oferta, sendo que muitas delas são fulcrais para o *desbloquear* de um conjunto de intervenções interrelacionadas e que por isso devem ser analisadas no seu conjunto e não individualmente.

Concretizando-se todas as intervenções propostas nos 1º e 2º horizontes temporais, provavelmente a partir de 2020 poderá o parque público de estabelecimentos de educação e ensino do Seixal ter condições para cumprir plenamente as estratégias e objectivos propostos nesta Carta Educativa.

- **3º horizonte temporal.** Para o conjunto de intervenções a concretizar depois de 2021, quando provavelmente a CE já estiver a ser revista. As intervenções remetidas para este horizonte destinam-se a colmatar futuras **necessidades** e estrangulamentos ou apenas a **reservar terrenos** para o processo de reordenamento.

De acordo com o faseamento indicado, foram definidas **acções** específicas para cada um dos níveis de educação e de ensino:

1. Educação Pré-Escolar

Considerando que a taxa de cobertura da rede pública de educação pré-escolar é insuficiente, a criação de mais salas de educação pré-escolar é uma prioridade, seja pela adaptação de salas devolutas em escolas básicas do 1º ciclo, seja pela construção de edifícios de raiz. É também prioritário avaliar as localidades do Concelho mais deficitárias de forma a garantir a frequência universal, gratuita e obrigatória no ano que anteceda o ingresso das crianças no 1º ciclo do ensino básico.

- 1º Horizonte – Alargamento da rede pública de educação pré-escolar de modo a permitir o maior acesso possível de crianças com 5 anos a este nível de ensino e ainda criar resposta nas áreas do Concelho não cobertas.

2º Horizonte – Alargamento da rede pública de educação pré-escolar de modo a permitir progressivamente o maior acesso possível de crianças dos 3 aos 5 anos a este tipo de oferta educativa.

3º Horizonte – Consolidação da oferta prevendo a reserva de terrenos.

2. Primeiro Ciclo do Ensino Básico

Pretende-se que as acções a implementar permitam a consolidação da obrigatoriedade do 1º ciclo do ensino básico, gratuito, de qualidade e para todos. Os edifícios escolares devem reunir as condições necessárias para que os alunos usufruam de refeições. Criação de espaços específicos de ATL, nas EB1.

1º Horizonte – Ampliação do parque escolar do 1º ciclo de modo a ir permitindo o desdobramento de horários, do regime duplo para o regime normal; requalificação, incluindo a criação de novas valências para além das salas de aula, no sentido de um correcto e equilibrado desenvolvimento da formação e do currículo (espaços para refeitórios, bibliotecas/centro de recursos, salas de estudo, salas polivalentes/ginásios, espaços de recreio, entre outros).

2º Horizonte – Desenvolvimento das intervenções propostas para o 1º horizonte, nomeadamente no que se refere à qualidade educativa da oferta; criação de novas escolas que permitam erradicar o regime duplo e cobrir os locais do Concelho mais deficitários em oferta; criação de espaços que respondam mais eficazmente às necessidades de educação especial.

3º Horizonte – Consolidação da oferta prevendo a reserva de terrenos para colmatar futuras necessidades.

3. Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico

Considera-se prioritário o alargamento do parque escolar do 2º e 3º ciclo nomeadamente nas zonas de maior crescimento populacional como Corroios, Paio Pires e Fernão Ferro, bem como a urgente conservação e manutenção dos estabelecimentos existentes.

1º Horizonte – Substituição e alteração tipológica da EB2 Nun'Álvares, que actualmente funciona em edifícios pré-fabricados; ampliação da EB2/3 de Corroios; construção de novas escolas EB2,3 em locais estratégicos e de modo a permitir uma maior facilidade de gestão a criação de novos agrupamentos verticais de escolas; construção de uma escola básica integrada em Fernão Ferro.

2º Horizonte – Expansão do parque escolar para a prossecução do desdobramento de turmas e estabilização da relação procura/oferta.

3º Horizonte – Consolidação da oferta prevendo a reserva de terrenos para colmatar futuras necessidades.

4. Ensino Secundário

Expansão do ensino secundário e sua reorganização, com espaços que permitam uma oferta diversificada nos cursos tecnológicos, cursos de currículo alternativo e cursos profissionais, com perspectivas e estratégias de combate ao abandono e insucesso escolar. Criação de espaços que permitam um ensino adequado aos cursos gerais; manutenção e incremento do ensino recorrente, como uma segunda oportunidade.

1º Horizonte – Relocalização e ampliação da única escola secundária que actualmente funciona em edifícios pré-fabricados (ES Moinho de Maré).

2º e 3º Horizontes – Expansão do parque escolar do ensino secundário de maneira a que acompanhe e responda ao crescimento demográfico do Concelho e para a qual estão reservados terrenos.

5. Ensino Profissional

Criar condições de ampliação da oferta de ensino profissional; apostar na instalação da sede da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, em espaço a ser cedido pela Administração da ex-Siderurgia Nacional, na freguesia de Aldeia de Paio Pires, no âmbito de um estudo de regeneração urbana da zona.

6. Ensino Superior

Na perspectiva de ampliar o acesso aos jovens aos mais elevados níveis de ensino o Município há muito se empenha em dispor de oferta de ensino superior (inexistente actualmente), criando as condições necessárias para a fixação da Universidade Aberta nas antigas instalações da Mundet.

Das 55 intervenções da **responsabilidade municipal** (22 construções novas, 8 ampliações e 25 obras de beneficiação) para 31 já existem estimativas de custo. O total estimado cifra-se em quase 36 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros são para construções novas (incluindo edifícios, vedações e arranjo de espaços exteriores), 3,5 milhões de euros são para ampliações e 5,5 milhões de euros destinam-se a obras de beneficiação. Quase 64% do total estimado refere-se a intervenções a realizar no primeiro horizonte temporal e será suportado pelo orçamento municipal e por programas de apoio financeiro.

Para as intervenções da **responsabilidade do Ministério da Educação**, que são programadas no contexto de actuação da DREL, os custos estimados para as escolas básicas do 2º e 3º ciclos e escolas

secundárias, de acordo com os custos-padrão utilizados por aquela entidade. A título de exemplo e de acordo com a informação fornecida, podemos indicar que para escolas novas, de tipologia T11 e T18, o custo padrão é de 500€/m² (edifícios); para a tipologia T24 a T42, o custo padrão é de 450€/m² (edifícios); os arranjos e infraestruturas exteriores é de 50€/m² (média). De salientar que para estas intervenções o terreno é municipal.

Para a concretização da escola básica integrada proposta para Fernão Ferro, no que diz respeito ao projecto, custos e financiamento, deverá ser previsto um protocolo/contrato de realização que preveja a **parceria entre a CMS e o ME.**

Os quadros seguintes indicam todas as propostas para o reordenamento da rede pública, por território educativo, incluindo as estimativas de custos existentes para cada intervenção de âmbito municipal.

Quadro 28 – Intervenções no território educativo de Corroios

		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
Agrupamento Escolas de Vale de Milhaços				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Quinta de São Nicolau	EB1	Extinção da EB1 da Qt. ^a S. Nicolau	-	E03
Santa Marta do Pinhal	EB1/JI (8+3)	Construção	1.770.000	C28
Quinta do Conde	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C08
Santa Marta do Pinhal	EB2/3 (25 turmas)	Construção	-	C11
Quinta São Nicolau I	Jl (5 salas)	Construção		C12
Quinta São Nicolau II	Jl (5 salas)	Construção (no logradouro da escola a extinguir)		C13
Fábrica da Pólvora	Jl (5 salas)	Construção		C14
Vale Milhaços	Jl (5 salas)	Construção		C15
Vale Milhaços	EB1	Extinção da EB1 de Vale de Milhaços	-	E02
Vale Milhaços	EB1/JI (8+3)	Construção	1.770.000	C09
Verdzela	EB1/JI (4+2)	Construção		C10
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Santa Marta do Pinhal	EB1/JI (12+3)	Reserva para ampliação		R10
Vale Milhaços	EB1/JI (12+3)	Reserva para ampliação		R11
Verdzela	EB1/JI	Reserva para ampliação		R12
Vale de Milhaços		Reserva sem programa		R13
Vale de Milhaços		Reserva sem programa		R14
Quinta da Niza		Reserva sem programa		R15
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1 Quinta do Campo		Arranjo de espaços exteriores	160.000	B16
EB1 Santa Marta de Corroios		Arranjo de espaços exteriores	135.000	B17
EB1/JI Quinta da Cabouca		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores (sem custo estimado)	430.000	B13
EB1/JI Alto do Moinho		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores (sem custo estimado)	70.000	B14
EB1Corroios		Arranjo de espaços exteriores		B15
Agrupamento Escolas do Rouxinol				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE *				

Localização	Tipologia			
Miratejo	EB1/JI (12+3)	Relocalização da EB1 D. Nuno Alvares Pereira	2.000.000	C16
Miratejo	EB2/3 (32 turmas)	Ampliação da EB2/3 de Corroios	-	A05
* Todas as propostas de reordenamento referentes a este agrupamento dependem da relocalização da ES Moinho de Maré para St.ª Marta do Pinhal.				
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1/JI Miratejo		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores (1ª fase)	330.000	B18
		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores (2ª fase)	680.000	
Escolas Secundárias e de Formação Profissional				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE *				
Localização	Tipologia			
Miratejo	ES (36 turmas)	Relocalização e ampliação da ES Moinho de Maré	-	C27

Quadro 29 – Intervensões no território educativo de Amora

		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
Agrupamento Escolas Paulo da Gama				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Amora	EB1/JI (12+4)	Ampliação, com construção, na EB1/JI Quinta Conde Portalegre		A01
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Quinta Maria Pires	EB1/JI (12+3)	Reserva com programa		R01
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1/JI Fogueteiro		Arranjo de espaços exteriores		B01
EB1/JI Quinta Conde Portalegre		Arranjo de espaços exteriores		B02
Agrupamento Escolas Pedro Eanes Lobato				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Medideira	EB1/JI (11+3)	Ampliação, com desocupação de espaços, na EB1/JI da Quinta da Medideira		A03
Quinta da Princesa	Jl (4 salas)	Abertura de 1 sala, que actualmente não está em funcionamento no Jl da Qt.ª da Princesa		A04
Quinta do Batateiro	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C07
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Quinta da Princesa	EB2/3 (25 turmas)	Reserva com programa	-	R04
Quinta da Princesa		Reserva sem programa		R05
Quinta do Paço		Reserva sem programa		R06
Soutelo		Reserva sem programa		R07
Foros de Amora		Reserva sem programa		R08
Pinhal das Freiras		Reserva sem programa		R36
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1 Amora		Arranjo de espaços exteriores	75.000	B06
EB1/JI Quinta da Medideira		Arranjo de espaços exteriores		B07
EB1/JI Quinta das Inglesinhas		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores	650.000	B08
EB1 Quinta da Princesa		Arranjo de espaços exteriores		B10
Jl Quinta da Princesa		Arranjo de espaços exteriores	185.000	B11
EB1 das Paivas		Arranjo de espaços exteriores		B12
EB1/JI Infante D. Augusto		Arranjo de espaços exteriores		B09
Agrupamento Escolas de Terras de Larus				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Cruz de Pau	EB1	Extinção da EB1 da Cruz de Pau	-	E01
Cruz de Pau	EB1/JI (11+2)	Ampliação, com construção, na EB1/JI Quinta de Santo António		A02
Quinta da Charnequinha	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C01
Fogueteiro	Jl (4 salas)	Construção		C05
Soutelo	Jl (4 salas)	Construção		C06
Pinhal Conde da Cunha	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C02
Belverde	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C03
Pinhal Conde da Cunha	EB2/3 (25 turmas)	Construção	-	C04
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Quinta da Charnequinha	EB1/JI	Reserva para ampliação		R02
Belverde	EB1/JI	Reserva para ampliação		R03

(continua)

(continuação)

		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1/JI Quinta de Santo António		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores	910.000	B03
EB1/JI Foros de Amora		Arranjo de espaços exteriores	200.000	B04
EB1/JI Quinta das Sementes		Arranjo de espaços exteriores		B05
Escolas Secundárias e de Formação Profissional				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Foros Amora (Qt. ^a . do Belo)	ES	Reserva com programa	-	R35

Quadro 30 – Intervensões no território educativo do Seixal

		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
Agrupamento Escolas de Dr. António Augusto Louro				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Seixal	EB1	Extinção da EB1 Conde Ferreira	-	E04
Paio Pires	EB1/JI (8+3)	Ampliação, com construção, na EB1/JI de Paio Pires	1.350.000	A06
Seixal	EB1/JI (8+2)	Ampliação, com construção, na EB1/JI do Bairro Novo	1.750.000	A07
Quinta dos Franceses	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C17
Quinta da Trindade	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C18
Bacelos de Gaio	EB2/3 (25 turmas)	Construção	-	C19
Quinta da Trindade	EB2/3 (25 turmas)	Construção	-	C20
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Paio Pires	EB1/JI	Reserva para ampliação		R16
Siderurgia	EB1/JI (12+3)	Reserva com programa		R17
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1/JI Casal do Marco		Arranjo de espaços exteriores	230.000	B20
EB1/JI Bairro Novo		Arranjo de espaços exteriores	185.000	B21
EB1/JI Courela		Arranjo de espaços exteriores		B19
Agrupamento Escolas de Nun' Alvares				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Quinta do Cabral	EB2/3 (25 turmas)	Ampliação e alteração tipológica para EB2/3, da EB2 Nun' Alvares	-	A08
Arrentela	EB1/JI (8+3)	Ampliação, com construção, na EB1 da Arrentela	-	A09
Torre da Marinha	EB1/JI (8+3)	Relocalização da EB1/JI da Qt. ^a . N ^a Sr. ^a de Monte Sião	1.770.000	C21
Quinta de Cima	J1 (6 salas)	Construção		C23
Farinheiras	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C22
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Torre da Marinha	EB1	Reserva para ampliação		R19
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1 Torre da Marinha		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores	660.000	B22

(continua)

(continuação)

		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
Agrupamento Escolas de Pinhal dos Frades				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Redondos	EB1/JI (12+3)	Construção	2.000.000	C24
Fernão Ferro	EBI (EB123/JI)	Construção	CMS/ME	C25
Pinhal General (Vila Alegre)	EB1/JI (8+3)	Construção	1.770.000	C26
TERRENOS RESERVADOS				
Localização	Tipologia			
Pinhal de Frades	EB2/3	Reserva para ampliação	-	R25
Laranjeiras	EB1/JI	Reserva para ampliação		R20
Laranjeiras	EB2/3	Reserva para ampliação	-	R21
Vale da Romeira		Reserva sem programa		R22
Pinhal do General		Reserva sem programa		R23
Pinhal de Frades		Reserva sem programa		R24
Flor da Mata		Reserva sem programa		R26
Laranjeiras		Reserva sem programa		R27
Laranjeiras		Reserva sem programa		R28
Redondos		Reserva sem programa		R29
Redondos		Reserva sem programa		R30
Redondos		Reserva sem programa		R31
Redondos		Reserva sem programa		R32
Redondos		Reserva sem programa		R33
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1/JI Pinhal dos Frades		Beneficiação e arranjo de espaços exteriores	(em concurso)	B23
EB1/JI Quinta dos Morgados		Arranjo de espaços exteriores		B24
		Intervenção	Custo Estimado (€)	Código de Intervenção
Unidade Organizacional Autónoma				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Cavadas	EB1/JI (8+2)	Ampliação, com construção, da EB1 da Qt.ª S. João (1º andar)	250.000	A10
REQUALIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES				
EB1 da Quinta de São João		Arranjo de espaços exteriores	240.000	B25
Escolas Secundárias e de Formação Profissional				
REDIMENSIONAMENTO DA REDE				
Localização	Tipologia			
Paio Pires*	EP	Reserva	-	R18
Laranjeiras	ES	Reserva com programa	-	R34

* Escola Profissional Bento Jesus Caraça

**Estadística de Precipitación, Cooperación
e IPHO de Educación, Ciencia e Formación**



PRECIPITACIÓN (mm)	PRECIPITACIÓN (mm)
1000	1000
900	900
800	800
700	700
600	600
500	500
400	400
300	300
200	200
100	100
0	0



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A Carta Educativa reveste-se de especial importância tendo em conta que a sua concretização terá um impacto efectivo na qualidade de vida, presente e futura, dos municípios. Assim, ao reforçar o peso da política educativa, a Carta Educativa define um **processo de planeamento e instrumento de apoio à decisão** que permite potenciar e fomentar a coordenação das acções dos diversos serviços municipais com os objectivos estratégicos estabelecidos pela Autarquia.

A Carta Educativa do Seixal tem em conta que a orientação do desenvolvimento do sistema educativo deve estar em consonância e em sincronia com o desenvolvimento económico e sócio-cultural e as estratégias definidas para o Município. Serve também para incentivar a concertação das diversas perspectivas da comunidade educativa.

2. Para além do grande investimento que a CMS tem vindo a fazer na gestão do parque escolar municipal, é também de realçar os apoios que têm vindo a ser dispensados nas mais diversas áreas. A abrangência dos **projectos e parcerias** em que a Câmara tem participado, é muito vasta e de âmbito social, cultural e artístico, ambiental e desportivo. Engloba projectos relacionados com a saúde, a prevenção de comportamentos de risco, a defesa do património, a ocupação de tempos livres, a prevenção rodoviária, a integração cultural e étnica e apoios de diversa natureza a alunos com necessidades educativas especiais, às associações de pais e encarregados de educação, a visitas de estudo e projectos ligados aos ATL e às escolas do 2º e 3º ciclos e secundárias.

3. A partir da análise demográfica e socio-económica conclui-se que a **evolução populacional** do Seixal tem sido muito positiva, sendo o concelho que no contexto da Península de Setúbal mais tem crescido nos últimos anos, ao que não será alheio a melhoria da acessibilidade a Lisboa.

A **estrutura etária** do Seixal indicia que se trata de uma das populações mais rejuvenescidas da Grande Área Metropolitana de Lisboa e concretamente da Península de Setúbal, verificando-se que o peso da população jovem foi, em 2001, ainda bastante representativo; inclusivamente, ao contrário da tendência, registou-se um aumento do peso dos residentes dos 0 aos 4 anos relativamente a 1991. Prevê-se para os próximos 5/10 anos um **aumento demográfico moderado** devido ao saldo positivo da dinâmica natural da população e ao poder atractivo do Seixal enquanto centro receptor de imigrantes.

O Seixal é um concelho com uma marcada **assimetria na ocupação do território** coexistindo áreas muito populosas e densamente ocupadas a norte da auto-estrada A2, com áreas de ocupação extensa e de baixa densidade populacional a sul daquela via.

Com base na análise da estrutura populacional e urbana do Concelho definiram-se três **territórios educativos** (Corroios, Amora e Seixal), diferentes na sua génese e evolução, mas relativamente homogéneos no que se refere às necessidades educativas e que estruturaram o ordenamento da rede educativa.

4. A evolução da **população escolar**, que manifestava uma tendência negativa na década de 80, revelou na década seguinte um aumento significativo o que teve como consequência o agravamento das situações de **regime duplo** no 1º ciclo do ensino básico e a manutenção da **sobrelotação** nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. Existe portanto uma ruptura generalizada no sistema educativo público. Salienta-se ainda que, apesar do grande aumento da oferta verificado de 1993 até 2006, se continua a registar grande carência de oferta pública ao nível do pré-escolar.

5. O **reordenamento da rede pública de estabelecimentos educativos** operacionaliza e viabiliza os princípios e objectivos da política educativa municipal bem como as orientações da política educativa nacional. Assim, a CMS tem como objectivo o cumprimento dos desígnios constitucionais, governamentais e locais e o reordenamento que consta da Carta Educativa é o reflexo desta interacção. A Carta Educativa do Seixal aposta não só no **redimensionamento** da rede de equipamentos de educação, ensino e formação (aumento da oferta), mas também na **requalificação** do parque educativo existente (obras de beneficiação).

Relativamente ao redimensionamento da rede educativa importa salientar que a concretização das intervenções propostas é essencial quer para a resolução dos problemas de sobrelotação das escolas quer para o funcionamento da escola a tempo inteiro permitindo o cumprimento integral do currículo do 1º ciclo e a realização de actividades no período extra curricular.

6. Considerando o crescimento populacional esperado até 2021, a proposta de redimensionamento da rede pública contempla a **criação** de 28 novos estabelecimentos que significam mais 95 salas de educação pré-escolar, mais 195 salas de 1º ciclo do ensino básico, alargamento da capacidade para mais 148 turmas de 2º e 3º ciclo do ensino básico e para mais 16 turmas do ensino secundário. Propõe-se também a **ampliação** da capacidade em 10 escolas existentes. Para 4 escolas que não possuem condições para o ensino, propõe-se a sua **extinção**. O conjunto destas intervenções incide sobre mais de 200 000 m² de área de terrenos municipais.

Considerando a Carta Educativa como um processo de planeamento, são **reservados** 35 terrenos para a gestão do parque escolar, de acordo com a evolução da relação procura/oferta. Para 16 destes terrenos existe um programa definido, quer para ampliações, quer para construções novas. O conjunto de terrenos reservados atinge mais de 400 000 m², alguns já propriedade da CMS.

No reordenamento da rede educativa consideram-se ainda 25 intervenções de **beneficiação** em alguns dos estabelecimentos existentes.

7. Pretende-se que, após a aprovação da Carta Educativa, se iniciem os processos de monitorização e avaliação da mesma, com recurso aos instrumentos criados para o efeito, de modo a gerir e actualizar a CE sempre que haja necessidade, de acordo com as características de cada território educativo.

CONSULTA PÚBLICA

Na Câmara Municipal do Seixal, o planeamento estratégico é entendido como um processo participado e que envolve a comunidade. Assim, e embora a legislação não preveja, a opção no Município foi lançar um período de **consulta pública** da Carta Educativa do Seixal, dando não só a conhecer mais amplamente o trabalho realizado mas, essencialmente, permitindo recolher junto da população em geral, bem como da comunidade e agentes educativos e de outras entidades, em particular, as suas sugestões, críticas e observações.

A consulta pública realizou-se entre 15 de Setembro e 15 de Outubro. O documento, após a sua divulgação pública (através de cartazes e de artigos no Boletim Municipal), esteve disponível para consulta na **Internet**, através do site da CMS, onde se disponibilizou também um formulário para recolha de contributos. Esteve também disponível para consulta, em formato papel, nas **Lojas do Município** do Concelho. Paralelamente, realizaram-se várias **sessões de apresentação** da CE, nomeadamente ao **Conselho Municipal de Educação do Seixal**, à **comunidade educativa** (Agrupamentos de Escolas e Associações de Pais e Encarregados de Educação), aos **órgãos autárquicos** (Vereação e Assembleia Municipal) e ao **Conselho Municipal de Segurança**. Para tal, foi elaborada uma apresentação em formato *powerpoint*, contendo os aspectos mais relevantes da CE e foi distribuído a todos os participantes um resumo com os principais tópicos do documento.

Para além do parecer do CMES, que acompanha a CE, foram recebidos alguns contributos escritos. Dois procederam de serviços da CMS (Divisão do Património Histórico e Natural e Pelouro dos Recursos Humanos, Património e Acção Social), um (Agrupamento de Escolas “O Rouxinol”) deu entrada via fax e dois (Conselho Executivo da EB2,3 de Vale de Milhaços e Movimento Associativo de Pais da Escola Secundária Moinho de Maré) foi recebido via correio electrónico. Nas sessões de apresentação foram recebidos inúmeros contributos orais, registados em anexo ao relatório produzido, neste contexto, pela Vereadora do Pelouro da Educação. Todos os contributos foram analisados e depois de avaliados foram integrados no documento final, que agora se apresenta.

Os contributos mais significativos dizem respeito à correcção de dados, quer do relatório quer de algumas fichas de identificação e caracterização dos equipamentos educativos e escolares, à actualização e integração de informação sobre estudos estratégicos municipais e ainda à reformulação de alguns parágrafos. De um modo geral o documento foi considerado bastante bem formulado e representando claramente a realidade educativa do Município do Seixal, o que incentivou os participantes a mostrarem grande interesse na concretização das propostas nele contidas.

BIBLIOGRAFIA

- Câmara Municipal do Seixal (1994). *Carta Escolar do Concelho do Seixal*. Seixal.
- Câmara Municipal do Seixal (1989). *1974/1989 – 15 Anos de Poder Local Democrático*. Seixal.
- Câmara Municipal do Seixal (2001). *Prémio de Qualidade do Distrito de Setúbal*.
- Câmara Municipal do Seixal (2002). *Escola de Segunda Oportunidade do Seixal - Relatório do Projecto*. Seixal.
- Câmara Municipal do Seixal (2006). *Diagnóstico Social do Concelho do Seixal*. Seixal.
- Câmara Municipal de Torres Novas (Junho 2003). *Carta Educativa do Concelho de Torres Novas*. Gabinete de Acção e Planeamento Educativo.
- Câmara Municipal de Oeiras (Junho 2004). *Carta Educativa de Oeiras*. Divisão de Educação e Gabinete de Desenvolvimento Municipal.
- Consórcio CISED, CEDRU, Sulplano (Julho 2003). *Estudos da Revisão do Plano Director Municipal do Seixal – Fase 1; Vol. I – Enquadramento; Vol. II - Caracterização e Diagnostico Prospectivo; Vol. III – Análise SWOT, Cenários de Desenvolvimento e Bases da Estratégia Municipal; Vol. IV – Peças Desenhadas*.
- Consórcio CISED, CEDRU, Sulplano (Agosto 2004). *Estudos da Revisão do Plano Director Municipal do Seixal – Fase 2; Vol. I – Modelo de Ordenamento*.
- Oliveira, Beatriz; Coragem, Carmo e Martins, Édio (Setembro 2000). *Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa*. Portugal: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Ministério da Habitação e Obras Públicas. *Projectos de Escolas Primárias em Portugal*. Lisboa: Direcção de Estudos e Projectos e Direcção Geral das Construções Escolares.
- Ministério da Educação (Janeiro de 2004). *1º Ciclo do Ensino Básico, Organização Curricular e Programas*, 4ª Edição.

CONSULTAS NA INTERNET:

- Área Metropolitana de Lisboa → www.aml.pt
- Associação de Municípios do Distrito de Setúbal → www.amds.pt
- Associação Nacional de Municípios Portugueses → www.anmp.pt

- Governo da República Portuguesa → www.portugal.gov.pt/Portal/PT
- Instituto do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional → www.iambiente.pt
- Instituto Geográfico Português → www.igeo.pt
- Instituto Nacional de Estatística → www.ine.pt
- Ministério da Educação → www.min-edu.pt
- Ministério da Educação – DREL → www.drel.min-edu.pt
- Ministério da Educação – GIASE → www.giase.min-edu.pt

ANEXOS

ANEXO 1. Questionário aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Privados



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

Rua Fernando de Sousa, 2 2840-515 SEIXAL
Tel. 21 227 67 00 / 21 227 65 00 - Fax 21 222 22 96
NIPC 506 173 968

CIRCULAR

CARTA EDUCATIVA DO SEIXAL

Questionário aos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Privados

Decorridos dez anos sobre a elaboração da Carta Escolar do Seixal, documento que permitiu a avaliação da realidade educativa do município do Seixal e a evolução sustentada do parque escolar, torna-se agora necessário e oportuno proceder à sua reformulação tendo em conta não só a nova legislação (D.L. n.º 7/2003, de 15 de Janeiro), que determina a obrigatoriedade de elaboração da **Carta Educativa**, como também o período de revisão do **Plano Director Municipal**, que se encontra a decorrer.

A Carta Educativa, que é mais abrangente do que a Carta Escolar, constitui um instrumento de planeamento, integrado e contextualizado no Plano Director Municipal, e cujo objectivo final consiste na **melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura da comunidade**.

Neste contexto, a Câmara Municipal do Seixal está a criar uma base de dados para identificar e caracterizar a OFERTA educativa existente no Concelho. Como se pretende que a CARACTERIZAÇÃO dos estabelecimentos de educação e de ensino seja bastante abrangente e porque é importante a colaboração de todas as entidades na perspectiva da convergência de interesses e preocupações nesta matéria, vimos por este meio solicitar a sua colaboração no sentido do preenchimento da **ficha de questionário** que junto lhe enviamos.

A obtenção destes dados é crucial para tornar a Carta Educativa um **instrumento útil** a todos os que estão envolvidos neste sector, pelo que o seu contributo representará uma significativa mais-valia para a qualidade deste documento.

O questionário é muito simples, constituído por duas partes: uma de identificação e outra de caracterização, muito genérica. Nesta solicitamos a indicação de dados sobre frequência, reportados aos dois anos lectivos indicados, para que seja estabelecida uma comparação com os dados do Instituto Nacional de Estatística, quer do último Recenseamento Geral da População – 2001, quer com as Estimativas Provisórias de População Residente Intercensitárias de 2004.

Para a devolução do questionário após o preenchimento, poderá:

- Contactar a Dr.ª Ana Carla Mestre, através do telefone n.º 21 227 57 40, de modo a ser combinada a recolha;
- Utilizar o número de fax da Divisão do Plano Director Municipal - 21 227 57 41;
- Por e-mail para ana.mestre@cm-seixal.pt.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

Com os melhores cumprimentos.

Divisão do Plano Director Municipal

Câmara Municipal do Seixal



Carta Educativa do Seixal - Estabelecimentos Particulares

Questionário

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Circular - via ofício

Designação do Estabelecimento: _____

Código DGAE (Ministério da Educação): _____

Data Entrada em Funcionamento: _____

Morada: _____

Código Postal _____

É um estabelecimento apoiado?

Min. T. e S.S.

Min. Educ.

Sim Não

Sim Não

Telefone: _____

Fax: _____

e-mail: _____

Homepage (URL): _____

Proprietário(a): _____

Director(a): _____

Particular

IPSS

Cooperativo

2. CARACTERIZAÇÃO

Número de Pisos _____

Valências	Capacidade		Frequência (Nº educandos/alunos)	
	Nº de Salas	Nº de Turmas	2001/2002	2004/2005
Berçário				
Creche				
Jardim de Infância				
1º Ciclo				
2º Ciclo				
3º Ciclo				
Secundário				
ATL				

Recursos Físicos:

Laboratórios

Sala Polivalente

Oficinas

Recreio

Cantina

Recreio coberto

Campo de Jogos

Balneários

Ginásio

Biblioteca ou Centro Recursos

Observações: (situações especiais, comentários etc)

data: _____

responsável: _____

FICHA TÉCNICA

DIVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Natália Madureira – Arquitecta, Chefe de Divisão

Ana Carla Mestre – Geógrafa, Responsável pela elaboração da Carta Educativa do Seixal

Carla Correia – Arquitecta

Ricardo Nascimento – Engenheiro do Território

Ana Batista – Arquitecta Estagiária

José Chanoca - Desenhador

Eugénia Santos – Apoio Administrativo

Vítor Marques – Apoio Administrativo

DEPARTAMENTO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

Maria João Macau – Directora de Departamento

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

António Nabiça – Técnico Superior

Carla David – Técnica Superior

Isabel Cruz – Técnica Superior

Maria Helena Teixeira – Técnica Superior

GABINETE SIG - SEIXAL

Cláudia Pinto – Geógrafa, Coordenadora de Gabinete

Isabel Moreira – Geógrafa
